

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	19
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	23
---	----

Notas Explicativas	65
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	171
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	176
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	177
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	178

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.850.636
Preferenciais	0
Total	5.850.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	11.311.419	10.666.992
1.01	Ativo Circulante	946.730	499.846
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	238	215
1.01.02	Aplicações Financeiras	257.345	232.511
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	257.345	232.511
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	257.345	232.511
1.01.03	Contas a Receber	4.331	3.868
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.331	3.868
1.01.06	Tributos a Recuperar	58.965	62.870
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	58.965	62.870
1.01.07	Despesas Antecipadas	159	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	625.692	200.382
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	609.132	196.429
1.01.08.01.01	Ativos classificados como mantidos para venda	609.132	0
1.01.08.01.02	Instrumentos financeiros derivativos	0	196.429
1.01.08.03	Outros	16.560	3.953
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	16.560	3.953
1.02	Ativo Não Circulante	10.364.689	10.167.146
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	419.431	420.280
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.731	3.208
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	7.731	3.208
1.02.01.03	Contas a Receber	10.780	10.427
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.780	10.427
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	926
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	926
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	400.920	405.719
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	41.104	37.062
1.02.01.09.04	Outros ativos não circulantes	59.823	94.204
1.02.01.09.05	Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	295.243	274.453
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros derivativos	4.750	0
1.02.02	Investimentos	9.916.439	9.719.665
1.02.02.01	Participações Societárias	9.916.439	9.719.665
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.401.405	7.776.063
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	2.489.419	1.916.158
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	25.615	27.444
1.02.03	Imobilizado	27.732	26.317
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	21.672	22.997
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	6.060	3.320
1.02.04	Intangível	1.087	884
1.02.04.01	Intangíveis	1.087	884

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	11.311.419	10.666.992
2.01	Passivo Circulante	1.051.697	1.068.390
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.509	4.132
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.509	4.132
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	5.509	4.132
2.01.02	Fornecedores	5.008	4.541
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.008	4.541
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.548	6.219
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.548	6.219
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	17.548	6.219
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	473.651	804.945
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	445.165	804.945
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	255.907	187.158
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	189.258	617.787
2.01.04.02	Debêntures	28.486	0
2.01.05	Outras Obrigações	549.981	248.553
2.01.05.02	Outros	549.981	248.553
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	383.626	213.564
2.01.05.02.04	Outras passivos circulantes	127.732	13
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	38.623	34.976
2.02	Passivo Não Circulante	1.567.046	794.028
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	753.609	20.579
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	354.750	20.579
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	19.985	20.579
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	334.765	0
2.02.01.02	Debêntures	398.859	0
2.02.02	Outras Obrigações	796.973	765.828
2.02.02.02	Outros	796.973	765.828
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	1.963
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	391
2.02.02.02.05	Outros passivos não circulantes	796.973	763.474
2.02.03	Tributos Diferidos	7.743	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.743	0
2.02.04	Provisões	8.721	7.621
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.721	7.621
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.306	6.815
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.388	784
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	27	22
2.03	Patrimônio Líquido	8.692.676	8.804.574
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288
2.03.04	Reservas de Lucros	5.053.611	5.036.441
2.03.04.01	Reserva Legal	651.079	633.474
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	73.046	73.046
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.113.110	4.140.986

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	216.376	188.935
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-990.972	-990.972
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-111.276	17.792

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.756	4.570
3.01.01	Receita bruta	0	5.013
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	0	-443
3.03	Resultado Bruto	3.756	4.570
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	537.360	405.821
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-108.076	-21.839
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-110.276	-87.880
3.04.05.02	Amortização do ágio	-110.276	-87.880
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	755.712	515.540
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	541.116	410.391
3.06	Resultado Financeiro	-240.049	-101.766
3.06.01	Receitas Financeiras	442.765	469.751
3.06.02	Despesas Financeiras	-682.814	-571.517
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	301.067	308.625
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.338	762
3.08.01	Corrente	-2.669	-6.069
3.08.02	Diferido	-8.669	6.831
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	289.729	309.387
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	289.729	309.387
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,05	0,05

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	289.729	309.387
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-129.068	51.651
4.03	Resultado Abrangente do Período	160.661	361.038

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	576.269	658.079
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-120.149	-12.307
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e Imposto de renda	301.067	308.625
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.296	3.105
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-755.712	-515.540
6.01.01.05	Amortização de ágio , líquida	110.276	87.880
6.01.01.06	Juros e variações monetárias líquidas	182.632	117.526
6.01.01.08	Valor residual do ativo intangível/imobilizado baixado	94	0
6.01.01.09	Provisão (Reversão para contingências cíveis e trabalhistas)	402	-13.903
6.01.01.13	Outras provisões	37.796	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	696.418	670.386
6.01.02.01	Recebimento de dividendos e juros s/ capital próprio	630.343	704.625
6.01.02.06	IR e CSLL a Recuperar	1.868	34.522
6.01.02.07	Depósitos judiciais	132	-1.311
6.01.02.08	Recursos CDE	51.142	0
6.01.02.09	Outros ativos	20.227	-10.097
6.01.02.10	Fornecedores	-1.496	1.128
6.01.02.11	Salários e encargos a pagar	1.377	1.224
6.01.02.13	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	10.232	-21.604
6.01.02.14	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	0	-17.391
6.01.02.16	Despesas pagas antecipadamente	-159	0
6.01.02.17	Outros passivos	69.781	-691
6.01.02.18	Contas a receber de clientes	-816	-10.442
6.01.02.19	Encargos de dívidas e swap pagos	-73.830	-9.577
6.01.02.20	Instrumentos financeiros derivativos	-12.383	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-984.282	-738.974
6.02.01	Integralização de capital em investidas	-951.338	-737.887
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-2.740	-535
6.02.03	Aquisição de intangível	-439	-304
6.02.04	Aquisição de investimento	-28.957	0
6.02.06	Resgate/(aplicação) de títulos e valores mobiliários	-808	-248
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	408.036	80.944
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	680.009	280.000
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-102.497	-198.071
6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-569.476	-985
6.03.07	Captação de debêntures	400.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	23	49
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	215	166
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	238	215

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	206.105	-289.729	0	-83.624
5.04.10	Reserva Legal	0	0	17.605	-17.605	0	0
5.04.11	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-83.624	0	-83.624
5.04.12	Dividendos propostos	0	0	216.376	-216.376	0	0
5.04.14	Reserva de incentivo fiscal SUDENE	0	0	-27.876	27.876	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-188.935	289.729	-129.068	-28.274
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	289.729	0	289.729
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-188.935	0	-129.068	-318.003
5.05.02.06	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-188.935	0	0	-188.935
5.05.02.07	Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investidas	0	0	0	0	-129.068	-129.068
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.053.611	0	-1.102.248	8.692.676

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.108.519	0	-691.401	9.158.431
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.108.519	0	-691.401	9.158.431
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	86.440	-300.000	0	-213.560
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	188.935	-188.935	0	0
5.04.09	Dividendos intermediários sobre reserva	0	0	-102.495	0	0	-102.495
5.04.10	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-111.065	0	-111.065
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-167.905	309.387	-281.779	-140.297
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	309.387	0	309.387
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-167.905	0	-281.779	-449.684
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	51.651	51.651
5.05.02.06	Aquisição de participação adicional junto a não controladores	0	0	0	0	-333.430	-333.430
5.05.02.07	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-167.905	0	0	-167.905
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	9.387	-9.387	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	23.382	-23.382	0	0
5.06.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	-13.995	13.995	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	4.138	5.013
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.138	5.013
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-91.470	-7.549
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-91.470	-7.549
7.03	Valor Adicionado Bruto	-87.332	-2.536
7.04	Retenções	-113.572	-90.985
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-113.572	-90.985
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-200.904	-93.521
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.198.477	985.291
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	755.712	515.540
7.06.02	Receitas Financeiras	442.765	469.751
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	997.573	891.770
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	997.573	891.770
7.08.01	Pessoal	10.947	9.175
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.069	7.506
7.08.01.02	Benefícios	267	569
7.08.01.04	Outros	1.611	1.100
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.911	1.371
7.08.02.01	Federais	13.611	1.092
7.08.02.03	Municipais	300	279
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	682.986	571.837
7.08.03.01	Juros	682.814	571.517
7.08.03.02	Aluguéis	172	320
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	83.624	111.066
7.08.04.02	Dividendos	83.624	111.066
7.08.05	Outros	206.105	198.321
7.08.05.01	Dividendos adicionais	216.376	188.935
7.08.05.02	Lucro retido (Reserva legal)	17.605	23.382
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucro	-27.876	-13.996

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	27.967.404	27.371.492
1.01	Ativo Circulante	6.286.884	6.476.239
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	380.935	138.878
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.012.660	2.458.744
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.012.660	2.458.744
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.012.660	2.458.744
1.01.03	Contas a Receber	2.736.361	2.748.259
1.01.03.01	Clientes	2.736.361	2.748.259
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	2.736.361	2.748.259
1.01.04	Estoques	27.160	28.576
1.01.06	Tributos a Recuperar	503.640	408.591
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	503.640	408.591
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	503.640	408.591
1.01.07	Despesas Antecipadas	43.567	53.452
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.582.561	639.739
1.01.08.03	Outros	1.582.561	639.739
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	95.659	79.140
1.01.08.03.03	Entidade de previdência privada	17.632	9.409
1.01.08.03.04	Serviços em curso	41.003	44.936
1.01.08.03.05	Concessão de Serviço público (Ativo financeiro)	62.106	51.331
1.01.08.03.07	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	62.104	139.677
1.01.08.03.08	Ativos classificados como mantidos para venda	981.705	0
1.01.08.03.09	Instrumentos financeiros derivativos	322.352	315.246
1.02	Ativo Não Circulante	21.680.520	20.895.253
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.766.576	7.500.336
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	68.529	4.506
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	68.529	4.506
1.02.01.03	Contas a Receber	293.424	285.829
1.02.01.03.01	Clientes	293.424	285.829
1.02.01.06	Tributos Diferidos	754.293	781.307
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	754.293	781.307
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.650.330	6.428.694
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	210.490	106.589
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	574.983	512.158
1.02.01.09.08	Despesas pagas antecipadamente	7.499	12.137
1.02.01.09.10	Dividendos a receber	18.020	11.489
1.02.01.09.11	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	25.517	145.254
1.02.01.09.12	Outros ativos não circulantes	34.321	119.152
1.02.01.09.14	Entidade de previdência privada	28.683	23.694
1.02.01.09.15	Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	5.234.443	4.086.725
1.02.01.09.16	Instrumentos financeiros derivativos	516.374	1.411.496
1.02.02	Investimentos	2.498.060	1.926.876
1.02.02.01	Participações Societárias	2.489.419	1.916.158
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	2.489.419	1.916.158
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	8.641	10.718

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.02.02.01	Outros investimentos	8.641	10.718
1.02.03	Imobilizado	3.413.534	3.889.079
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.935.887	2.989.603
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	477.647	899.476
1.02.04	Intangível	8.002.350	7.578.962
1.02.04.01	Intangíveis	8.002.350	7.578.962

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	27.967.404	27.371.492
2.01	Passivo Circulante	8.266.650	7.432.282
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	132.965	147.430
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	132.965	147.430
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	132.965	147.430
2.01.02	Fornecedores	1.846.704	2.385.903
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.846.704	2.385.903
2.01.03	Obrigações Fiscais	592.630	546.364
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	592.630	546.364
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	592.630	546.364
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.832.505	3.184.146
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.441.530	2.839.007
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.540.143	1.696.476
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.901.387	1.142.531
2.01.04.02	Debêntures	390.975	345.139
2.01.05	Outras Obrigações	1.722.191	1.009.150
2.01.05.02	Outros	1.722.191	1.009.150
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	403.884	232.245
2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	472.670	456.420
2.01.05.02.05	Obrigações de benefícios definidos pós-emprego	53.382	38.700
2.01.05.02.06	Taxas regulamentares	193.380	205.734
2.01.05.02.07	Concessão do serviço público (Uso do bem Público)	4.018	4.390
2.01.05.02.08	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	90.652	555
2.01.05.02.09	Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	333.649	0
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	170.556	71.106
2.01.06	Provisões	139.655	159.289
2.02	Passivo Não Circulante	10.480.989	10.624.328
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.128.416	8.623.480
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.132.265	7.729.985
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.537.701	3.351.978
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.594.564	4.378.007
2.02.01.02	Debêntures	1.996.151	893.495
2.02.02	Outras Obrigações	1.866.502	1.637.669
2.02.02.02	Outros	1.866.502	1.637.669
2.02.02.02.03	Fornecedores	79.107	101.466
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	61.908	66.090
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	5.947	4.887
2.02.02.02.06	Obrigações de benefícios pós-emprego	762.075	622.943
2.02.02.02.09	Outros passivos não circulantes	852.887	791.616
2.02.02.02.10	Concessão de serviço público (Uso do bem público)	50.322	47.982
2.02.02.02.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	54.256	2.685
2.02.03	Tributos Diferidos	13.955	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.955	0
2.02.04	Provisões	414.442	360.896

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	414.442	360.896
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	57.674	2.283
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	57.674	2.283
2.02.05.02.08	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	57.674	2.283
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.219.765	9.314.882
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288
2.03.04	Reservas de Lucros	5.066.751	5.036.441
2.03.04.01	Reserva Legal	651.079	633.474
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	86.186	73.046
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.113.110	4.140.986
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	216.376	188.935
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-990.972	-990.972
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-111.276	17.792
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	513.949	510.308

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	14.839.697	14.617.679
3.01.01	Receita bruta	22.199.181	21.496.980
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	-7.359.484	-6.879.301
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.440.093	-11.578.755
3.03	Resultado Bruto	3.399.604	3.038.924
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.542.179	-1.584.371
3.04.01	Despesas com Vendas	-624.606	-672.696
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-787.614	-677.113
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-109.860	-87.977
3.04.05.02	Amortização de mais-valia	-109.860	-87.977
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-20.099	-146.585
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.857.425	1.454.553
3.06	Resultado Financeiro	-1.296.614	-872.245
3.06.01	Receitas Financeiras	4.166.788	4.734.622
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.463.402	-5.606.867
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	560.811	582.308
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-206.508	-210.325
3.08.01	Corrente	-160.974	-248.202
3.08.02	Diferido	-45.534	37.877
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	354.303	371.983
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	354.303	371.983
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	302.869	309.387
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	51.434	62.596
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,06	0,06

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	354.303	371.983
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-134.249	54.265
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	220.054	426.248
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	173.801	361.038
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	46.253	65.210

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.104.801	2.150.542
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.748.878	2.494.136
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	560.811	582.308
6.01.01.02	Depreciação e amortização	733.218	700.052
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	20.099	146.585
6.01.01.04	Amortização de ágio, líquida	109.860	87.977
6.01.01.06	Valor justo do ativo financeiro da concessão	-233.716	-319.625
6.01.01.07	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	1.140.324	949.287
6.01.01.08	Valor residual do ativo intangível e financeiro baixado	109.825	-13.983
6.01.01.11	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	113.464	102.189
6.01.01.12	Outras provisões	37.796	126
6.01.01.13	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	90.464	43.291
6.01.01.14	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	65.223	67.949
6.01.01.15	Constituição e remuneração dos Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	1.510	147.980
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.786.231	-638.930
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-105.873	-471.660
6.01.02.02	IR e CSLL a Recuperar	-9.078	27.811
6.01.02.03	Recebimentos de dividendos e juros sobre capital próprio	11.838	175
6.01.02.04	Recursos CDE	51.142	-26.097
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recuperar	-162.686	38.041
6.01.02.07	Estoques	1.416	1.368
6.01.02.09	Taxas regulamentares	-26.378	166.780
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-40.728	-53.540
6.01.02.11	Indenizações/contingências pagas	-161.504	-119.091
6.01.02.12	Despesas pagas antecipadamente	11.623	-30.221
6.01.02.13	Fornecedores	-338.425	654.598
6.01.02.14	Salários e encargos a pagar	-13.530	35.104
6.01.02.15	Encargos de dívidas e swap pagos	-1.014.353	-809.959
6.01.02.16	Entidade de previdência privada	-960	-3.376
6.01.02.17	Outros passivos	106.938	103.203
6.01.02.19	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	68.372	23.473
6.01.02.20	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-164.045	-175.539
6.01.03	Outros	142.154	295.336
6.01.03.01	Amortização dos Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	229.631	396.955
6.01.03.02	Outros ativos	-136.845	-34.647
6.01.03.05	Benefício Pós Emprego	-58.543	-66.972
6.01.03.06	Perdas com instrumentos financeiros	-3.827	0
6.01.03.08	Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	111.738	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.892.792	-3.812.629
6.02.01	Integralização de capital em investidas	-639.852	-537.556
6.02.02	Aquisição de investimentos	-52.581	0
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-441.226	-266.090

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.02.05	Concessão serviço público (Ativo financeiro)	-31.453	-143.392
6.02.06	Aquisição de intangível	-2.234.687	-1.707.741
6.02.07	Outros	0	349
6.02.08	Resgate de títulos e valores mobiliários	1.507.007	-1.158.199
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.030.048	1.709.530
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	2.007.778	2.946.416
6.03.02	Captação de debêntures	1.506.890	-48.400
6.03.03	Amortização de principal de empréstimo e financiamento	-2.239.776	-1.052.085
6.03.04	Amortização de principal de debêntures	-414.841	-189.000
6.03.05	Obrigações vinculadas	233.449	292.328
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-58.099	-241.511
6.03.07	Aumento (Redução) de capital	0	3.900
6.03.08	Pagamentos de custos de captação	-5.353	-2.118
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	242.057	47.443
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	138.878	91.435
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	380.935	138.878

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574	510.308	9.314.882
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574	510.308	9.314.882
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	219.245	-302.869	0	-83.624	-23.991	-107.615
5.04.10	Reserva Legal	0	0	17.605	-17.605	0	0	0	0
5.04.11	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-83.624	0	-83.624	-23.991	-107.615
5.04.12	Dividendos adicionais	0	0	216.376	-216.376	0	0	0	0
5.04.13	Reserva de retenção de lucros	0	0	-27.876	27.876	0	0	0	0
5.04.14	Reserva de lucros a realizar	0	0	13.140	-13.140	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-188.935	302.869	-129.068	-15.134	27.632	12.498
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	302.869	0	302.869	51.434	354.303
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-188.935	0	-129.068	-318.003	-23.802	-341.805
5.05.02.06	Resultado abrangente decorrente de equivalencia sobre investida	0	0	0	0	-129.068	-129.068	-5.181	-134.249
5.05.02.09	Aprovação de dividendos propostos	0	0	-188.935	0	0	-188.935	-18.621	-207.556
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.066.751	0	-1.102.248	8.705.816	513.949	9.219.765

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.108.519	0	-691.401	9.158.431	774.840	9.933.271
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.108.519	0	-691.401	9.158.431	774.840	9.933.271
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-270.400	-111.065	0	-381.465	-23.889	-405.354
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	3.851	3.851
5.04.09	Dividendos intermediários sobre reserva	0	0	-102.495	0	0	-102.495	0	-102.495
5.04.10	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-111.065	0	-111.065	-27.740	-138.805
5.04.11	Aprovação da Proposta de Dividendos	0	0	-167.905	0	0	-167.905	0	-167.905
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	309.387	-281.779	27.608	-240.643	-213.035
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	309.387	0	309.387	62.596	371.983
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-281.779	-281.779	-303.239	-585.018
5.05.02.06	Aquisição de participação adicional junto à não controladores	0	0	0	0	-333.430	-333.430	-305.853	-639.283
5.05.02.08	Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida	0	0	0	0	44.003	44.003	0	44.003
5.05.02.09	Efeitos dos planos de benefícios de empregados das investidas	0	0	0	0	7.648	7.648	2.614	10.262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	198.322	-198.322	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de retenção de lucros	0	0	-13.995	13.995	0	0	0	0
5.06.05	Proposta de dividendos adicionais	0	0	188.935	-188.935	0	0	0	0
5.06.06	Reserva Legal	0	0	23.382	-23.382	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574	510.308	9.314.882

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	21.959.590	21.282.551
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	22.199.373	21.496.980
7.01.02	Outras Receitas	-3.858	-19.953
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos	-3.858	-19.953
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-235.925	-194.476
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.682.412	-11.871.292
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.929.801	-2.915.442
7.02.04	Outros	-7.752.611	-8.955.850
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-423.068	-393.794
7.02.04.02	Energia elétrica comprada para revenda	-6.551.653	-7.651.293
7.02.04.03	Encargo de uso de rede básica	-777.890	-910.763
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.277.178	9.411.259
7.04	Retenções	-843.079	-790.947
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-843.079	-790.947
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.434.099	8.620.312
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.165.231	4.599.668
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-20.099	-146.585
7.06.02	Receitas Financeiras	4.185.330	4.746.253
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.599.330	13.219.980
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.599.330	13.219.980
7.08.01	Pessoal	720.712	640.770
7.08.01.01	Remuneração Direta	384.108	328.229
7.08.01.04	Outros	336.604	312.541
7.08.01.04.01	Indenização trabalhista	21.690	17.852
7.08.01.04.02	Encerramento de ordem em curso	3.385	3.250
7.08.01.04.03	Transferência para ordens	-97.930	-106.394
7.08.01.04.04	Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	21.912	43.560
7.08.01.04.05	Auxílio alimentação	48.943	38.945
7.08.01.04.06	Convênio assistencial e outros benefícios	66.640	62.104
7.08.01.04.07	Provisão para férias e 13º salário	79.187	74.352
7.08.01.04.08	Plano de saúde	77.639	70.923
7.08.01.04.09	Participação nos resultados	55.290	59.602
7.08.01.04.10	Administração	28.624	27.437
7.08.01.04.11	Outros	6.743	3.006
7.08.01.04.12	Encargos sociais (exceto INSS)	81.791	71.195
7.08.01.04.13	Entidade de previdência privada	-57.310	-53.291
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.039.168	6.581.974
7.08.02.01	Federais	3.024.130	2.934.411
7.08.02.02	Estaduais	3.990.506	3.623.329
7.08.02.03	Municipais	24.532	24.234
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.485.147	5.625.253
7.08.03.01	Juros	5.492.962	5.603.305
7.08.03.02	Aluguéis	21.055	18.579
7.08.03.03	Outras	-28.870	3.369
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	135.058	173.662

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.04.02	Dividendos	83.624	111.066
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	51.434	62.596
7.08.05	Outros	219.245	198.321
7.08.05.01	Dividendos propostos	216.376	188.935
7.08.05.02	Lucro retido (reserva legal)	17.605	23.382
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucro	-27.876	-13.996
7.08.05.05	Reserva de lucros não realizados	13.140	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Disclaimer

Esse documento foi preparado pela Neoenergia S.A. ("NEOENERGIA"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da NEOENERGIA e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da NEOENERGIA.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da NEOENERGIA sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores da NEOENERGIA.

TÓPICOS DO RELATÓRIO

- MENSAGEM DO PRESIDENTE
- CONJUNTURA ECONÔMICA
- DESTAQUES 2016
- SUMÁRIO EXECUTIVO
- DESEMPENHO DO NEGÓCIO
- INVESTIMENTOS
- DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
- PRÁTICAS DE GESTÃO
- ESTRUTURA SOCIETÁRIA E BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA
- AMBIENTE REGULATÓRIO
- RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
- SAÚDE E SEGURANÇA
- OUTROS DESTAQUES

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em 2016, o Grupo Neoenergia teve um desempenho econômico-financeiro robusto, ainda que num contexto macroeconômico adverso, com pressões sobre custos financeiros e operacionais. O EBITDA consolidado ajustado foi de R\$ 2,76 bilhões e o Lucro Líquido de R\$ 407 milhões, excluindo o impacto de eventos não recorrentes, resultantes da venda das PCHs abaixo do valor contábil, um aumento de 23,57% e 31,42%, respectivamente, comparado com 2015. Com os impactos não recorrentes temos um EBITDA consolidado de R\$ 2,69 bilhões, 20,3 maior que 2015, e lucro líquido de R\$ 302,9 milhões, queda de 2,1% em relação ao ano passado.

O ano de 2016 também foi marcado por melhoras significativas em indicadores de qualidade e eficiência de nossas distribuidoras e o recorde de geração de nossa usina térmica, impactando positivamente o resultado. O DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) da Celpe apresentou 18,2% de redução em relação a 2015, e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) caiu 12,3% no mesmo período. Na Coelba e na Cosern o DEC caiu 7,6% e 8%, respectivamente. Estes resultados suportaram a obtenção pela Cosern do melhor Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) do Brasil entre as distribuidoras acima de 400 mil consumidores, enquanto que na Celpe esse mesmo índice subiu 27,8% em relação ao ano passado, fechando o ano de 2016 com o melhor Índice da história da Companhia. Na Coelba destacamos o aumento de 2,71% do índice de Arrecadação.

Contribuíram para estes resultados os investimentos da ordem de R\$ 3,9 bilhões, sendo R\$ 2,9 bilhões em controladas e R\$ 1,0 bilhão em coligadas e controladas em conjunto. Do montante total, 61% foram destinados à distribuição, com um crescimento de 38 % em relação ao investido em 2015.

Ainda sobre nossas distribuidoras, mesmo com o comportamento do PIB, o volume de energia distribuído pelo Grupo foi de 38.542 GWh, crescendo 1,93% em relação a 2015, enquanto que a energia distribuída do Brasil recuou 0,9% no mesmo período. Na Coelba esse crescimento foi de 3,59%, na Cosern foi de 1,28% e a Celpe teve um leve recuo de 0,12%. No segmento de geração merece destaque o desempenho operacional da UHE Termopernambuco, que teve em 2016, seu recorde geração bruta de energia, alcançando 4.039 GWh. Em transmissão destacamos a energização de Potiguar Sul, nossa primeira linha de 500 kV, com 197 Km de extensão e investimento total de R\$ 250 milhões.

Refletindo a atuação socioambiental, merece destaque a parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), dentro da iniciativa Selo Unicef Município Aprovado: 112 municípios receberam o selo nos estados da Bahia (28), Pernambuco (35) e Rio Grande do Norte (49), em reconhecimento a ações desenvolvidas para reduzir desigualdades que afetam a vida de milhares de crianças e adolescentes no semiárido brasileiro. Por sua conduta em prol do desenvolvimento sustentável, Coelba, Celpe e Cosern receberam o Selo Energia Sustentável do Instituto Acende Brasil para o período 2017-2019: Celpe na categoria ouro, e Coelba e Cosern na categoria prata.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Essas conquistas não seriam possíveis sem o empenho de nossa força de trabalho. Coroando o esforço de nossos colaboradores, O Grupo Neoenergia está entre as 10 melhores empresas do Brasil para iniciar a carreira, segundo o Guia Você S.A e a Cosern sagrou-se bicampeã em dois dos mais importantes prêmios na área de Gestão de Pessoas: eleita pelo segundo ano consecutivo como uma das 35 melhores empresas para se trabalhar no Brasil pela pesquisa Great Place to Work 2016, e uma das 150 melhores pelo Guia Você S.A. 2016.

Por ser uma empresa ética e comprometida com a prevenção e o combate à corrupção, o Grupo Neoenergia foi uma das 25 (entre 195 inscritas) a receber o Prêmio Empresa Pró-Ética 2016, uma iniciativa do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e do Instituto Ethos.

O desempenho do Grupo Neoenergia em 2016 reitera seu compromisso com os clientes através da melhoria contínua na gestão de suas operações, seu foco em resultados sustentáveis e sua capacidade de geração de valor para o acionista, mesmo num ambiente de negócios desafiador.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2016 foi marcado pela recessão da economia brasileira, alta no índice de desemprego e deterioração dos indicadores econômicos, consequência dos desequilíbrios acumulados no ciclo de expansão dos anos anteriores e da crise política que aumentou a incerteza do mercado sobre a recuperação da economia. Resultando em uma redução de 3,5% no PIB brasileiro em relação ao ano de 2015, de acordo com a projeção do Relatório Focus do Banco Central de 30 de dezembro de 2016.

Esse cenário refletiu-se no setor elétrico com o decréscimo no consumo de energia. Comparando o consumo acumulado até dezembro de 2016 com o mesmo período do ano anterior, o Nordeste apresentou retração de 0,3% e o Brasil de 0,9% de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Os principais indicadores econômicos que afetam a operação da Companhia são: (i) Indicadores de Inflação - IPCA e IGPM e (ii) Taxas de Juros – TJLP e CDI. O primeiro grupo é utilizado como correção de preços e serviços prestados e contratados pelas empresas do Grupo. Já o segundo grupo compreende os indicadores que servem como principais indexadores de dívida da Companhia.

O IPCA e IGPM sofreram uma redução em relação ao ano de 2015. O IPCA e IGPM no acumulado do ano de 2016 registraram 6,28% e 7,19% respectivamente, contra 10,67% e 10,54% em 2015.

A TJLP e CDI sofreram aumento em relação ao ano de 2015. A TJLP durante o ano de 2016 registrou o valor de 7,5% a.a., em contrapartida no início de 2015 a taxa apresentada era de 5,5% e sofreu constantes aumentos até finalizar o ano em 7,0%. Quando comparamos o CDI acumulado de 2016 com o ano anterior, observamos uma variação positiva de 0,76 p.p..

As expectativas do Banco Central para 2017, de acordo com o Relatório Focus, é que o PIB apresente um crescimento de 0,5% em relação ao de 2016. Para a inflação é esperado que ela permaneça controlada, visto a projeção de 4,87 % a.a. e 5,08 % a.a. para o IPCA e IGPM, respectivamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESTAQUES 2016

- A Neoenergia totalizou 38.542 GWh de Energia Distribuída representando um aumento de 1,93% em relação a 2015, enquanto que a Energia Distribuída do Brasil caiu 0,9%.
- A Cosern encerrou o ano com 1,05% de Perdas Não Técnicas, o menor valor nos últimos 5 anos, resultado das ações previstas no Plano de Redução de Perdas. Em 2016, foram aplicados cerca de R\$ 16,16 milhões em ações de combate às perdas.
- Em 2016 fizemos um investimento de R\$ 3.881 milhões, sendo o volume de R\$ 2.360 milhões destinados as Distribuidoras do Grupo, com um aumento de 38% em relação a 2015.
- Alcançamos um EBITDA de R\$ 2.686 milhões no acumulado do ano (+20%)
- A UHE Termopernambuco registrou valores de geração e potência máxima recordes em 2016, contribuído para o resultado do Grupo.
- A Celpe conquistou o Selo Ouro Energia Sustentável, do Instituto Acende Brasil, para o período 2017-2019, por comprovar o atendimento a 11 compromissos socioambientais.
- A transmissora Potiguar Sul obteve a licença de operação em tempo recorde, após a vistoria de finalização da obra feita pelo IBAMA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

- Aumento na Receita Operacional Bruta de R\$ 702 milhões (+3,3%) devido ao impacto positivo na receita de fornecimento gerado pelo maior volume de energia vendida para o mercado cativo, aliado ao aumento da receita de uso de rede, ocasionado pela migração de clientes industriais para o mercado livre.
- Expressiva melhora no DEC das nossas Distribuidoras: Coelba (-7,59%), Celpe (-18,18%) e Cosern (-8,15p.p)
- Comportamento positivo do Índice de Arrecadação: Coelba (2,7%), Celpe (0,9%) e Cosern (1,8%)
- Em 2016, o IASC (Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor) da Cosern foi de 77,91%, conquistando o 1º lugar no Brasil entre as distribuidoras acima de 400 mil consumidores. A CELPE conquistou neste mesmo ranking, o 4º lugar, atingindo o melhor IASC da sua história, 72,98%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)	Acumulado		Variação
	2016	2015	%
Receita Operacional Bruta	22.199.181	21.496.980	3,27
Receita Operacional Líquida	14.839.697	14.617.679	1,52
EBITDA	2.686.412	2.233.719	20,27
Resultado do Serviço - EBIT	1.857.425	1.454.553	27,70
Resultado Financeiro	(1.296.614)	(872.245)	48,65
Lucro Líquido Antes das Participações Minoritárias	354.303	371.983	(4,75)
Lucro Líquido Participações Minoritárias	51.434	62.596	(17,83)
Lucro (Prejuízo) Líquido	302.869	309.387	(2,11)
Indicadores Financeiros de Margem (%)	2016	2015	Variação (%)
Margem EBITDA	18,10%	15,28%	2,82
Margem EBIT	12,52%	9,95%	2,57
Margem Líquida Consolidada	2,04%	2,12%	(0,08)
Informações Patrimoniais Consolidadas (R\$ mil)	2016	2015	Variação (%)
Ativo Total	27.967.404	27.371.492	2,18
Dívida Bruta	11.347.007	10.154.675	11,74
Dívida Líquida ¹	9.884.883	7.552.547	30,88
Patrimônio Líquido Consolidado	9.219.765	9.314.882	(1,02)
Patrimônio Líquido Atribuído aos Controladores	8.705.816	8.804.574	(1,12)
Indicadores Financeiros de Dívida	2016	2015	Variação (%)
Dívida Líquida/EBITDA ²	3,68	3,38	8,83
Índice de Endividamento ³	0,48	0,39	23,90
Indicadores de Ações	2016	2015	Variação (%)
Valor Patrimonial de Ação da Holding (R\$)	1,49	1,50	(0,02)
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação da Holding (R\$) ²	0,05	0,05	(0,00)

¹Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

²EBITDA ou Lucro Líquido de 12 meses

³Índice de Endividamento Líquido = Dívida Líquida/Dívida bruta + Patrimônio Líquido

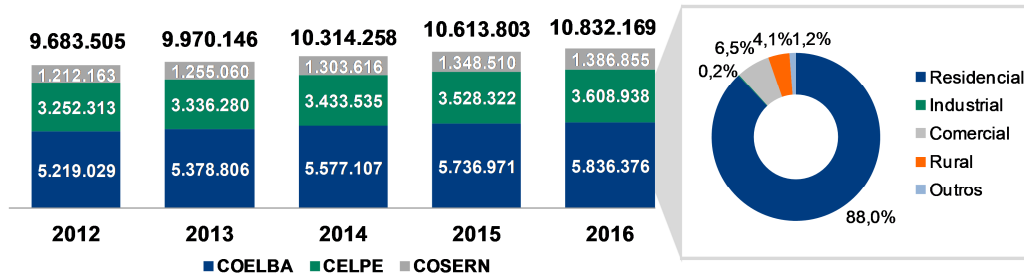
1 DESEMPENHO DO NEGÓCIO

O Grupo Neoenergia atua nos segmentos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia através das suas controladas, coligadas e controle conjunto.

1.1 DISTRIBUIÇÃO

Em 2016, a Neoenergia por meio das três distribuidoras do Grupo - Coelba no Estado da Bahia, Celpe no Estado de Pernambuco e Cosern no Estado do Rio Grande do Norte, alcançou o patamar de 10,8 milhões de consumidores ativos, registrando um crescimento de 2,1%, que representa um incremento de 218.366 novos clientes, em relação ao ano anterior. O gráfico abaixo reflete a evolução da quantidade consolidada dos consumidores ativos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Em 2016, apesar do cenário de recessão econômica e retração do consumo de energia no Brasil de 0,9%, a Neoenergia totalizou 38.542 GWh de Energia Distribuída, representando um aumento de 1,93% em relação a 2015.

A energia vendida para o mercado cativo pelas Distribuidoras da Neoenergia nesse ano registrou aumento de 1,23% na comparação com 2015. Todas as empresas apresentaram crescimento, exceto a Celpe, que retraiu 1,48% em relação ao ano anterior.

Classe	2014		2015		2016		Variação 15/16 em %		Participação 2016 em %	
	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita	Volume	Receita	Volume
COELBA										
Residencial	2.602	6.513	3.651	6.673	3.945	6.875	8,03	3,02	46,94	39,62
Industrial	788	2.675	1.060	2.560	1.013	2.463	(4,44)	(3,76)	12,06	14,20
Comercial	1.409	3.157	1.959	3.331	2.042	3.402	4,24	2,13	24,30	19,61
Rural	304	1.513	503	1.709	521	1.928	3,51	12,84	6,20	11,11
Outras Classes¹	630	2.493	866	2.585	882	2.682	1,87	3,76	10,50	15,46
Subtotal COELBA	5.733	16.351	8.040	16.858	8.403	17.351	4,52	2,92	100,00	100,00
CELPE										
Residencial	1.800	4.759	2.538	4.841	2.698	4.852	6,33	0,23	46,41	43,02
Industrial	577	1.591	753	1.575	683	1.485	(9,30)	(5,73)	11,75	13,17
Comercial	1.082	2.467	1.518	2.633	1.509	2.582	(0,62)	(1,94)	25,95	22,89
Rural	147	637	226	674	224	668	(0,79)	(0,95)	3,86	5,92
Outras Classes¹	547	1.777	722	1.725	699	1.692	(3,15)	(1,92)	12,03	15,00
Subtotal CELPE	4.153	11.230	5.758	11.448	5.814	11.278	0,98	(1,48)	100,00	100,00
COSERN										
Residencial	749	1.933	1.013	1.995	1.078	2.082	6,41	4,38	46,64	43,84
Industrial	166	519	208	485	208	475	(0,28)	(1,97)	8,99	10,01
Comercial	435	1.026	584	1.049	575	1.031	(1,53)	(1,76)	24,89	21,70
Rural	101	424	140	421	141	435	0,57	3,39	6,08	9,15
Outras Classes¹	226	716	306	718	310	726	1,16	1,08	13,40	15,29
Subtotal COSERN	1.676	4.617	2.251	4.668	2.311	4.749	2,65	1,74	100,00	100,00
TOTAL	11.563	32.198	16.049	32.974	16.528	33.378	2,99	1,23	-	-

Nas três distribuidoras a classe residencial tem maior participação e apresentou aumento do consumo em relação a 2015. A Celpe manteve seu crescimento nessa classe estável, sendo fortemente afetada pelo aumento do desemprego no Estado. A manutenção do consumo da classe residencial da Celpe não superou a queda do consumo industrial e comercial, evidenciado pelo aumento de migrações para o mercado livre, resultando numa redução do volume total.

O Mercado Livre registrou um crescimento de 6,77% em 2016 comparado ao ano anterior. Esse movimento é resultado da migração de clientes cativos para o mercado livre, principalmente, da classe indústria, conforme mencionado anteriormente.

A energia contratada para atender o mercado em 2016 está detalhada na tabela abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Energia Contratada (GWh)	2016	Var (%) 2016/2015
Coelba	22.155	2,05
Celpe	15.299	2,17
Cosern	5.812	3,85

Os acréscimos foram decorrentes do início da vigência dos contratos de leilões dos quais as empresas participaram em anos anteriores. A energia foi adquirida a um custo médio total acumulado de R\$ 156,18/MWh na Coelba, R\$ 176,69/MWh na Celpe e R\$ 164,92/MWh na Cosern, enquanto o PLD médio do Nordeste em 2016 foi de R\$ 174/MWh.

Em 2016, mediante ao crescimento de mercado abaixo do esperado, as três distribuidoras terminaram o ano com sobra contratual, sendo 5,43% na COELBA, 7,06% na Celpe e 5,49% na Cosern, após participarem de mecanismos regulados para redução do seu nível contratual e devolver energia contratada para fornecimento do seu mercado de 0,49%, 2,06% e 0,43%, Coelba, Celpe e Cosern, respectivamente.

Como o cenário de sobrecontratação foi generalizado entre as distribuidoras do país, ocorreu um esforço tanto dos órgãos reguladores quanto dos agentes do setor (compradores e vendedores) para reduzir as sobras no âmbito nacional, criando mecanismos regulados de devolução de energia, comentados com mais detalhes no item Ambiente Regulatório.

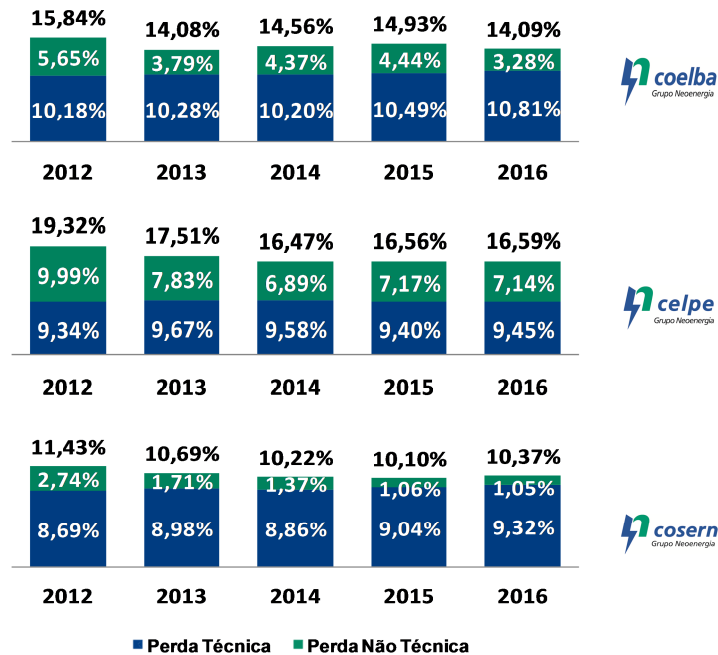
Sobre os indicadores de qualidade do fornecimento de energia, em 2016, a COELBA, CELPE e COSERN registraram para o indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) valores iguais a 22,90, 15,80 e 13,52 horas respectivamente. Para o indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) foram registrados os valores de 8,79, 7,13 e 7,97 vezes para COELBA, CELPE e COSERN respectivamente.

Em 2016, o indicador DEC apresentou redução expressiva na COELBA, CELPE e COSERN de 1,88, 3,51 e 1,20 horas respectivamente em relação a 2015. O FEC apresentou redução na COELBA e CELPE de 0,03 e 1,00 vez quando comparamos ao ano de 2015. O único aumento registrado foi no FEC da COSERN de 0,46 vez em relação ano anterior, porém se mantendo dentro dos limites regulatórios.

A melhora nos indicadores é reflexo dos investimentos para modernização e substituição dos equipamentos da rede de distribuição, podas das árvores e melhoria no atendimento as ocorrências.

Já em relação às perdas, foram gastos com o Plano de Combate cerca de R\$ 221,4 milhões em ações de otimização das perdas globais das distribuidoras, que evoluíram conforme mostram os gráficos a seguir:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Em relação ao desempenho da arrecadação, que é medido pelo Índice de Arrecadação – IAR, em 2016, alcançou 99,4% na Coelba, 97,3% na Celpe e 99,7% na Cosern, que em relação ao ano anterior foi positivo em 2,7 p.p., 0,9 p.p. e 1,8 p.p. respectivamente.

O cenário econômico desfavorável em 2016 exigiu das Distribuidoras um maior esforço para manter os níveis de arrecadação dos faturamentos, adotando medidas incisivas para assegurar o resultado. A seguir, as ações que se destacaram:

- 19,4 milhões de negativas, incremento de 2,8 milhões, comparado a 2015;
- 53,9 milhões de acionamentos por URA (Unidade de Resposta Audível) e SMS (Serviço de Mensagem), com incremento de 24,5 milhões de acionamentos comparado a 2015 em virtude do aumento da abrangência dos clientes nas primeiras faixas de atraso;
- Intensificação da atuação das Assessorias de Cobrança, com R\$ 507,9 milhões arrecadados, representando aumento de R\$ 200,2 milhões em relação à arrecadação de 2015;
- Redução do prazo dos parcelamentos para mitigar o risco de inadimplência e maximizar a arrecadação das parcelas
- Foco nos maiores débitos dos grandes clientes, com acompanhamento diferenciado e incremento das ações de cobrança
- Intensificação de visitas e envio de cartas aos órgãos do Poder Públicos e grandes clientes, visando realizar negociação das dívidas antigas

As distribuidoras mantêm uma estrutura de atendimento que facilita o acesso aos serviços disponibilizados pela empresa, tais como uma rede de atendimento de agências, teleatendimento, Site e serviço gratuito de SMS.

A Cosern, em 2016, conquistou o 1º lugar no Brasil, entre as distribuidoras acima de 400 mil consumidores, no Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC), que tem o objetivo de avaliar, a partir da percepção dos usuários, o grau de satisfação com as distribuidoras de energia elétrica. O índice é composto de cinco variáveis: qualidade percebida, valor, satisfação, confiança e fidelidade. Cada variável é avaliada (de zero a 100 pontos) por meio de entrevistas com clientes nas áreas de concessão das 101 distribuidoras do país, com amostras de acordo com o porte de cada uma.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1.2 GERAÇÃO

O Grupo Neoenergia atuou em 2016 no segmento de geração por meio de 31 usinas geradoras, sendo 12 hidrelétricas, 2 termelétricas, 13 parques eólicos e 4 usinas de cogeração. Além desses empreendimentos em operação, temos 2 hidrelétricas e 3 parques eólicos em construção.

No quadro abaixo estão relacionadas as geradoras em operação do Grupo:

Geração em Operação	Tipo de Usina	Participação Direta e Indireta Neoenergia	Localidade	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Data da Concessão	
						Autorização	Vencimento
CELPE Fernando de Noronha	Termelétrica Diesel	89,65%	Fernando de Noronha - PE	4,08	1,6 MW	21/12/1989	21/12/2019
AFLUENTE G UHE Alto Fêmeas I UHE Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	87,84%	Rio das Fêmeas - BA Rio Corrente - BA	10,65 8,00	8,55 MW 5,2 MW	06/08/1997 06/08/1997	19/10/2027 08/08/2027
ITAPEBI UHE Itapebi ¹	Hidrelétrica - UHE	100,00%	Rio Jequitinhonha - BA	462,01	214,3 MW	28/05/1999	31/08/2035
TERMOPE UTE Termope	Termelétrica - UTE	100,00%	Suaape - Ipojuca - PE	532,70	504,2 MW	18/12/2000	18/12/2030
RIO PCH I PCH Pedra do Garrafão PCH Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	70,00%	Rio Itabapoana - RJ/ES	19,00 20,00	10,75 MW 12,71 MW	18/12/2002 18/02/2002	19/03/2033 09/03/2033
CORUMBÁ III UHE Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	70,00%	Rio Corumbá - GO	96,45	50,9 MW	07/11/2001	14/02/2037
BAGUARI I UHE Baguari	Hidrelétrica - UHE	51,00%	Rio Doce - MG	140,00	80,2 MW	15/08/2006	31/12/2039
BAHIA PCH I PCH Sítio Grande	Hidrelétrica - PCH	100,00%	Rio da Fêmeas - BA	25,00	19,62 MW	10/12/1999	09/12/2029
GOIÁS SUL PCH Nova Aurora PCH Goiandira	Hidrelétrica - PCH	100,00%	Rio Veríssimo - GO	21,00 27,00	12,37 MW 17,09 MW	18/02/2004 18/12/2002	25/06/2034 16/04/2033
ENERGYWORKS ² UTE Kaiser Jacareí UTE Corn Mogi UTE Corn Balsa UTE Brahma Rio UTE Capuava Energy	Termoelétrica - UTE	100,00%	Jacareí - SP Mogiguacu - SP Balsa Nova - PR Rio de Janeiro - RJ Santo André - SP	8,59 30,78 9,12 13,80 18,02	7,9 MW 30,0 MW 8,7 MW 11,6 MW 12,0 MW	1998 2003 2002 1999 2000	2028 2031 2031 2028 2020
ÁGUAS DA PEDRA UHE Dardanelos	Hidrelétrica - UHE	51,00%	Rio Aripuanã - MT	261,00	154,9 MW	03/07/2007	02/01/2043
TELES PIRES Teles Pires	Hidrelétrica - UHE	51,00%	Rio Teles Pires - MT/PA	1.819,80	930,7 MW	07/06/2011	06/06/2046
PARQUES EÓLICOS EOL Arizona 1 EOL Caetité 1 EOL Caetité 2 EOL Caetité 3 EOL Calango 1 EOL Calango 2 EOL Calango 3 EOL Calango 4 EOL Calango 5 EOL Mel 2 EOL Calango 6 EOL Santana 1 EOL Santana 2	Eólica - UEE	50,00%	Rio do Fogo - RN	28,00	12,9 MW	04/03/2011	03/03/2046
			Caetité - BA	30,00	13,3 MW	16/10/2012	16/10/2047
				30,00	11,2 MW	07/02/2011	06/02/2046
			Bodó, Lagoa Nova - RN	30,00	11,2 MW	24/02/2011	23/02/2046
				30,00	13,9 MW	28/04/2011	27/04/2046
				30,00	11,9 MW	09/05/2011	08/05/2046
				30,00	13,9 MW	30/05/2011	29/05/2046
				30,00	12,8 MW	19/05/2011	18/05/2046
				30,00	13,7 MW	02/06/2011	01/06/2046
				20,00	9,8 MW	28/02/2011	27/02/2046
				30,00	18,5MW	20/11/2014	19/11/2049
			Areia Branca - RN Bodó-RN Bodó-RN Lagoa Nova-RN	30,00	17,3MW	14/11/2014	13/11/2049
				24,00	13,1MW	14/11/2014	13/11/2049

¹ A Itapebi é controlada diretamente pela Neoenergia (42%) e indiretamente pela Termopernambuco (58%)

² Energia garantida

Em 28 de novembro de 2016, a Neoenergia publicou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou, na mesma data, com a Contour Global do Brasil Participações LTDA. ("Contour"), Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda"), por meio do qual será alienada à Contour a totalidade da participação societária detida pela Neoenergia nas seguintes sociedades: (i) Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.; (ii) Bahia PCH I S.A.; (iii) Goiás Sul S.A.; (iv) Rio PCH S.A.; e (v) EnergyWorks do Brasil Ltda., com Capuava Energy Ltda. ("Sociedades").

A Operação é consistente com a estratégia da Neoenergia de gestão do portfólio de ativos, visando simplificar sua base operacional e focando em ativos de maior porte. A administração da Neoenergia entende que a realização da Operação trará benefícios à capacidade operacional e financeira da Companhia, face aos compromissos de investimentos da Neoenergia em expansão e qualidade. E, conforme o disposto no Contrato de Compra e Venda, a conclusão da Operação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

está sujeita aos termos e condições geralmente adotadas nesta espécie de transação, incluindo a autorização de órgãos governamentais, como o Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não concluídos até 31 de dezembro de 2016.

Dos investimentos em andamento, a Neoenergia tem participação nas usinas detalhadas no quadro abaixo:

Geração em Construção	Tipo de Usina	Participação Direta e Indireta da Neoenergia	Localidade	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Data da Concessão	
						Autorização	Vencimento
BELO MONTE Belo Monte	Hidrelétrica - UHE	10,00%	Rio Xingu - PA	11.233,10	4.571 MW	26/08/2010	25/08/2045
GERAÇÃO CÉU AZUL Baixo Iguaçu	Hidrelétrica - UHE	70,00%	Rio Iguaçu - PR	350,20	172,8 MW	20/08/2012	14/09/2049
PARQUES EÓLICOS EOL Canoas EOL Lagoa 1 EOL Lagoa 2	Eólica - UEE	50,00%	São José do Sabugí – PB Santa Luzia – PB São José do Sabugí – PB	31,50 31,50 31,50	17,1MW 18,6MW 16,4MW	04/08/2015 04/08/2015 04/08/2015	03/08/2050 03/08/2050 03/08/2050

Da UHE Belo Monte, a Neoenergia possui 10% de participação na Norte Energia, através da SPE Belo Monte Participações S.A. Durante o ano de 2016, a UHE Belo Monte alcançou marcos importantes, como a entrada em operação comercial de três unidades geradoras das dezoito previstas para a casa de força principal (UHE Belo Monte), perfazendo 1.833 MW de um total de 11.000 MW. Na casa de força secundária (UHE Pimental), entraram em operação comercial cinco (194 MW) das seis unidades previstas (233 MW).

Sobre a UHE Baixo Iguaçu, a Neoenergia, através da sua subsidiária integral Geração Céu Azul, arrematou a concessão para construção e exploração da Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu no 7º Leilão de Energia Nova A-5 organizado pela ANEEL. A UHE localizada no Rio Iguaçu, estado do Paraná, terá capacidade instalada de 350,20 MW e 172,8 MW médios de garantia física.

Em janeiro de 2016 foi deferido o requerimento de excludente de responsabilidade através do despacho nº 130 da ANEEL que concedeu o prazo de 626 dias no mês seguinte, as obras foram retomadas em sua plenitude. Contudo, ainda em fevereiro, o Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu apresentou pedido de reconsideração ao processo de excludente de responsabilidade deliberado pela ANEEL e, em 26 de abril o recurso foi analisado e julgado, tendo sido retificado o período reconhecido como excludente de responsabilidade para 756 dias, por meio do Despacho n.º 1.078, de 03 de maio de 2016. Com isso o novo cronograma de implantação prevê a entrada em operação da 1ª Unidade Geradora (UG) em 20 de maio de 2018, a 2ª UG em 21 de julho de 2018 e a 3ª UG em 18 de setembro de 2018. Também foi postergado o início do período de suprimento dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs - para 27 de setembro de 2018.

Em relação aos parques eólicos, o Grupo Neoenergia, através de uma *Joint Venture* com a Iberdrola, arrematou no leilão A-5 de 2015 –os parques Canoas, Lagoa 1 e Lagoa 2 (94,5MW instalados), cujos contratos de comercialização de energia determinam a entrada em operação em 01 de janeiro de 2019. Os projetos avançaram ao longo de 2016, tendo suas obras iniciadas no mês de agosto deste ano. Esses empreendimentos têm previsão de início da operação comercial para outubro de 2017, de forma antecipada ao compromisso firmado em contrato produto do leilão A-5 2014 (01 de janeiro de 2019). A energia gerada entre a data de operação comercial e a data de início do CCEAR será comercializada no ambiente de comercialização livre.

1.3 TRANSMISSÃO

A Neoenergia atua no segmento de transmissão por meio das empresas detalhadas abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Transmissão - Em operação	Tipo	Participação Neoenergia	Localização	Entrada Operação	Prazo de Concessão
AFLUENTE T					
Linhas de Transmissão (Extensão Total 445 Km²)					
LT 230 KV Itagibá - Funil C-1				24/12/2002	
LT 230 KV Brumado II - Itagibá C-1				12/03/2001	
LT 230 KV Ford - Pólo C-2				30/09/2001	
LT 230 KV Ford - Camaçari IV C-2				30/09/2001	
LT 230 KV Ford - Pólo C-1				28/09/2001	
LT 230 KV Ford - Camaçari IV C-1				28/09/2001	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-1				01/07/1965	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-2				01/07/1965	
LT 138 KV Funil - Poções C-1				01/07/1982	
Subestações Rede Básica					
Pólo (4 Entradas de Linha)				24/12/2002	
Ford (2 Entrada de Linha)				01/07/2001	
Funil (2 Entradas de Linha)				01/07/1994	
Camaçari IV (2 Entradas de Linha)				22/01/2015	
Tomba				01/07/1972	
Brumado II				01/07/2002	
Itagibá				01/01/2010	
SE NARANDIBA					
Subestação de Narandiba				04/06/2011	
Subestação de Narandiba - Ampliação				20/02/2014	
Subestação Brumado II				23/09/2014	
Subestação Extremoz II				05/07/2015	
POTIGUAR SUL (Extensão Total 196km²)					
LT 500 KV Campina Grande III - Ceará-Mirim II-C2				07/11/2016	

A transmissora Potiguar Sul, um investimento recentemente inaugurado, foi desenvolvido pela SPE Potiguar Sul, pertencente em 100% ao Grupo Neoenergia. Sua implantação somou investimentos da ordem de R\$ 250 milhões e entrou em operação comercial em 07 de novembro de 2016. O contrato de concessão foi assinado junto a ANEEL em 1º de agosto de 2013, e seu prazo de concessão é de 30 anos, podendo, a critério exclusivo da ANEEL, ser renovado por, no máximo, outros 30 anos.

1.4 COMERCIALIZAÇÃO

A NC Energia é a comercializadora do Grupo Neoenergia e, em 2016, contratou operações na ordem de 920 MW méd, valor foi superior em 10,8% em relação ao ano anterior, realizando vendas totais acima de R\$ 1,2 bilhão.

Destacamos as principais ações da nossa Comercializadora:

- Gestão da Energia Livre de Itapebi, com assunção do risco hidrológico por parte da comercializadora
- Gerenciamento da compra de lastro com redução de custos (CHTP, EAPSA, Termope e Itapebi)
- Atuação para desconstrução de CHTP junto à CCEE e contrapartes, visando aumento de receita para o Grupo
- Estudos para subsidiar a repactuação do GSF de CHTP
- Implantação da nova estrutura da comercializadora, incluindo a estruturação para o desenvolvimento de novos serviços
- Estruturação de modelo de negócio de produto massificado visando o mercado das distribuidoras do Grupo Neoenergia com o potencial de receita de R\$35 MM em 5 anos
- Implantação do projeto piloto de gestão de energia para clientes livres e cativos com foco na fidelização desses clientes
- Revisão da Política de Riscos da NC Energia, em razão da incorporação dos riscos de Itapebi na carteira da comercializadora

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. INVESTIMENTOS

O Grupo Neoenergia encerrou o ano de 2016 com um investimento total realizado por todas as suas participadas no valor de R\$ 3.881.232 mil, sendo que para as empresas não controladas ou de controle conjunto foi considerada somente a participação proporcional detida pelo Grupo.

O montante consolidado, que compreende todos os investimentos realizados pelas companhias a qual o Grupo Neoenergia controla, o valor total foi de R\$ 2.875.935 mil. Esses foram direcionados da seguinte forma: R\$ 2.359.709 milhões à Distribuição, R\$ 444.223 mil à Geração e R\$ 66.483 mil à Transmissão. Segue quadro dos investimentos consolidados:

Valores em R\$ mil	
Segmento	2016
Distribuição	2.359.709
Geração	444.223
Transmissão	66.483
Outras ¹	5.520
Total	2.875.935

Nota¹: Correspondem as Holdings, Neoserv e Neoenergia Comercialização

Os demais investimentos realizados pelas companhias a qual o Grupo participa do controle ou tem influência significativa na sua administração corresponde ao montante de R\$ 1.005.297 mil, nas seguintes companhias:

Valores em R\$ mil	
Investimento em Controladas em Conjunto ou Coligadas	2016
Energética Águas da Pedra	29
Teles Pires	135.607
Belo Monte	593.904
Eólicas	275.758
Total	1.005.297

Nota: Os investimentos consideram a participação da Neoenergia nos empreendimentos

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

3.1. LAJIDA (EBITDA)

3.1.1. CONCILIAÇÃO DO EBITDA

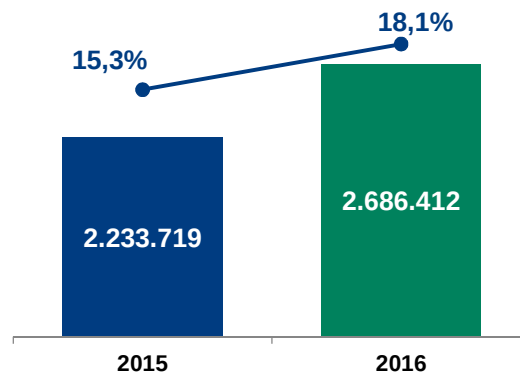
Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

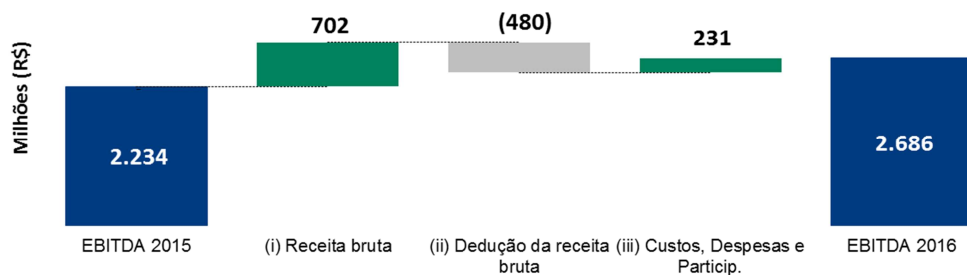
Conciliação do LAJIDA (EBITDA) - R\$ Mil	Acumulado		Varição (%)
	2016	2015	Acumulada
Lucro (Prejuízo) Líquido	302.869	309.387	(2,11)
Participações Minoritárias	51.434	62.596	(17,83)
Lucro Líquido Antes das Participações Minoritárias (A)	354.303	371.983	(4,75)
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido (B)	206.508	210.325	(1,81)
Amortização e Depreciação (C)	719.127	691.189	4,04
Amortização de ágio (D)	109.860	87.977	24,87
Receitas Financeiras (E)	(4.166.788)	(4.734.622)	(11,99)
Despesas Financeiras (F)	5.463.402	5.606.867	(2,56)
LAJIDA (EBITDA) = (A) + (B) + (C) + (D) + (E) + (F)	2.686.412	2.233.719	20,27

3.1.2. EBITDA E MARGEM EBITDA

O Grupo apurou em 2016 o EBITDA de R\$ 2.686.412 mil com aumento de 20,27%, equivalente a R\$452.693 mil, em relação ao ano anterior. A margem EBITDA em 2016 foi de 18,1%, apresentando um acréscimo de 2,8 p.p. em relação ao ano de 2015.

EBITDA (R\$ mil) e Margem EBITDA (%)**3.1.3. EVOLUÇÃO DO EBITDA**

A variação observada no EBITDA do Grupo foi decorrente dos seguintes itens abaixo destacados:



(i) Receita Bruta do Grupo cresceu 3,3% em comparação ao ano de 2015, saindo de R\$ 21.497 milhões em 2015, para R\$ 22.199 milhões em 2016. No item 3.2.1 deste relatório será apresentado maiores detalhes das justificativas dessa variação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

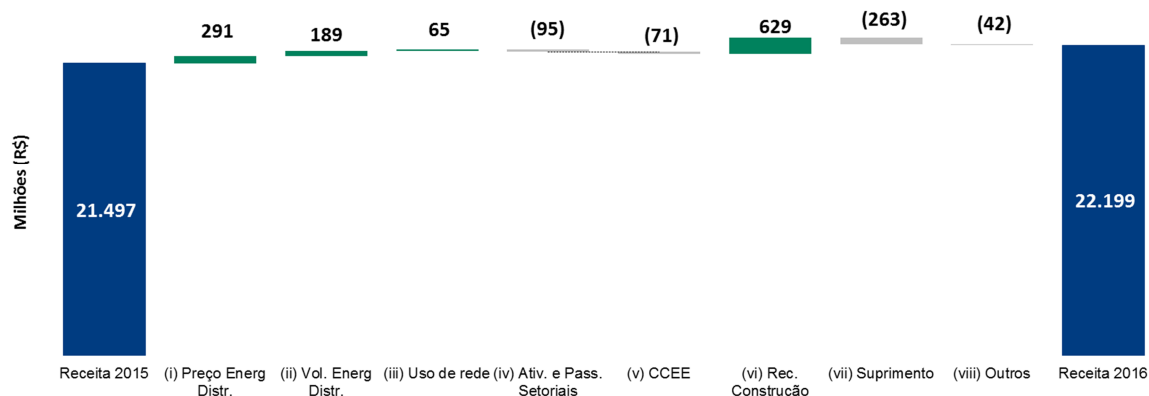
(ii) As Deduções da Receita Bruta sofreram um aumento de 7,0%, quando comparado o ano de 2016 com 2015. Isso representa uma variação negativa de R\$ 480 milhões. No item 3.2.2 deste relatório será abordado com mais detalhes os principais impactos que ocasionaram essa variação.

(iii) Os custos, despesas e os resultados de participação da Companhia tiveram uma redução de 1,4%, que equivale a R\$ 181 milhões no ano de 2016 em comparação ao ano 2015. Eles atingiram o montante de R\$ 12.982 milhões em 2016, contra R\$ 13.163 milhões em 2015. No item 3.3 deste comentário será abordado com mais detalhes os principais impactos que ocasionaram essa variação.

3.2. RECEITA OPERACIONAL

3.2.1 RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Receita Operacional Bruta Consolidada - R\$ mil	Acumulado		Variação	
	2016	2015	R\$ mil	%
Residencial	7.720.889	7.201.928	518.961	7,21
Industrial	1.904.094	2.021.809	(117.715)	(5,82)
Comercial	4.125.756	4.061.027	64.729	1,59
Rural	886.185	869.503	16.682	1,92
Poder público	854.662	844.394	10.268	1,22
Iluminação pública	476.743	476.244	499	0,10
Serviço público	559.976	573.737	(13.761)	(2,40)
Receita de uso de rede	455.345	390.435	64.910	16,63
Fornecimento Faturado	16.983.650	16.439.077	544.573	3,31
Fornecimento não faturado	(35.725)	38.666	(74.391)	(192,39)
Total Fornecimento	16.947.925	16.477.743	470.182	2,85
Subvenção à tarifa social baixa renda	1.078.564	970.856	107.708	11,09
Suprimento	1.371.363	1.634.595	(263.232)	(16,10)
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	604.984	676.187	(71.203)	(10,53)
Valores a Receber da Parcela A e Outros Itens Financeiros	(361.665)	(266.286)	(95.379)	35,82
Receita de construção da infraestrutura da concessão	2.059.358	1.430.308	629.050	43,98
Receita de concessão	35.099	38.805	(3.706)	(9,55)
Outras receitas	463.553	534.772	(71.219)	(13,32)
Receita Operacional Bruta Consolidada	22.199.181	21.496.980	702.201	3,27



Os fatores determinantes da variação da Receita Bruta no ano de 2016 em relação ao ano de 2015 foram:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Aumento da Receita de Fornecimento, em R\$ 479.663 mil, excluindo-se o efeito do uso de rede de R\$ 64.910 mil, decorrente, principalmente, de dois efeitos: (i) Efeito do Preço da Energia Distribuída e (ii) Efeito do Volume da Energia Distribuída

(i) Efeito Preço: o Reajuste Tarifário Anual aplicado a partir de abril de 2016 com incremento médio percebido pelo consumidor na tarifa de 10,72%, 9,99% e 7,73% para Coelba, Celpe e Cosern, impactaram positivamente a Receita de Fornecimento em R\$ 290.933mil.

(ii) Efeito do Volume: O aumento do volume de energia distribuída de 1,23% no mercado cativo impactou positivamente a Receita de Fornecimento em R\$ 188.730 mil. Apesar do cenário econômico adverso, a Coelba e Cosern apresentaram aumento de 2,92% e 1,74% respectivamente, no volume de energia distribuída para o mercado cativo, com destaque positivo para as classes residencial e rural, enquanto a Celpe registrou uma queda de 1,48%.

(iii) Aumento na receita de uso de rede em 16,63%, no valor de R\$ 64.910 mil, em virtude, principalmente:

(a) Da variação positiva das Distribuidoras do Grupo, no valor de R\$ 51.443 mil, devido à migração de clientes industriais para o mercado livre contribuindo com dois efeitos: (i) aumento do consumo em 327 GWh com impacto do efeito volume de R\$ 29.338 mil; e (ii) aumento no preço médio por consumo do mercado livre, sendo o efeito preço de R\$ 22.105 mil.

(b) As Transmissoras da Neoenergia contribuíram com R\$ 13.467 mil para o aumento da receita de uso de rede.

(iv) No Consolidado, a variação negativa de R\$ 95.379 mil na conta de Valores a receber da parcela A e Outros Itens Financeiros entre 2016 e 2015, é resultado do efeito líquido da elevação da constituição normal passiva no valor de R\$ 166.194 mil, e da redução da amortização normal passiva no valor de R\$ 70.815 mil, com base nos saldos homologados pela ANEEL nos reajustes tarifários de 2016 e 2015 das três distribuidoras.

(a) Na mesma conta, o registro contábil de 2016 foi negativo no valor de R\$ 361.665 mil, sendo composto pela constituição normal dos passivos de R\$ 19.924 mil decorrente dos custos realizados abaixo da cobertura tarifária e R\$ 341.741 mil referente à reversão passiva da Parcela A

(v) Redução da Receita da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica "CCEE", no montante de R\$ 71.203 mil, devido:

(a) As Distribuidoras registraram uma redução de R\$ 162.426 mil em 2016 devido à redução da sobra contratual, após participarem de mecanismos regulados para redução do seu nível contratual, aliada a redução do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD - médio Nordeste de 44%.

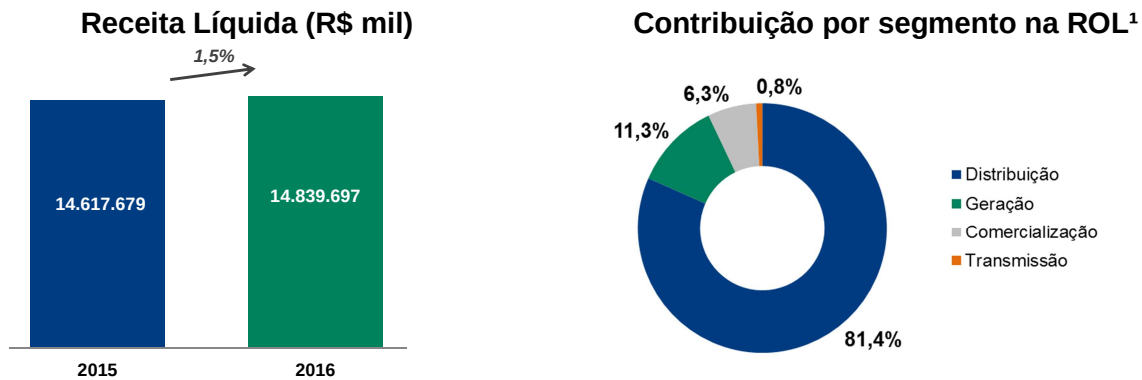
(b) As Geradoras e a Comercializadora do Grupo registraram juntas um aumento de R\$ 91.223 mil, principalmente devido ao impacto de Termopernambuco no valor de 26.224 mil relacionado à maior geração e a menos dias de paradas programadas em relação a 2015. A NC Comercializadora contribuiu positivamente com R\$ 43.686 mil.

(vi) Aumento R\$ 629.050 mil na Receita de Construção, que é constituída por investimentos em infraestrutura líquida de recursos de obrigações especiais, e contribuiu com uma variação favorável de 43,98% Esse aumento foi ocasionado pelos maiores gastos com investimento líquido observado nas distribuidoras do Grupo Neoenergia, quando comparado com o ano anterior, sem impacto no resultado, pois temos a contrapartida de Custos no mesmo valor.

(vii) Redução da receita consolidada de suprimento de energia em R\$ 263.232 mil em 2016, quando comparada com 2015. Essa variação se justifica principalmente pela redução da receita de fornecimento do faturamento da NC Energia, decorrente da redução do preço negociado no spot (PLD) que impactou diretamente as vendas da comercializadora. Sendo parcialmente compensado por Itapebi (R\$ 32.957 mil) e Termopernambuco (R\$ 344.391 mil), devido aos reajustes dos contratos realizados no ACR (PPAs).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3.2.2 DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA**

Deduções da Receita Bruta - R\$ mil	Acumulado		Variação (R\$)	Variação (%)
	2016	2015	Acumulada	Acumulada
IMPOSTOS (ICMS / PIS / COFINS / ISS)	(5.963.327)	(5.512.401)	(450.926)	8,18
ENCARGOS SETORIAIS	(1.396.157)	(1.366.900)	(29.257)	2,14
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(767.944)	(1.096.618)	328.674	(29,97)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(420.807)	-	(420.807)	-
Programa de Eficientização Energética - PEE	(38.420)	(52.187)	13.767	(26,38)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(35.542)	(34.294)	(1.248)	3,64
Encargos do consumidor - PROINFA	(38.125)	(22.750)	(15.375)	67,58
Encargos do Consumidor - CCRBT	(7.835)	(112.990)	105.155	(93,07)
Outros (RGR / FNDCT / EPE / CBEE/ Outros)	(87.484)	(48.061)	(39.423)	82,03
(-) Dedução da receita bruta	(7.359.484)	(6.879.301)	(480.183)	6,98
Receita Operacional Líquida	14.839.697	14.617.679	222.018	1,52

3.2.3 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

NOTA¹: Contribuição por segmento na ROL, baseada na participação sem eliminação

No ano de 2016, a Receita Operacional Líquida foi de R\$ 14.839.697 mil apresentando crescimento de 1,5%, equivalente a R\$ 222.018 mil em relação ao ano anterior, que foi de R\$ 14.617.679 mil. Do total apurado no de 2016, 81,4% refere-se à Distribuição, 11,3% a Geração, 6,3% a Comercialização, 0,8% a Transmissão, antes das eliminações do consolidado.

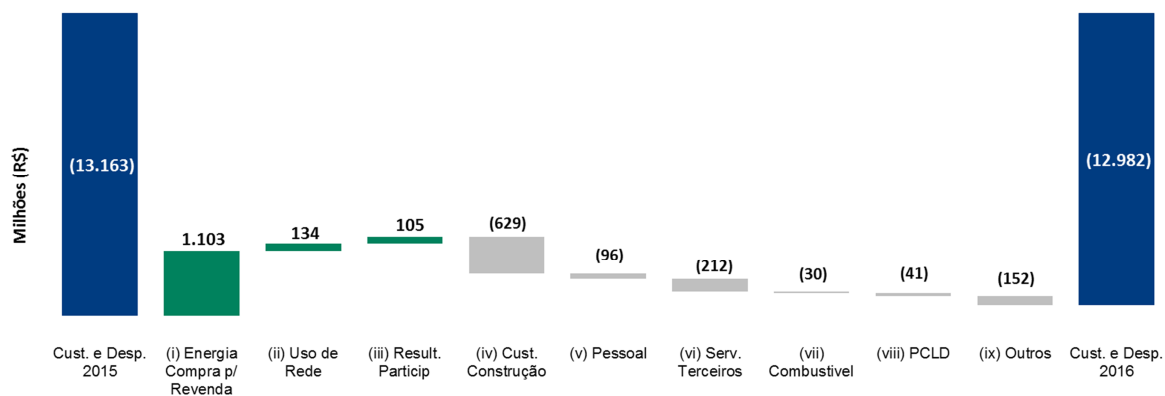
3.3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os Custos e Despesas Operacionais e o Resultado de participação no ano de 2016 atingiram o montante de R\$ 12.982.272 mil, apresentando uma redução de R\$ 180.854 mil que equivale a 1,37% em relação ao ano anterior, onde foi de R\$ 13.163.126 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custos, Despesas Operacionais e Resultado de participação - R\$ mil	Acumulado		Variação	
	2016	2015	R\$ mil	%
Energia comprada para revenda	(5.972.998)	(7.075.721)	1.102.723	(15,58)
Encargos de uso dos sistema de transmissão e distribuição	(725.253)	(859.311)	134.058	(15,60)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(3.958)	(3.648)	(310)	8,50
Total Parcela A	(6.702.209)	(7.938.680)	1.236.471	(15,58)
Pessoal	(857.178)	(762.511)	(94.667)	12,42
Administradores	(20.002)	(18.802)	(1.200)	6,38
Entidade de previdência privada	57.309	53.333	3.976	7,46
Serviços de terceiros	(1.432.950)	(1.220.498)	(212.452)	17,41
Combustível para produção de energia	(424.911)	(395.278)	(29.633)	7,50
Material	(80.999)	(49.004)	(31.995)	65,29
Arrendamentos e aluguéis	(20.240)	(17.867)	(2.373)	13,28
Provisões líquidas - PCLD	(53.411)	11.456	(64.867)	(566,23)
Perdas contas a receber/consumidores	(182.450)	(205.934)	23.484	(11,40)
Provisões líquidas - contingências	36.395	18.571	17.824	95,98
Indenizações Cíveis/Trabalhistas	(139.910)	(106.722)	(33.188)	31,10
Multas regulatórias	(3.562)	(4.077)	515	(12,63)
Tributos	(11.532)	(12.560)	1.028	(8,18)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(5.084)	(5.329)	245	(4,60)
Alienação / desativação de bens e direitos	(3.858)	(19.953)	16.095	(80,66)
Outras despesas (receitas) operacionais	(229.236)	(133.212)	(96.024)	72,08
Total Parcela B	(3.371.619)	(2.868.387)	(503.232)	17,54
Depreciação e amortização	(719.127)	(691.189)	(27.938)	4,04
Amortização de ágio	(109.860)	(87.977)	(21.883)	24,87
Equivalência patrimonial	(20.099)	(146.585)	126.486	(86,29)
Custos de construção	(2.059.358)	(1.430.308)	(629.050)	43,98
Total	(12.982.272)	(13.163.126)	180.854	(1,37)

Os custos e despesas da Parcela A no ano de 2016, as despesas não gerenciáveis, representaram 52% do total dos gastos. Essa parcela variou em R\$ 1.236.471 mil, equivalente a uma redução de 15,58%. Os custos e despesas da Parcela B no ano de 2016 representaram 25,97% do total de gastos, e tiveram uma variação de R\$ 503.232 mil em relação ao ano de 2015, equivalente a 17,54% de aumento. Os principais fatores que influenciaram para as variações foram:



(i) Os custos com compra de energia para revenda atingiram R\$ 5.972.998 mil em 2016, uma redução de R\$ 1.102.723 mil, que equivale a uma variação favorável de 15,58% em relação ao ano anterior, quando o montante foi de R\$ 7.075.721 mil. As principais variações que ocasionaram esse resultado foram:

- Redução de R\$ 420.297 mil, equivalente a uma variação favorável de 28% em relação a 2015, nos Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo em função do melhor cenário hidrológico, que causou redução do PLD do Nordeste em 44% e melhora do GSF com a consequente redução do custo do risco hidrológico quando comparamos o ano de 2016 com o ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Variação favorável de 22%, redução de R\$ 296.800 mil, na Energia adquirida no ambiente livre – ACL, impactado, principalmente, pela redução do preço praticado no ambiente de comercialização livre em 2016.
- Redução de R\$ 985.615 mil na Energia de Curto Prazo (PLD) em função da queda das exposições financeiras devido às diferenças de preços entre os PLD's nos submercados.

A redução do custo de energia para revenda foi parcialmente compensada pelo:

- Aumento de R\$ 410.331 mil nos custos de energia de leilão do ACR, dos contratos bilaterais, das cotas de garantia física e das cotas de Angra I e Angra II devido aos reajustes de tarifas de compras e inclusão de novas cotas e contratos no ano de 2016.
- Aumento de R\$ 75.434 mil no Custo do PROINFA em função das novas cotas para 2016.
- Aumento de R\$ 52.718 mil nos Encargos de Energia de Reserva em função da não ocorrência de repasse da CCEE referente à conta CONER em 2016 devido à redução do PLD médio do Nordeste em 44%, diferente de 2015 que ocorreu repasse compensando a despesa com o encargo.

(ii) Variação favorável de R\$ 134.058 mil nos Encargos de uso do sistema de transmissão, equivalente a 15,6%. O principal impacto foi registrado nas Distribuidoras, decorrente principalmente dos Encargos de uso do sistema de transmissão, com variação favorável de R\$ 132.723 mil, decorrente da melhora do cenário hidrológico e consequente redução do despacho das usinas termoeletricas, favorecendo o equilíbrio entre custo e receita. Essa melhora de cenário impactou principalmente nos encargos Encargo de Serviço do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva – ERR.

(iii) Variação favorável de R\$ 104.603 mil no Resultado de Participação em Empresas de Controle Conjunto e Coligadas, que é dada pela combinação das variações das linhas de Equivalência Patrimonial e de Amortização de Ágio. O principal impacto veio da variação positiva do resultado de equivalência patrimonial da Teles Pires Participações, em decorrência da entrada em operação comercial da UHE Teles Pires a partir de novembro de 2015. Este impacto foi parcialmente compensado pela reversão de IR/CS diferido sobre capitalização de despesas financeiras em TPP. O restante da variação foi decorrente das demais participadas que contribuíram positivamente ou negativamente em menor grau.

(iv) Aumento de 43,98%, representando R\$ 629.050 mil, no Custo de Construção, sem efeito no resultado, pois em contra partida houve igual aumento na receita de construção.

(v) Aumento de R\$ 95.867 mil dos gastos na conta de Pessoal e Administradores, principalmente, aos reajustes nas remunerações em função do novo acordo coletivo.

(vi) Aumento dos gastos com serviços de terceiros em R\$ 212.452 mil, decorrente principalmente do: (i) repasse dos índices de inflação nos contratos de prestação de serviços; e (ii) aumento no volume de serviços de manutenção corretiva, inspeção técnica, serviço de leitura e entrega de conta, desligamentos e religamentos, dentre outros.

(vii) Acréscimo de R\$ 29.633 mil, no custo com combustível para produção de energia devido ao aumento do preço do gás natural, exposição à variação cambial e o fim do benefício fiscal do ICMS a partir de abril de 2016.

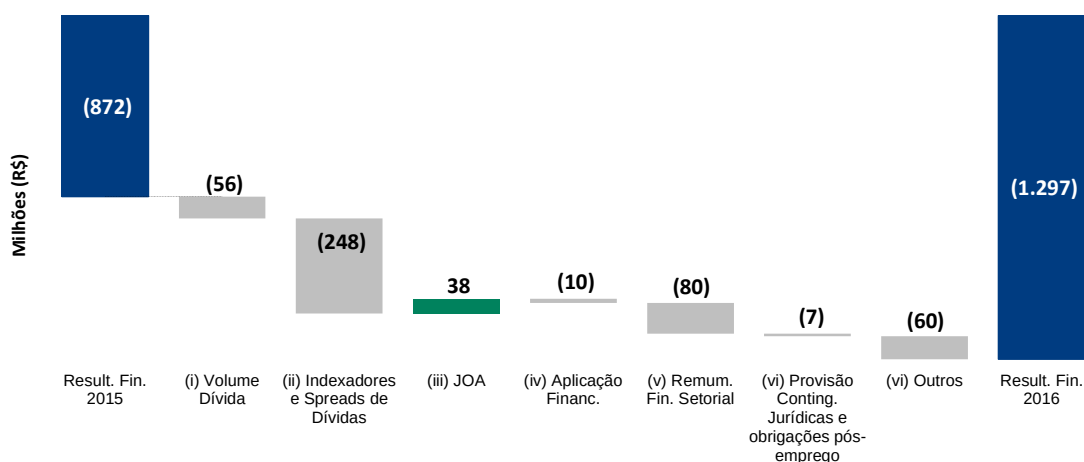
(viii) Aumento das provisões líquidas – PCLD e perdas em R\$ 41.383 mil, decorrente dos seguintes fatores: (i) aumento da tarifa decorrente do reajuste tarifário anual, (ii) clientes da classe industrial e comercial em recuperação judicial, (iii) perda de benefício de tarifa social de alguns consumidores por conta de recadastramentos, além do início de tributação do ICMS para clientes beneficiados pela tarifa social e (iv) implantação de nova regra da PCLD em atendimento a Instrução Normativa 1.515.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.4. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro do Grupo Neoenergia no ano de 2016 foi negativo em R\$ 1.296.614 mil, apresentando aumento de 45,65%, equivalente a R\$ 424.369 mil em relação ao ano de 2015.

Descrição	2016	2015	R\$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	227.065	237.496	(10.431)	(4,39)
Juros, comissões e acréscimo moratório	96.823	100.749	(3.926)	(3,90)
Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais	157.319	(2.223.605)	2.380.924	(107,07)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.407.601)	1.239.714	(2.647.315)	(213,54)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(64.087)	(72.258)	8.171	(11,31)
Remuneração financeira da parcela A e outros itens financeiros	18.868	99.197	(80.329)	(80,98)
Obrigações pós emprego	(83.147)	(68.123)	(15.024)	22,05
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(241.854)	(185.415)	(56.439)	30,44
Resultado Financeiro Líquido	(1.296.614)	(872.245)	(424.369)	48,65



Os principais fatores que contribuíram para esse resultado foram:

Encargos de dívida, variações monetárias, cambiais e instrumentos financeiros derivativos sofreram uma variação desfavorável de R\$ 266.391 mil, decorrente dos seguintes efeitos:

- Aumento no volume médio da dívida de 5,1% entre 2015 e 2016, impactando negativamente em R\$ 56.435 mil;
- Aumento do custo das novas captações atrelado ao aumento dos principais indexadores da dívida da Companhia - CDI e TJLP - impactaram negativamente em R\$ 248.239 mil;
- Aumento dos juros incorporados aos investimentos (Juros sobre Obras em Andamento – JOA), que representam um efeito positivo de R\$ 38.283 mil.
- O CDI acumulado no período foi de 14,00%, uma elevação de 0,82 pontos percentuais em comparação ao ano anterior, onde foi de 13,18%. Além disso, houve uma redução dos saldos médios de caixa e equivalentes de caixa gerando um impacto de volume. A combinação desses fatores acarretou uma perda de aproximadamente R\$ 10.431 mil na renda das aplicações financeiras reconhecidas no resultado.

Índice	2015	2016	Variação
CDI	13,24%	14,00%	0,76 p.p.
TJLP	6,25%	7,50%	1,25 p.p.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- (v) No ano de 2016 houve uma redução dos índices de inflação. Apresentamos abaixo os principais índices de preços utilizados para atualização de alguns passivos reconhecidos pela companhia, tais como: obrigações pós-emprego, provisões ("Contingências") e outros passivos passíveis de atualização monetária.

Índice	2015	2016	Variação
IGPM	10,54%	7,19%	-3,35 p.p.
IPCA	10,67%	6,28%	-4,39 p.p.

O IGP-M e o IPCA são os índices de preços utilizados na atualização de provisões jurídicas, obrigações pós-emprego, entre outras obrigações registradas. As reduções apresentadas por esses índices, quando comparados às taxas acumuladas em 2016 e 2015, ocasionaram uma variação positiva de R\$ 14.996 mil no resultado financeiro.

- (vi) Redução do Resultado positivo líquido da remuneração financeira setorial no montante de R\$ 80.329 mil, foi decorrente das correções dos ativos e passivos setoriais reconhecidos no balanço, e ocorreu da seguinte maneira nas distribuidoras:

- Coelba: variação negativa de R\$ 37.134 mil devido ao registro do saldo ativo menor em 2016 ao contrário de 2015, que demonstra que a cobertura tarifária deste ano, obtida no último reajuste tarifário, concedeu um valor maior para os custos incorridos.
- Celpe: variação negativa de R\$ 29.839 mil, decorrente, principalmente, da CVA de Energia que encerrou o ano de 2016 com um saldo ativo expressivamente menor que o de 2015. Dessa forma, em dezembro de 2016 os Valores a Compensar da Parcela A registraram um saldo passivo em função dos custos incorridos terem sido menores que a cobertura tarifária ao contrário de 2015 quando foi constituído um saldo ativo.
- Cosern: variação negativa de R\$ 13.356 mil, decorrente, principalmente, da Remuneração da CVA de Energia que encerrou o ano de 2016 com um saldo passivo ao contrário de 2015 onde foi constituído um saldo ativo. Dessa forma, em dezembro de 2016 a Remuneração da Parcela A registrou um saldo passivo maior que em 2015.

4. ENDIVIDAMENTO

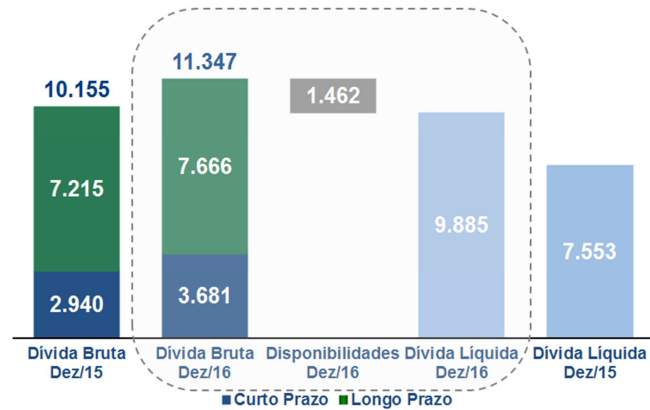
a. PERFIL DA DÍVIDA

Em dezembro de 2016 a dívida bruta consolidada da Neoenergia, incluindo empréstimos, debêntures e encargos, foi de R\$ 11.347 milhões, apresentando um crescimento de 11,74%, ou seja, R\$ 1.192 milhões em relação a dezembro de 2015. A dívida líquida registrada foi de R\$ 9.885 milhões.

O valor do endividamento total em dezembro de 2016, da Neoenergia contava com 67,6% da dívida contabilizada no longo prazo e 32,4% no curto prazo.

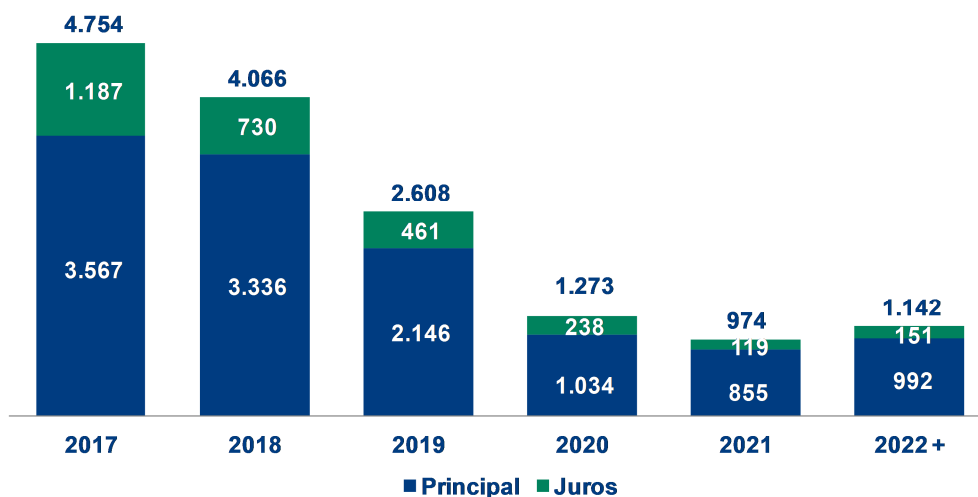
Evolução da Dívida (R\$ milhões)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2016. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ milhões)



5. PRÁTICAS DE GESTÃO

a. Estrutura de Governança

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo e a unificação de processos, práticas e políticas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com o apoio de Comitês que contribuem para as tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas da Companhia orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses.

Conselho de Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

É integrado por dez representantes dos acionistas, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, e seus respectivos suplentes, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Entre os titulares, quatro são indicados pela Iberdrola, quatro pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) e dois pelo Banco do Brasil – Banco de Investimentos (BBBI).

As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem mensalmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, bem como discutir os assuntos que merecem atenção de cada uma das controladas, apreciando-os antes de os temas seguirem para aprovação dos Conselhos de cada empresa. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria dos membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto por três membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se mensalmente ou através de reuniões extraordinárias sempre que convocado.

Diretoria Executiva

É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por sete membros, incluindo a Diretora Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

A Diretoria Executiva das empresas controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial na qual os diretores estatutários da *holding* também são diretores de todas as controladas da Neoenergia.

Comitês

O Grupo Neoenergia possui quatro diferentes comitês, instalados apenas na holding: de Auditoria, Financeiro, Remuneração e Sucessão e de Acompanhamento de Negócios. Cada Comitê, dentro de seu escopo, é responsável por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho de Administração. Cada Comitê é formado por 03 membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês realizam reuniões mensais, podendo realizar de forma extraordinária sempre que necessário.

b. Direito dos Acionistas e Política de Dividendos

A Neoenergia possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, que o valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, na forma da lei, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais e a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos intermediários é uma faculdade da Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016, foram declarados os valores de R\$ 111.065.112,46, como dividendo mínimo obrigatório e R\$ 188.934.887,54 relativos a Dividendos Adicionais, como remuneração total aos acionistas.

5.1. Relações com Investidores

No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, a Neoenergia adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de “rating” e instituições reguladoras, em conformidade com as boas práticas de governança corporativa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Neoenergia disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, “e-mail” (ri@neoenergia.com), no “site” Relações com Investidores (www.neoenergia.com.br – “link” RI) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM. Além disso, o Grupo Neoenergia realiza reuniões webconferences trimestrais e APIMEC anual com os principais números de cada empresa do Grupo e consolidado.

5.2. Integridade e Ética

A Neoenergia tem como um de seus valores a INTEGRIDADE e busca incessantemente pautar sua conduta e a de seus colaboradores dentro de princípios éticos e de conformidade com a legislação brasileira e com as melhores práticas em termos de ética empresarial. Além disso, envida esforços para que seus fornecedores de bens e serviços também adotem condutas íntegras e aderentes aos princípios defendidos pela Companhia em seu Código de Ética e em suas Políticas de Integridade.

A empresa aderiu também às normas estipuladas em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, por meio do Pacto Global das Nações Unidas contra Corrupção e se alinhou aos princípios de combate à corrupção, estabelecidos pelo Instituto ETHOS.

Para atingir seus propósitos a Neoenergia conduziu uma série de ações em linha com o seu Programa de Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração, aderente à legislação anticorrupção brasileira, e que contempla todas as empresas do Grupo. A coordenação desse programa é realizada pela Superintendência de Compliance, criada desde 2014, a qual é responsável por a) planejar, conceber, executar, manter e avaliar o Programa de Integridade da Neoenergia e suas controladas; b) elaborar e revisar Códigos de Conduta, políticas e procedimentos a fim de promover e reforçar uma cultura de integridade baseada em princípios éticos de negócio; c) identificar, avaliar e propor medidas de mitigação de riscos de não conformidade de forma a garantir a aderência do Grupo aos princípios da legalidade e de combate à corrupção; d) investigar os casos de conduta em desconformidade com o Código de Ética e políticas de integridade; e) treinar executivos e colaboradores sobre temas relacionados com ética empresarial e legislação anticorrupção; f) propor medidas de prevenção relacionadas com comportamento ético e aderente à legislação; g) coordenar os comitês de ética, que são responsáveis pela disseminação da cultura de integridade ética por toda a organização, apoiando a Superintendência em suas atribuições.

Ao longo de 2016 merecem destaque as seguintes ações: i) Condução do programa de integridade aprovado pelo Conselho de Administração; ii) 1ª Revisão do Código de Ética da Neoenergia; iii) elaboração da Política de Conflito de Interesses e da norma de Relacionamento com o Poder Público; iv) treinamento sobre princípios éticos e legislação anticorrupção para líderes e colaboradores (presencial e via intranet), bem como para prestadores de serviços; v) estruturação e composição dos comitês de ética.

O esforço da empresa em sua jornada de integridade foi recompensado pela conquista, já em sua primeira participação, do Prêmio Empresa Pró Ética - 2016, concedido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, evidenciando a aderência de seu Programa de Integridade às melhores práticas empresariais em termos de prevenção e aderências aos requisitos da legislação anticorrupção brasileira.

5.3. Gestão de Riscos

Em 2016 foi implantada a área de Gestão de Riscos na Neoenergia com objetivo de trazer mais transparência para os processos corporativos e suporte na tomada de decisões estratégicas do Grupo.

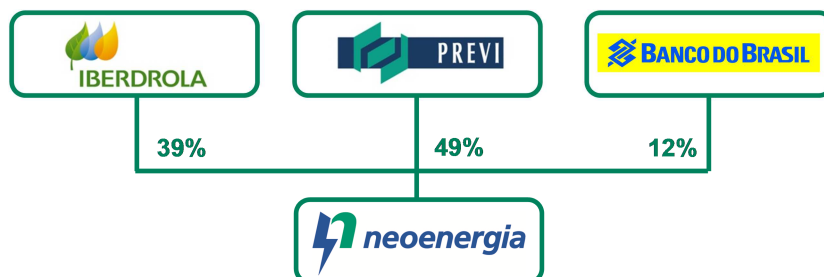
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A área é coordenada pela Superintendência de Planejamento Financeiro e Riscos e se reporta à Diretoria Financeira e Relações com Investidores. As responsabilidades da área são a) elaborar e monitorar os Mapas de Riscos nos negócios de Distribuição, Geração, Comercialização, Transmissão e Holding b) definir Políticas de Riscos para o Grupo e cada negócio da companhia; c) realizar avaliação de rating de fornecedores de serviços e produtos; d) elaborar relatórios e informações externas relacionadas aos riscos da companhia (CVM, ANEEL) d) suportar as áreas Financeiras e de Contabilidade na precificação e contabilização de instrumentos financeiros e) disseminar a cultura de Gestão de Riscos pelo Grupo Neoenergia.

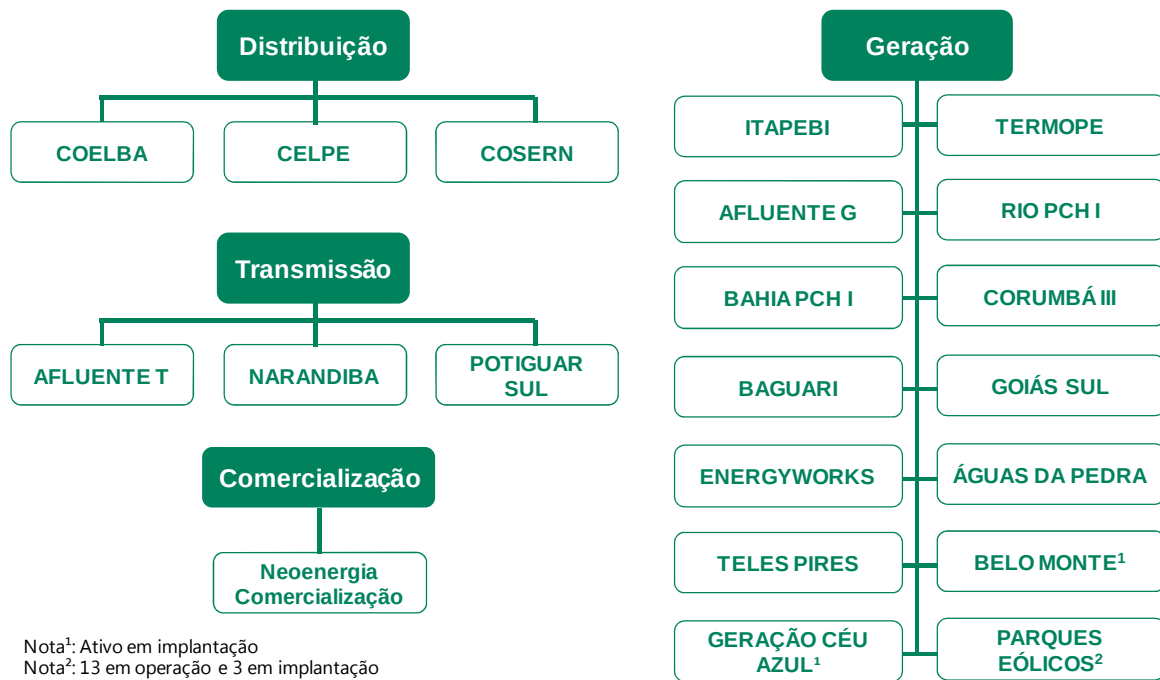
Um marco importante do ano de 2016, para a área de Gestão de Riscos do Grupo Neoenergia, foi a aprovação, pelo Conselho de Administração da Neoenergia, das três primeiras Políticas de Riscos: Política Geral de Gestão de Risco Corporativo, Política de Risco de Crédito e Política de Risco para Negócio de Distribuição. As políticas estão alinhadas às melhores práticas de mercado e tem como principal objetivo a maior previsibilidade dos resultados, com foco em eficiência.

Também em 2016, a área de Gestão de Risco atuou através da Comissão de Riscos, órgão consultivo que se reúne periodicamente, com os principais executivos da companhia, para discutir a metodologia para identificação, quantificação, monitoramento e ações de mitigação de riscos. A área de Riscos atua em conjunto com as áreas de Compliance, Controles Internos e Auditoria, no apoio ao planejamento estratégico do Grupo Neoenergia e alinhado às expectativas de Acionistas, Investidores e Órgãos Reguladores.

6. ESTRUTURA SOCIETÁRIA E BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A Neoenergia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto com o objetivo de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

Em 1997 a Neoenergia iniciou seus investimentos no segmento de distribuição de energia com a aquisição no leilão de privatização da Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia), maior empresa de distribuição do Nordeste. No mesmo ano o Grupo adquiriu, também através de leilão de privatização, a Cosern (Companhia Energética do Rio Grande do Norte), ambas com concessão federal de 30 anos.

Em abril de 1999, foi outorgada à Companhia a concessão de uso de bem público para exploração do aproveitamento hidrelétrico denominado Itapebi no rio Jequitinhonha. Em outubro de 2003, 42% das ações da Itapebi que pertenciam à Coelba foram vendidas para a Neoenergia. Itapebi foi a primeira usina construída pela Neoenergia.

Em 2000, a Neoenergia arrematou em leilão de privatização a CELPE (Companhia Energética do Estado de Pernambuco). O negócio incluía o compromisso de construção de uma usina termoeletrica no Estado. Ainda em 2000 iniciaram-se as obras da UTE Termopernambuco. Neste mesmo ano, a Neoenergia criou a comercializadora NC Energia para atender a indústrias, grandes e pequenas geradoras de energia e empresas de serviços interessadas na compra e venda de energia.

Em 2004, para aproveitar a sinergia dos negócios e melhorar sua gestão, o Grupo Neoenergia se reestruturou e implementou um novo modelo de governança corporativa. O Grupo passou a operar com um quadro diretivo único, com conselheiros da holding presentes nas principais controladas. Foram instaurados comitês para auxiliar o Conselho de Administração, conforme descrito a seguir no capítulo de Governança Corporativa. Esse também foi o ano em que a Termopernambuco entrou em operação comercial.

Em 2005 a Neoenergia venceu o leilão de concessão para construção da UHE Baguari e das PCHs Goiandira e Nova Aurora. Em agosto do mesmo ano foi constituída a Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. para assumir os ativos de geração e transmissão da Coelba, que foram segregados da companhia distribuidora em atendimento ao processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2006 foram adquiridas as concessões para construção e exploração das PCHs Pirapetinga, Pedra do Garrafão, da UHE Corumbá III e da UHE Dardanelos. E em 2007, a Neoenergia adquiriu autorização para construção da PCH Sítio Grande.

Em 2008 a Neoenergia adquiriu autorização para construção da UHE Baixo Iguaçu. Por motivos de licenciamento ambiental, as obras de implantação desse empreendimento foram iniciadas somente em 2013 e ainda encontra-se em fase de implantação. Em 2009, foram inauguradas as PCHs Pirapetinga, Pedra do Garrafão, as UHEs Baguari e Corumbá. Na área de transmissão, foi adquirida autorização para construção da Subestação Narandiba, com o propósito de reforçar o suprimento de energia para a Região Metropolitana de Salvador. A obra teve início em março de 2010 e a subestação entrou em operação em 2011.

Em 2010, a Neoenergia adquiriu a participação de 10% na UHE Belo Monte, localizada no rio Xingu (PA). Também foram assinados os Contratos de Concessão referentes às instalações de transmissão da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. e das usinas da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Em agosto do mesmo ano, a Neoenergia ingressou no segmento de fontes alternativas e, em conjunto com a Iberdrola Renováveis, conquistou no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela ANEEL, o direito de construir nove parques eólicos. Também em parceria com a Iberdrola Renováveis, a Neoenergia construiu na Bahia seu décimo Parque Eólico, Caetité 1, totalizando 288MW de capacidade instalada em eólicas. Em outubro, iniciou a operação comercial da PCH Sítio Grande, seguida da PCH Goiandira e da PCH Nova Aurora.

Em dezembro de 2010, foi arrematado em leilão o direito de construção e exploração da UHE Teles Pires por meio do Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, formado por Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%). A usina tem potência instalada de 1.820 MW. Nesse mesmo mês, foi assinado um Instrumento de Compra e Venda com a Iberdrola para aquisição das empresas de cogeração Energyworks e Capuava Energy.

Em agosto de 2011, foi concedida pela ANEEL a autorização para a entrada em operação comercial da UHE Dardanelos e em dezembro, no segmento de transmissão, a Neoenergia arrematou a concessão da Subestação Extremoz. O objetivo dessa subestação é atender à crescente demanda de energia no setor norte da Região Metropolitana de Natal.

Em junho de 2012, a Neoenergia arrematou a concessão para construção, operação e a manutenção da expansão da Subestação Brumado II localizada no Estado da Bahia. Em agosto de 2012, a Neoenergia por meio da SPE Geração Céu Azul S.A., assinou o contrato de concessão da UHE Baixo Iguaçu pelo prazo de 35 anos.

Em 2013, os parques eólicos Mel e Arizona 1 da Força Eólica do Brasil, entraram em operação comercial. Em março desse mesmo ano, os parques eólicos Caetité 2, Caetité 3, Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5 tiveram suas obras concluídas e receberam o status de "Aptos a Operação Comercial", tendo suas obras finalizadas e reconhecidas pela ANEEL.

Em maio de 2013, no leilão de transmissão da ANEEL 001/2013, o Grupo Neoenergia adquiriu o lote G. O Projeto (Potiguar Sul) consiste na construção e instalação da Linha de Transmissão de 500 Kv para conexão nas subestações Campina Grande III, na Paraíba e Ceará-Mirim II, no Rio Grande do Norte, totalizando 196 km de linha.

Em 2014, a Força Eólica do Brasil, controlada pela Neoenergia e pela Iberdrola Renováveis, sagrou-se vencedora em mais dois leilões de energia para a construção de seis novos parques eólicos, sendo três no Rio Grande do Norte e três na Paraíba. Com esses novos projetos, a Neoenergia terá 16 parques de geração eólica no Brasil.

Em outubro de 2014, os parques eólicos Caetité 1, Caetité 2 e Caetité 3 entraram em operação comercial, logo após a disponibilização da conexão. Em novembro de 2014 ocorreu o enchimento do reservatório da UHE de Teles Pires.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de compra, pela Neoenergia, da participação que a Iberdrola detinha da Coelba e Cosern de 8,5% e 7,01% respectivamente.

Em 2016, 8 parques eólicos da Força Eólica do Brasil entraram em operação comercial, sendo Calangos 1 a 5, vencedores do 2º Leilão de Fontes Alternativas de 2010 – parques que encontravam-se na condição de aptos a operar, devido a ausência do sistema de transmissão correspondente - e Calango 6, Santana 1 e Santana 2 vencedores do Leilão A-3/2014. A Linha de Transmissão 500 kV Campina Grande III – Ceará Mirim II (Potiguar Sul), vencedora do Leilão de Transmissão nº 1/2013, também iniciou a operação comercial neste ano. Adicionalmente, três unidades geradoras da UHE Teles Pires passaram à condição de operação comercial, conforme Despacho nº 2.103/2016-ANEEL. Atualmente, todas as cinco unidades geradoras da referida usina encontram-se em operação comercial.

Ainda em 2016, entraram em operação comercial sete unidades geradoras da UHE Belo Monte, sendo três, com potência unitária de 611,10 MW, na Casa de Força Principal (Despachos nº 965, 1.888 e 2.880/2016-ANEEL) e quatro, com potência unitária de 38,85 MW, no Sítio Pimental (Despachos nº 1.031, 1.527, 2.109 e 2.909/2016-ANEEL). Mais duas unidades, uma em cada casa de máquina, encontram-se em fase de testes (Despachos nº 3.218 e 3.339/2016-ANEEL).

Em 2016 iniciou-se a operação de venda de Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Bahia PCH I S.A., Goiás Sul S.A., Rio PCH S.A. e EnergyWorks do Brasil Ltda. com Capuava Energy Ltda, conforme mencionado acima no item 1.2 do Desempenho Operacional deste relatório.

7. AMBIENTE REGULATÓRIO

7.1 GERAÇÃO

O setor elétrico brasileiro tem enfrentado regimes hidrológicos desfavoráveis desde o ano de 2013, acarretando na baixa acentuada do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atingiram, em 2014, um dos níveis de armazenamento mais baixos já observado na última década. Tal situação levou o Operador Nacional do Sistema a priorizar o despacho das usinas térmicas, buscando com isso poupar ao máximo a geração hidráulica e os níveis dos seus reservatórios.

Como consequência, houve uma elevação no valor do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), referência para a negociação de energia no Mercado de Curto Prazo. O PLD impacta diretamente os agentes com posições contratuais negativas ou positivas no mercado de curto prazo, sejam eles geradores ou distribuidoras.

Esse cenário acarretou em exposições financeiras nas empresas geradoras por conta da insuficiência de recursos energéticos alocados pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) para honrar seus contratos de venda de energia. O MRE é um mecanismo que busca a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender às suas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit - usualmente conhecida pelo acrônimo *Generation Scaling Factor* (GSF) - que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores.

Importante destacar que as usinas térmicas também foram impactadas. O seu acionamento quase ininterrupto durante o ano de 2015 elevou a necessidade de paradas programadas para execução de manutenções, o que expôs esses agentes aos elevados preços do Mercado de Curto Prazo desse período. Assim, a ANEEL entendeu ser necessário revisar os critérios e metodologia de cálculo do valor máximo do PLD e, após consulta aos agentes de mercado realizada em 2014 por meio de Audiência Pública, a ANEEL estabeleceu o valor máximo do PLD em R\$ 388,48/MWh,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

com vigência a partir de 01 de janeiro de 2015, visando mitigar as exposições financeiras negativas dos geradores.

Em 2015 observamos a manutenção do cenário hidrológico desfavorável em grande parte do ano. Apesar da redução do valor máximo do PLD e do desligamento das usinas térmicas com custos de operação mais elevados durante o ano de 2015, a situação de déficit na alocação de energia GSF permaneceu impactando negativamente o resultado financeiro dos empreendimentos hidrelétricos.

Essa situação motivou a busca de soluções que mitigassem o impacto financeiro negativo observado pelos geradores hidrelétricos, sob o risco de inviabilizar a continuidade dos negócios de determinados agentes. Nesse sentido, foi publicada a Medida Provisória nº 688, em 18 de agosto de 2015, que dispõe sobre as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Naquela ocasião, a principal condição para repactuação do risco hidrológico apresentada, foi o pagamento de um prêmio de risco pelos agentes de geração, a ser estabelecido pela ANEEL, a fim de que esse risco fosse transferido aos consumidores de energia por meio da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Em 08 de dezembro de 2015, a Medida Provisória nº 688 foi convertida na Lei nº 13.203, mantendo praticamente o mesmo texto apresentado anteriormente. Posteriormente, em 11 de dezembro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabeleceu os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico pelos agentes de geração, bem como o valor dos prêmios de risco a serem pagos pelos agentes, de forma proporcional ao nível de proteção ao risco hidrológico desejado.

Em 21 de dezembro de 2015, a Neoenergia solicitou à ANEEL a homologação da repactuação do Risco Hidrológico e, em 28 de dezembro comunicou ao mercado sua intenção em repactuar o risco hidrológico de suas usinas, com exceção da UHE Teles Pires, UHE Belo Monte, PCH Sítio Grande e UHE Presidente Goulart. As duas primeiras não aderiram à repactuação, pois não foram impactadas pelos efeitos do GSF no ano de 2015. A PCH Sítio Grande tem sua energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre e a repactuação do risco hidrológico nos termos apresentados não mostrou-se favorável, já a UHE Presidente Goulart não foi impactada por não pertencer ao MRE no ano de 2015. Após a manifestação da empresa, a ANEEL emitiu os Termos de Repactuação por meio dos Despachos nº 035/2016, nº 036/2016 e nº 037/2016.

No ano de 2016, a hidrologia permaneceu desfavorável e a situação de déficit na alocação de energia GSF se manteve, porém agora, sob a égide das Regras de Comercialização que consideram a repactuação do risco hidrológico realizada no final de 2015 para as geradoras do ACR. Contudo, como grande parte das usinas hidráulicas do Grupo detinham acordos de repactuação do risco hidrológico, a exposição financeira destas usinas na CCEE foi inferior aquela verificada nos anos de 2014 e 2015. Destaca-se que o PLD máximo em 2016 foi definido no valor de R\$ 422,56 / MWh, porém, não foi atingido em nenhum período de contabilização.

Considerando que a UHE Teles Pires completou a plena motorização de suas 5 unidades geradoras em 30 de setembro do mesmo ano, foi então encaminhada correspondência a ANEEL solicitando a repactuação do risco hidrológico da usina, que teve parecer favorável das áreas técnicas consubstanciado pela Nota Técnica nº 271/2016–SRM-SRG/ANEEL. Tal processo foi encaminhado a Diretoria Colegiada da Agência, excepcionalmente responsável pela aprovação deste pleito específico, dado o Termo de Compromisso firmado entre a CHTP e a ANEEL, quando da pactuação dos termos comerciais vigentes durante o atraso da transmissão da Rede Básica necessária ao pleno escoamento da energia produzida pela usina. Até o final de 2016 aguardávamos o voto do Diretor da ANEEL com a devida anuência.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com relação a operação do Sistema Interligado Nacional, deve-se ressaltar que foi observado aumento significativo da geração de energia oriunda das usinas eólicas, responsável pelo atendimento de aproximadamente 7% da demanda por energia no Brasil. Sobre a capacidade instalada, foi atingido o valor de 10 GW no ano de 2016, oriundos de aproximadamente 400 usinas eólicas em operação comercial, o que representa um crescimento de 20% quando comparado ao final de 2015. Com o montante atual, a energia eólica já representa 6,5% da matriz de capacidade instalada, o que mostra a gradativa inserção dessa fonte em nossa matriz.

Segundo dados do Operador Nacional do Sistema – ONS, no dia 13 de setembro, a geração de energia eólica verificada no Subsistema Nordeste foi responsável por mais um recorde, atingindo 5.804 MW médios. A quantidade de energia gerada pelos ventos foi de 606 MW médios superior na comparação ao primeiro recorde do segundo semestre de 2015, quando o total gerado foi de 5.203 MW médios, no dia 25 de julho. A região Sul do país também atingiu números relevantes e em setembro atingiu 1.302 MW médios.

Outro aspecto relevante ocorrido em 2016 e que merece destaque, diz respeito à situação dos empreendimentos de Transmissão. Em setembro de 2016, a ANEEL emitiu um Relatório de Acompanhamento que tem como objetivo obter informações de qualidade quanto ao andamento de alguns da implantação dos empreendimentos de transmissão pertencentes a Rede Básica. Esses empreendimentos são selecionados com base em uma matriz de criticidade, que considera o porte dos empreendimentos, o atraso previsto, a importância sistêmica, a necessidade de licenciamento ambiental e a geração associada. Por meio desse relatório, aliado às informações contidas no Sistema de Gestão de Transmissão – SIGET, constata-se que de um total de 348 empreendimentos, apenas 5,75% estão com o cronograma adiantado, 25,86% estão dentro dos prazos informados e uma fatia de 62,93%, o que corresponde a 219 empreendimentos, estão em atraso.

Importa destacar ainda, a entrada em vigor da Resolução Normativa nº 729 de 28 de junho de 2016. Tal Resolução representa grande impacto nas empresas de transmissão, dado que estabelece as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das instalações sob responsabilidade de concessionária de transmissão integrantes da Rede Básica. Esta Resolução revoga e substitui a Resolução Normativa nº 270/2007 e introduz modificações nos critérios e procedimentos para cálculo da Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI), Atraso (PVA) e Restrição Operativa (PVRO). Excepcionalmente durante o segundo semestre deste ano, por conta de dificuldades operacionais que o ONS vem enfrentando na adequação dos sistemas computacionais de modo a realizar a apuração dos valores de PVI a serem pagos pelas transmissoras, a ANEEL determinou que a contabilização do período de julho a dezembro de 2016 fosse realizada a partir de janeiro de 2017.

Já com relação a legislação setorial, um dos principais fatos ocorridos foi a publicação da Lei nº 13.360, em 18 de novembro de 2016, oriunda do processo de conversão da MP 735, que, dentre outras medidas, busca facilitar os processos de privatização, reduzir a burocracia de leilões e reduzir os custos da União com subsídios a concessionárias e permitir a desestatização de distribuidoras estaduais que foram federalizadas.

Com o surgimento da referida Lei, diversas regras que impactam o Setor Elétrico passaram por sanção presidencial. Abaixo são destacadas as principais alterações propostas pelo novo instrumento no âmbito da Geração:

I. Alterações no Mecanismo de Realocação de Energia Elétrica (MRE)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A partir da publicação desta nova Lei, os empreendimentos hidrelétricos não despachados centralizadamente que optarem por participar do MRE, somente poderão ser excluídos do referido mecanismo por solicitação própria ou em caso de perda de outorga.

II. Do Reconhecimento de Excludentes de Responsabilidade

Uma das principais alterações propostas, refere-se às questões passíveis de serem consideradas como excludente de responsabilidade por parte do empreendedor. Com a nova Lei, a responsabilidade dos julgamentos volta a ser da ANEEL. Além disso, todo e qualquer atraso incorrido durante o período de implantação do empreendimento, caracterizado como excludente de responsabilidade, terá o prazo da outorga de geração ou transmissão de energia elétrica recomposto pela ANEEL, por meio da extensão da outorga pelo mesmo período do excludente de responsabilidade, bem como será feito o adiamento da entrega de energia caso o empreendedor tenha contrato de venda em ambiente regulado.

III. Da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – (CFURH)

A alíquota da CFURH passa de 6,25% para 7,00% sobre o valor da energia elétrica produzida. Esse encargo é pago pelo titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tenham – em seus territórios - instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

7.2 DISTRIBUIÇÃO

Em 2016 a situação de sobrecontratação das distribuidoras agravou-se em função da crise econômica. Ao longo do ano foram promovidas várias reuniões com o Ministério de Minas e Energia - MME e Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE, com o intuito de discutir propostas para mitigar os efeitos da sobrecontratação generalizada das distribuidoras. De acordo com dados levantados pela associação, a sobrecontratação sistêmica expôs 80% das distribuidoras ao risco de um nível de contratação acima de 105% da demanda real, o que representa elevada chance de perda econômica, em função do Preço da Liquidação das Diferenças - PLD poder ser inferior ao preço da energia contratada. Nas reuniões foi defendido o argumento de que a queda sistêmica da economia não pode ser rotulada como risco ordinário da distribuidora, principalmente quando considerado que mesmo com revisão para menor o Plano Decenal de Expansão – PDE 2021 ainda projetava um crescimento de carga consistente da ordem de 4,2% a.a. para 2016. Além disso, o mercado financeiro só vislumbrou queda do PIB de 2016 no segundo semestre de 2015, ou seja, sem que houvesse tempo hábil para as distribuidoras ajustarem adequadamente o nível de contratação para o ano de 2016. Além da redução do consumo, houve expressiva migração de consumidores para o ambiente livre, inclusive com estímulo de um desconto na tarifa de uso da rede para o caso de vir a comprar de fontes renováveis alternativas. A partir de tratativas junto ao MME e ANEEL, várias ações foram empreendidas ao longo de 2016 com o intuito de mitigar a sobrecontratação das distribuidoras:

- Resolução Normativa nº 706/2016 possibilitou que eventual saldo positivo decorrente da alocação de cotas em volume superior ao Montante de Reposição em determinado ano poderá ser abatido da demanda dos Leilões de Energia Existente de anos subsequentes, caso solicitado pelos agentes de distribuição;
- Resolução Normativa nº 711/2016 estabeleceu critérios e condições para celebração de acordos bilaterais entre partes signatárias de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com objetivo de redução ou rescisão dos respectivos contratos. Com isso foram criados mecanismos que garantem maior eficiência no processo de acordo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

bilateral entre as distribuidoras e os geradores, além de proporcionar maior autonomia aos agentes envolvidos e, ao mesmo tempo incentivam a eficiência na contratação de energia;

- Resolução Normativa nº 726/2016 permitiu que as distribuidoras pudessem reduzir os CCEARs de Energia Existente em função da migração de cliente especial para o Ambiente de Contratação Livre - ACL, da mesma forma como já é feito por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD quando ocorre migração de cliente livre para o ACL. No entanto a medida abarcou apenas os contratos firmados nos próximos leilões, ou seja, os contratos até então vigentes de energia existente não poderão ser reduzidos;
- Resolução Normativa nº 727/2016 alterou o MCSD de Energia Nova para permitir que depois da primeira etapa rodada entre distribuidoras, havendo ainda sobras de energia, haverá uma segunda rodada onde será permitida a participação de geradores que tenham interesse em reduzir ou rescindir os contratos, com intuito de evitar os efeitos da sobrecontratação;
- Decreto nº 8.828/2016, publicado em agosto de 2016, desobrigou as distribuidoras, que estão sobrecontratadas, a contratarem o limite mínimo de 96% do Montante de Reposição, medida que oportunizou ajuste no lastro das distribuidoras a partir de 2017;
- Visando atenuar eventuais sobrecontratações e permitir que as distribuidoras declarem necessidade de compra para o Leilão A-1 mais próxima à realidade, em outubro de 2016 a ANEEL publicou o Despacho nº 2.769/2016, determinando que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE promova algumas mudanças nos procedimentos de realização do MCSD de Energia Existente. Uma das novidades foi a criação de mais uma modalidade de MCSD - Trocas Livres, que ocorrerá em novembro de cada ano com efeitos a partir de janeiro do ano subsequente.

As distribuidoras do Grupo Neoenergia encerraram o ano de 2016 com uma sobrecontratação de 5,49% para COSERN, 7,06% para, CELPE e 5,43% para COELBA, que representam, respectivamente 34,42 MW médios, 114,81 MW médios e 129,95 MW médios de sobra contratual. Esses excedentes são liquidados no âmbito da CCEE ao valor de PLD do respectivo período. Até uma sobrecontratação de 5% os efeitos econômicos são repassados para a tarifa. O volume que exceder poderá constituir ganho ou perda econômica para a companhia em função da diferença entre o valor do PLD a cada período no respectivo submercado e o preço médio da energia contratada. O caso da COELBA e COSERN houve ganho, e para a CELPE, perda, porém pouco expressiva.

Com relação ao Contrato de Concessão das Distribuidoras, houve, no ano de 2016, alguns ajustes importantes promovidos pela ANEEL. Primeiramente, destaca-se a publicação da Resolução Normativa nº 716/2016 que permitiu que áreas de concessão atendidas por distribuidoras sujeitas a controle societário comum possam ser agrupadas, com a unificação dos respectivos termos contratuais, mediante solicitação enviada à ANEEL até 31 de agosto do ano anterior ao do efetivo agrupamento, com as características das concessões que serão agrupadas, a operação escolhida para a reorganização societária e a justificativa para o agrupamento quanto à sua racionalidade operacional e econômica. A ANEEL deliberará pela unificação a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao da solicitação. A referida resolução define ainda que a data-base dos reajustes e revisões da concessionária agrupada será na data-base do último processo tarifário previsto dentre as concessionárias originais no primeiro ano do agrupamento.

Outra mudança instituída por meio do Despacho ANEEL nº 2.194/2016 no qual foi a minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição, de caráter opcional, para as concessionárias que não tiveram os contratos prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013. A intenção da agência foi fazer um aprimoramento na regra para dar possibilidade às distribuidoras

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

que ainda não tiveram suas concessões prorrogadas, a assinarem o novo modelo de contrato de concessão. As distribuidoras que se enquadram nesta condição poderão aderir integralmente ao novo modelo de contrato, instrumento que poderá contemplar nova data para realização dos processos tarifários, o que deve ser objeto de audiência pública específica para cada concessionária. Adicionalmente a Resolução Normativa nº 747/2016, publicada em dezembro de 2016, estabeleceu critérios para limitação de distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio em razão da violação de indicadores de continuidade, uma vez que o termo aditivo possui cláusulas relativas à restrição de proventos. Importante ressaltar que essa regra apenas afetará aquelas empresas que tiverem a renovação da concessão ou que aderiram ao novo aditivo, o que não é caso da COELBA nem da COSERN cuja renovação ocorrerá apenas em 2027, nem da CELPE cuja renovação ocorrerá em 2030.

Já com relação a legislação setorial, um dos principais fatos ocorridos foi a publicação da Lei nº 13.360, em 18 de novembro de 2016, oriunda do processo de conversão da MP 735, que, dentre outras medidas, busca facilitar os processos de privatização, reduzir a burocracia de leilões e reduzir os custos da União com subsídios a concessionárias e permitir a desestatização de distribuidoras estaduais que foram federalizadas.

Com o surgimento da referida Lei, diversas regras que impactam o Setor Elétrico passaram por sanção presidencial. Abaixo são destacadas as principais alterações propostas pelo novo instrumento no âmbito da Distribuição:

I. Adequação do custeio da CDE e fim da assimetria regional das cotas

Além de se buscar adequar o custeio da CDE às disponibilidades orçamentárias e financeiras será antecipado de 2035 para 2030 o prazo para o fim da assimetria regional nas cotas, além disso as cotas serão fixadas conforme o nível de tensão e com vistas a proteger os consumidores de baixa renda de impactos tarifários uma vez que irá isentar da CDE os consumidores beneficiados pela Tarifa Social de Energia Elétrica.

II. Incrementos no Custeio da CDE

A partir da publicação desta Lei a CDE passará a custear pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, com destinação ao Ministério de Minas e Energia - MME de 3% dos recursos; realizar empréstimos destinados ao custeio ou investimento a serem realizados por empresa controlada pela União; prover recursos para os dispêndios da CCEE na administração da CDE, CCC e RGE; prover recursos para compensar impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural, concessionárias ou permissionárias, em relação à principal distribuidora supridora, na forma a ser definida pela ANEEL.

III. Transferência do controle societário da concessionária

A Lei passou a permitir a transferência do controle societário da concessionária, como opção à caducidade da concessão, para grupo com habilitação técnica e financeira para garantir a prestação adequada do serviço. Para tanto, deverá haver aprovação da ANEEL a partir da demonstração da viabilidade da troca de controle e do benefício dessa medida para a adequação do serviço prestado.

IV. Venda de Energia pelas Distribuidoras no ACL

A Lei 13.360/16 regulamentou a possibilidade das Distribuidoras comercializarem seus excedentes contratuais de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Logo, a partir da publicação do respectivo normativo, será permitido às Distribuidoras, celebrar contratos de venda de energia elétrica, livremente negociados com consumidores livres, desde que lastreados no montante de energia excedente decorrente de contratos de compra para atendimento à totalidade de seus mercados. O tema será regulamentado pela ANEEL que definirá se o efeito será neutro e se ocorrerá através de leilão ou não.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

V. Liberação do mercado

Poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer fornecedor a partir de 2019, os consumidores existentes em julho/1995 com carga ≥ 3 MW, atendidos em tensão inferior a 69 kV. O Poder Concedente poderá antecipar esses prazos.

VI. Dos Leilões de Energia no ACR

O novo regulamento trouxe novas medidas aplicáveis aos Leilões de energia promovidos pela ANEEL. Para a energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes, a entrega da energia poderá ser realizada até o quinto ano subsequente ao Leilão, na regra antiga essa entrega deveria ser feita no máximo até dois anos após a licitação. Já para a energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, o prazo para a entrega da energia que variava entre três e cinco anos, passa a ser de três a sete anos.

Outra mudança importante implementada através de outro instrumento oriundo da ANEEL, a Resolução Normativa nº 699/2016, publicada em fevereiro de 2016, foi a regulamentação o inciso XIII do art. 3º da Lei nº 9.427/1996, que trata dos controles prévios e a posteriori sobre atos e negócios jurídicos entre as concessionárias, permissionárias e autorizadas e suas partes relacionadas.

Com a referida regulamentação, além da manutenção do conceito anterior de Parte Relacionada, que remetia aos controladores, suas sociedades e coligadas bem como as controladas e coligadas de controlador comum, foram incluídos (i) seus administradores e diretores, quando o objeto do negócio for estranho às competências e atribuições estatutárias inerentes ao cargo; (ii) pessoas jurídicas que possuam diretores ou administradores em comum, indicados pelos acionistas controladores, quando estes representem a maioria do capital votante; e (iii) as pessoas jurídicas que possuam diretores ou administradores comuns à Permissionária. Outra questão de destaque foi a regulamentação dos contratos de prestação de serviço e de compartilhamento de infraestrutura e de recursos humanos, possibilitando que os contratos estabelecidos anteriormente possam ser prorrogados, desde que anuídos pela ANEEL, caso se demonstre vantagem operacional, econômica e financeira para o Agente contratante em aditar a avença frente a uma nova contratação.

Ainda com relação a este processo, o rateio dos custos de compartilhamento de recursos humanos ocorrerá de forma proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto – AIB do agente participante do compartilhamento. No compartilhamento de recursos humanos pelas Distribuidoras, essas deverão manter a autonomia integral dos processos de operações, de engenharia e de ouvidoria. Com relação as áreas de suprimentos, contábil, comercial, financeira, de auditoria, além de outras a critério da ANEEL, as Distribuidoras deverão, no pedido de anuência prévia, apresentar a forma de gestão a ser aplicada aos referidos processos, de modo a evidenciar sua autonomia para que o serviço concedido se mantenha adequado por todo o período da contratação, sendo que a ANEEL poderá demandar a autonomia integral ou parcial dos processos.

7.2.1 TARIFAS DA DISTRIBUIÇÃO

COELBA

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2016

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.066 de 19 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de abril de 2016, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 16,07%, dos quais 12,18% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 3,89% aos componentes financeiros pertinentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 10,72%, conforme tabela a seguir.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2016 com vigência até 21 de abril de 2017.

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	10,64%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	10,76%
Efeito tarifário médio AT+BT	10,72%

CELPE

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2016

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.067 de 26 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de abril de 2016, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, de 14,03%, dos quais 11,29% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 2,74% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 9,99%, conforme tabela abaixo.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2016 com vigência até 28 de abril de 2017.

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	6,77%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	11,66%
Efeito tarifário médio AT+BT	9,99%

COSERN

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2016

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.064, de 19 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de Abril de 2016, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 11,51%, dos quais 11,80% correspondem ao reajuste tarifário econômico e -0,29% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 7,73%, conforme tabela a seguir:

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2016 com vigência até 21 de abril de 2017.

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	7,61%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	7,78%
Efeito tarifário médio AT+BT	7,73%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Sustentabilidade é um valor para o Grupo Neoenergia e está materializada na sua Missão: “Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, com eficiência, qualidade, segurança, sustentabilidade e respeito ao indivíduo”.

Com base nesse compromisso, em 2016 a empresa deu continuidade às ações voltadas para a satisfação dos clientes, de relacionamento com a comunidade, de promoção do uso seguro e eficiente da energia, de investimento em uma matriz energética renovável e de inovação em seus processos, produtos e serviços. As iniciativas são realizadas por meio de diversos programas e projetos, de forma a intensificar o relacionamento com as partes interessadas e alinhar as suas necessidades aos propósitos e valores da organização.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a empresa publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade. Elaborado com a metodologia da *Global Reporting Initiative*, o documento abrange os aspectos que determinam os resultados sustentáveis de uma empresa, alinhando o crescimento econômico com o desenvolvimento social e a preservação ambiental.

Em 2016, o Grupo Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global, iniciativa que reforça uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

EDUCAÇÃO, CULTURA E INCLUSÃO SOCIAL

As ações socioambientais do Grupo Neoenergia incluem projetos próprios, apoio a projetos de terceiros com recursos diretos ou incentivados, e os programas corporativos de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento, ambos regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Todas essas iniciativas se distribuem em quatro áreas de atuação: educação, cultura, inclusão social e meio ambiente. A seguir, alguns destaques de 2016.

Na área de educação, o Grupo Neoenergia renovou a parceria com o Instituto Ayrton Senna, estabelecida desde 2006 para a melhoria do desempenho escolar de crianças e adolescentes da rede pública de ensino. Por meio dos programas *Se Liga* e *Acelera*, voltados para a correção do fluxo escolar e o combate ao analfabetismo, a parceria abrange escolas públicas de Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Em 2016, a parceria beneficiou mais de 4.200 alunos nas cidades de Juazeiro (BA), Natal e Recife.

O Grupo Neoenergia manteve em 2016 seu apoio ao Selo Unicef Município Aprovado, que estimula avanços nas áreas de Educação, Saúde, Proteção e Participação Social que contribuam para a redução das desigualdades de crianças e adolescentes no Nordeste. Por meio das distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern, o grupo apoiou as ações em 466 municípios do semiárido, onde vivem cerca de quatro milhões de crianças e adolescentes.

Algumas iniciativas regionais merecem destaque em 2016. A Coelba deu continuidade ao projeto Ecoteca – a biblioteca ecológica, levando-o para quatro cidades do interior (Lauro de Freitas, Feira de Santana, Jucuruçu e Encruzilhada). Ao final das atividades, as ecotecas foram doadas a escolas municipais de cada cidade. O público impactado por esse projeto, nas quatro cidades, foi de aproximadamente 20 mil pessoas impactadas em 2016.

Pelo quinto ano consecutivo, a Coelba patrocinou a Flica, tradicional feira de literatura do estado, realizada na cidade de Cachoeira, e pelo quarto ano apresentou a Fliquinha. Foram realizadas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ações em praça pública com foco no uso seguro e eficiente da energia elétrica, com jogos educativos e exibição, em tablets, dos dez episódios de vídeo do Projeto Paxuá e Paramim, desenvolvido pela área de Eficiência Energética, em parceria com o músico Carlinhos Brown. A distribuidora também contribui para a programação oficial da Fliquinha levando o músico Carlinhos Brown para uma apresentação no evento infantil, onde ele falou sobre o projeto e reafirmou a importância dos cuidados com a rede elétrica.

Na Celpe, o destaque vai para o Espaço Celpe nas Escolas, ação educativa, realizada no ambiente escolar, que orientou 6,8 mil estudantes sobre segurança com energia elétrica, e para o Espaço Celpe nas Comunidades, um mutirão para oferta de serviços comerciais e educacionais que beneficiou mais de 6,3 mil pessoas durante 2016.

No campo da inclusão social, merece destaque uma iniciativa da Cosern iniciada em 2016. O projeto Narrativas do Silêncio ofereceu oficinas de fotografia ao público surdo, traduzida na linguagem brasileira dos sinais (LIBRAS), totalizando 20 participantes, além da realização de exposição fotográfica e do espetáculo teatral “A Busca de Seo Peto e Seo Antônio”, que tem no elenco três atores surdos e foi apresentado em Natal para 400 expectadores ouvintes e surdos.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO CONSCIENTE DE ENERGIA

Ao longo de 2016, o Grupo Neoenergia deu continuidade às ações do seu Programa de Eficiência Energética. Entre os destaques do ano estão os projetos de Doação de Geladeiras e Lâmpadas, Troca Econômica e Educação com Energia.

O projeto de Doação de Geladeiras e Lâmpadas tem como objetivo a troca de refrigeradores ineficientes por novos com Selo Procel e doação de lâmpadas eficientes para os consumidores residenciais moradores de comunidades populares nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Já o projeto Troca Econômica concede bônus a clientes residenciais e de baixa renda para a compra de aparelhos eletrodomésticos eficientes (geladeiras, freezers, lavadoras de roupas e aparelhos de ar-condicionado).

O projeto Educação com Energia capacita educadores dos ensinos Fundamental e Médio, de escolas públicas e privadas, nos conceitos do uso eficiente e seguro de energia elétrica, e foi desenvolvido, de forma cooperada, pelas três distribuidoras do grupo em 2016. Ele utiliza a metodologia “Energia que Transforma”, que preconiza conceitos do uso seguro e eficiente de energia para a preservação ambiental.

O Grupo Neoenergia deu início em 2016 a uma parceria com o músico Carlinhos Brown para disseminação entre as crianças do uso seguro e eficiente de energia elétrica. Com shows em Salvador, Recife e Natal, Carlinhos Brown levou às crianças os personagens Paxuá e Paramim – que protagonizam histórias do cotidiano com conceitos básicos sobre segurança em relação às redes elétricas.

Cabe ainda destacar os projetos de efficientização de prédios públicos e de incentivo à substituição de motores elétricos, desenvolvidos em 2016 pelas três distribuidoras do grupo. O primeiro prevê ações de eficiência energética em instituições públicas dos três estados – como foi o caso, em 2016, do Hospital dos Servidores e da Escola de Referência em Ensino Médio Santos Dumont, no Recife. O segundo prevê a substituição de motores antigos por modelos mais modernos e eficientes.

INOVAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Os projetos do programa de P&D do Grupo Neoenergia giram em torno de cinco temas estratégicos: Redes Inteligentes (Smart Grid); Qualidade e Confiabilidade; Segurança de Instalações e de Pessoas; Combate às Perdas; e Sustentabilidade do Negócio. Para o Grupo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Neoenergia, o tema inovação está diretamente relacionado com iniciativas que possam agregar valor ao negócio de suas empresas e, ainda, atender as necessidades de seus stakeholders.

Além de uma equipe de gestão composta por 13 profissionais, a área de P&D conta com mais de 80 profissionais de diversas áreas da empresa que atuam como pesquisadores nos projetos desenvolvidos pelo grupo. A seguir, alguns destaques da área em 2016.

O projeto de P&D considerado o mais ambicioso é o de "Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes". Iniciado em julho de 2016, dele participam as três distribuidoras do Grupo Neoenergia, sendo a Coelba a empresa proponente. A primeira parte desse projeto terá a duração de três anos e um custo de cerca de R\$ 28 milhões.

Na Coelba destaca-se o projeto "Desenvolvimento de ferramental, equipamentos e metodologia para realização de poda com rede energizada em áreas urbanas através de braços mecânicos com comando remoto". O objetivo é desenvolver um braço articulado extensível e isolado, adaptável a veículos e operável remotamente, contendo em sua extremidade superior um sistema que permita a adaptação de ferramenta para a realização de poda em áreas urbanas.

Também merece destaque em 2016 na Coelba a inauguração da primeira usina de geração de energia com uso do biogás proveniente do esgoto, no estado da Bahia. Localizada na Estação de Tratamento Jacuípe II, em Feira de Santana, a usina é fruto do projeto de P&D "Arranjos técnicos e comerciais de geração de energia a partir do biogás proveniente de reatores anaeróbicos de estações de tratamento de esgoto".

Na Celpe, o destaque é o projeto "Desenvolvimento e Implementações de Provas de Conceito de Redes Inteligentes (RI) em Localidade Piloto com Elevadas Restrições Ambientais", como no caso da Ilha de Fernando de Noronha. Esse projeto tem como objetivo a implantação de um modelo de rede inteligente, utilizando a rede de distribuição de Noronha, com foco na avaliação e experimentação da sua aplicabilidade.

Já na Cosern, o principal projeto em andamento é "Cabeça de série do aferidor de medidores de energia elétrica sem interrupção no fornecimento". A ideia é transformar o protótipo (desenvolvido em projeto antecessor) em um equipamento resistente para uso profissional em campo, visando futura comercialização e produção em larga escala. O equipamento permite aferir os medidores de energia elétrica sem retirá-los da unidade consumidora, ou seja, sem interrupção do fornecimento.

Nas empresas geradoras e transmissoras do Grupo Neoenergia, o principal destaque é o projeto "SMART-SEN - Um Modelo de Simulação do Sistema Elétrico Nacional com Presença de Geração de Renováveis Intermitentes". O objetivo é desenvolver uma nova metodologia de extração e manipulação de dados de gerações de fontes intermitentes de energia em intervalos de tempo adequados para a simulação da operação do Sistema Interligado Nacional (SIN).

MEIO AMBIENTE

Ao longo de 2016, por meio de vários projetos, o Grupo Neoenergia reafirmou seu compromisso de respeito ao meio ambiente e de preservação dos ecossistemas em suas áreas de atuação. Entre os destaques está o projeto Vale Luz, que integra o Programa de Eficiência Energética do grupo Neoenergia. Ele permite a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. Iniciado em 2008, o projeto contempla clientes das três distribuidoras. Além de proporcionar que alguns consumidores até zerem a conta, o projeto estimula a coleta seletiva e dá destinação adequada aos resíduos arrecadados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Também merece a campanha de controle de queimadas sob as linhas de transmissão na Zona da Mata de Pernambuco, desenvolvida pela Celpe desde 2009. A iniciativa visa sensibilizar a sociedade quanto à prática não controlada de queimadas, que afeta as redes de transmissão e distribuição e provoca interferências no fornecimento. Os resultados são alentadores. Na safra 2008/2009, foram registradas 15 ocorrências relacionadas à presença de fogo na extensão das linhas de transmissão. Na safra 2014/2015, só uma ocorrência foi registrada. Em 2016, foram realizadas dez oficinas de sensibilização e dez palestras comunitárias. Como forma de fiscalizar e orientar os produtores de cana, a empresa realiza visitas às áreas de plantio, oferecendo esclarecimentos sobre a prática de queimadas, e divulga spots em emissora de rádio com alcance para 54 municípios.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Selo Energia Sustentável – As três distribuidoras do Grupo Neoenergia receberam o Selo Energia Sustentável do Instituto Acende Brasil para o período 2017-2019, depois de rigoroso processo de avaliação em 2016. A Celpe alcançou o nível ouro (o mais alto) e a Coelba e a Cosern, o nível prata.

Guia Você S.A – As melhores empresas para iniciar a carreira – O Grupo Neoenergia está entre as 10 melhores empresas do Brasil para iniciar a carreira, segundo o Guia Você S.A., da Editora Abril, divulgado em maio/2016.

Melhores e Maiores 2016 – No ranking dos 200 maiores grupos privados do país, por vendas líquidas, a Neoenergia está na 41ª posição (subindo duas posições em relação ao ano anterior).

Ranking 2016 Valor 1000 – A Neoenergia subiu cinco posições em relação ao levantamento anterior e ficou em 36º lugar no ranking dos 1.000 maiores grupos empresariais do Brasil, segundo a publicação do jornal Valor Econômico.

14º Latin American Utility Week Awards – Com o projeto do Sensor Inteligente para Monitorar Eventos nas Linhas de Distribuição, a Neoenergia venceu na categoria Smart Grid deste que é considerado um dos maiores prêmios de Inovação da América Latina. O projeto foi desenvolvido no âmbito do programa de P&D da Coelba.

Prêmio Empresa Pró-Ética 2016 – Por ser uma empresa ética e comprometida com a prevenção e o combate à corrupção, o Grupo Neoenergia foi uma das 25 (entre 195 inscritas) a receber o prêmio, uma iniciativa do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e do Instituto Ethos.

9. SAÚDE E SEGURANÇA

Os programas de Saúde e Segurança no Trabalho são realizados de forma integrada e priorizam a proteção da vida e a qualidade do ambiente. Estimulamos a cultura de prevenção por meio do controle de riscos e impactos, garantindo a observância dos requisitos legais, do comportamento seguro e o alinhamento com as políticas do Grupo.

Esperamos alcançar o nível de Saúde e Segurança de uma organização de classe mundial, onde a prática de comportamentos seguros seja um compromisso de todos.

Reconhecemos que aprimorar a segurança de nossas empresas e da comunidade envolve muito mais do que obedecer a regras e leis. Por isso, estimulamos que líderes e colaboradores:

- ✓ Sejam exemplos visíveis e percebidos de ações seguras;
- ✓ Não negociem a segurança;
- ✓ Busquem constantemente a meta de zerar acidentes;
- ✓ Estejam presentes e atuantes em campo, próximos as operações onde o risco é maior;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

✓ Promovam o Diálogo Diário de Segurança (DDS) – contato através de bate papo informal ou apresentação que serve para divulgar as medidas de prevenção de acidentes de trabalho;

Além disso, realizamos ações de segurança para a população, como treinamento sobre instalações elétricas para profissionais da construção civil. Palestras sobre o uso seguro e eficiente de energia elétrica em escolas e divulgação maciça em todos os veículos sobre o uso seguro e eficiente de energia elétrica, campanha educativa em redes sociais.

10. OUTROS DESTAQUES

10.1 Rating

Em 10 de Setembro de 2015, a Standard & Poor's – S&P rebaixou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern para 'BB+' na Escala Global e 'brAA+' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa para ambos. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do Rating soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida.

A Itapebi e Termopernambuco também sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de brAA+ para brAA.

Em 17 de fevereiro de 2016, a agência de rating S&P rebaixou novamente o Rating soberano do Brasil. Devido à condição do setor regulado citada no primeiro parágrafo deste item, os ratings de crédito corporativo da Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern foram rebaixados de 'brAA+' para 'brAA-' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa.

Nessa data a Itapebi, Termopernambuco e NC Energia sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de 'brAA' para 'brA+'.

É importante ressaltar que, mesmo após o rebaixamento, a Neoenergia permanece entre as melhores empresas na escala de classificações do Rating do setor elétrico, tendo o maior *rating* que uma empresa brasileira e regulada poderia ter.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings na escala nacional de créditos corporativos atribuídos à Neoenergia e às distribuidoras do Grupo, além das emissões de debêntures das geradoras e da NC Energia.

Rating Corporativo - Escala Nacional	2011	2012	2013	2014	2015		2016
					Até Setembro	A partir de Setembro	
Neoenergia	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
COELBA	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
CELPE	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
COSERN	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
Itapebi (Rating de Emissão)	AA+	AA+	AA+	AA+	AA+	AA	A+
Termopernambuco (Rating de Emissão)	AA+	AA+	AA+	AA+	AA+	AA	A+
NC Energia (Rating de Emissão)						AA	A+

11. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contratos de prestação de serviços de auditoria com a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), com vigência de 24 (vinte e quatro) meses.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os serviços de auditoria relacionados à auditoria contemplam: emissão de relatório contendo a opinião sobre as demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, para o período findo em 31 de dezembro de 2016, revisão e emissão de relatório de revisão sobre as informações financeiras intermediárias, auditoria dos Programas de P&D e Eficiência Energética visando fornecer subsídios para a avaliação de resultados e fiscalização dos programas pela Aneel, revisão do Relatório de Controle Patrimonial (RCP) e outros serviços de asseguração relacionados à auditoria.

Em 2016, a EY realizou serviços de auditoria e relacionados à auditoria externa no montante total de R\$ 154 mil. A administração da Companhia, assim como seus auditores independentes entendem que não houve prestação de serviços não relacionados à auditoria externa que pudessem vir a afetar a independência e objetividade da EY, necessária ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

12. AGRADECIMENTOS

A NEOENERGIA agradece aos seus acionistas, aos Senhores membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estadual e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor pela confiança depositada no ano de 2016 e especialmente aos seus colaboradores pela dedicação e empenho na busca das metas estabelecidas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

13. BALANÇO SOCIAL

1 - BASE DE CÁLCULO					2016 (Reclassificado)					2015 (Reclassificado)				
					R\$ mil					R\$ mil				
Receita Líquida (RL)					14.939.697					14.617.679				
Resultado Operacional (RO)					1.857.425					1.454.553				
Folha de Pagamento Bruta (FPB)					720.712					640.770				
Valor Adicionado Total (VAT)					13.599.330					13.219.980				
2- INDICADORES SOCIAIS INTERNOS					R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT		R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	
Alimentação					48.943	6,79	0,33	0,36		38.946	5,40	0,26	0,29	
Encargos sociais compulsórios					180.951	25,11	1,22	1,33		158.801	22,03	1,07	1,17	
Previdência privada					(57.309)	-7,95	(0,39)	-0,42		4.105	0,57	0,03	0,03	
Saúde					77.639	10,77	0,52	0,57		42.217	5,86	0,28	0,31	
Segurança e saúde no trabalho					501.870	69,64	3,38	3,69		9.936	1,38	0,07	0,07	
Educação					163.937	22,75	1,10	1,21		1.851	0,26	0,01	0,01	
Cultura					191.847	26,62	1,29	1,41		102	0,01	0,00	0,00	
Capacitação e desenvolvimento profissional					5.490	0,76	0,04	0,04		7.164	0,99	0,05	0,05	
Creches ou auxílio-creche					234.414	32,53	1,58	1,72		4.859	0,67	0,03	0,04	
Esporte					58.682	8,14	0,40	0,43		486	0,07	0,00	0,00	
Transporte					1.842	0,26	0,01	0,01		2.072	0,29	0,01	0,02	
Participação nos lucros ou resultados					55.290	7,67	0,37	0,41		59.602	8,27	0,40	0,44	
Outros					3.099	0,43	0,02	0,02		9.904	1,37	0,07	0,07	
Total - Indicadores sociais internos					1.466.696	203,51	9,88	10,79		340.045	47,18	2,29	2,50	
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS					R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT		R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	
Educação					155.751	0,08	0,01	0,01		1.170	0,07	0,01	0,01	
Cultura					78.372	0,04	0,01	0,01		60.969	3,72	0,41	0,46	
Saúde e Saneamento					12.639	0,01	0,00	0,00		959	0,06	0,01	0,01	
Esporte					5.323	0,00	0,00	0,00		30	0,00	0,00	0,00	
Combate a fome e segurança alimentar					16.535	0,01	0,00	0,00						
Desenvolvimento Social					488.425	0,25	0,03	0,04		394.323	24,06	2,66	2,95	
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico					39.926	2,15	0,27	0,29		34.294	2,36	0,23	0,25	
Outros					61.802	0,03	0,00	0,00		1.378	0,08	0,01	0,01	
Total das Contribuições para a Sociedade					858.773	2,57	0,32	0,35		493.121	30,35	3,32	3,69	
Tributos (Exceto Encargos Sociais)					6.169.751	332,17	41,58	45,37		5.722.724	393,44	39,15	43,29	
Total - Indicadores sociais externos					7.028.524	334,74	41,90	45,72		6.215.845	423,79	42,47	46,97	
4 - INDICADORES AMBIENTAIS					R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT		R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	
Investimentos relacionados com a operação da empresa					2.930.872	1,52	0,20	0,21		304.281	18,56	2,05	2,27	
Investimento em programas e/ou projetos externos					59.055	0,03	0,00	0,00		54.408	3,32	0,37	0,41	
Total dos investimentos em meio ambiente					2.989.927	1,55	0,20	0,22		358.689	21,88	2,42	2,68	
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade							164					196		
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente							357					121		
Passivos e contingências ambientais.							-					-		
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:					() Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%,	() Cumpre de 51 a 75%	(X) Cumpre de 76 a 100%	(X) Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%,	() Cumpre de 51 a 75%	() Cumpre de 76 a 100%		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL														
Nº de empregados(as) ao final do período					5.737					5.335				
Nº de admissões durante o período					767					763				
Nº de desligamentos durante o período					409					656				
Nº de empregados(as) terceirizados (1)					22.261					19.934				
Nº de estagiários(as) (1)					434					426				
Nº de empregados acima de 45 anos					1.364					1.534				
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:														
menores de 18 anos					-					-				
de 18 a 35 anos					2.972					2.691				
de 36 a 60 anos					2.711					2.601				
acima de 60 anos					54					43				
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:														
analfabetos					-					-				
com ensino fundamental					186					211				
com ensino médio					1.699					1.572				
com ensino técnico					1.497					1.303				
com ensino superior					1.853					1.751				
pós- graduados					502					498				
Nº de empregados por sexo:														
homens					4.343					4.022				
mulheres					1.394					1.313				
% de cargos de chefia por sexo:														
homens					76%					88%				
mulheres					24%					12%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa					398					334				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)					6%					2%				
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)					237					228				
Remuneração bruta segregada por:														
Empregados					395.833					342.284				
Administradores					18.184					25.651				

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			154			
Nº total de acidentes de trabalho			18			
	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:						
	() direção e gerências	() todos(as) empregados	(X) todos(as) + CIPA	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados	(X) todos(as) + CIPA
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:						
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:						
Contencioso Cível:						
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):						
na empresa			148.037	86.673		
no procon			1.920	1.464		
na justiça			8.610	10.580		
% das reclamações e críticas solucionadas:						
na empresa			96%	97%		
no procon			25%	26%		
na justiça			69%	70%		
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça:		83.482		64.263		
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:						
Contingências e passivos trabalhistas:						
Número de processos trabalhistas:						
movidos contra a entidade			2.183	1.070		
julgados procedentes			1.064	1.280		
julgados improcedentes			279	640		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (3)		992.826		34.054		
Valor Adicionado Total a Distribuir			13.599.330	13.219.980		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):						
Ao Governo (%)			52%	50%		
Aos Colaboradores (%)			5%	5%		
Aos Acionistas (%)			1%	1%		
A terceiros (%)			40%	43%		
Retido (%)			0%	0%		
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
CNPJ: 01.083.200/0001-18, NEOENERGIA S.A.						
Para esclarecimentos sobre as informações declaradas:, Fone: (21) 3235 9800, e-mail: enery@neoenergia.com						
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.						
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.						
Informações não examinadas pelos auditores independentes.						

Notas Explicativas



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

Notas Explicativas**Neoenergia S.A.**

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	238	215	380.935	138.878
Contas a receber de clientes e outros	6	4.331	3.868	2.736.361	2.748.259
Títulos e valores mobiliários	5	257.345	232.511	1.012.660	2.458.744
Instrumentos financeiros derivativos	15	-	196.429	322.352	315.246
Impostos e contribuições a recuperar	7	58.965	62.870	503.640	408.591
Estoques		-	-	27.160	28.576
Despesas pagas antecipadamente		159	-	43.567	53.452
Entidade de previdência privada	29	-	-	17.632	9.409
Serviços em curso		-	-	41.003	44.936
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	62.104	139.677
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	-	-	62.106	51.331
Outros ativos circulantes		16.560	3.953	95.659	79.140
3.9.1/3.9.					
Ativos classificados como mantidos para venda	2	609.132	-	981.705	-
Total do circulante		946.730	499.846	6.286.884	6.476.239
Não circulante					
Contas a receber de clientes e outros	6	10.780	10.427	293.424	285.829
Títulos e valores mobiliários	5	7.731	3.208	68.529	4.506
Instrumentos financeiros derivativos	15	4.750	-	516.374	1.411.496
Impostos e contribuições a recuperar	7	-	-	210.490	106.589
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		295.243	274.453	18.020	11.489
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	-	926	754.293	781.307
Depósitos judiciais	19	41.104	37.062	574.983	512.158
Despesas pagas antecipadamente		-	-	7.499	12.137
Entidade de previdência privada	29	-	-	28.683	23.694
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	25.517	145.254
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	-	-	5.234.443	4.086.725
Outros ativos não circulantes		59.823	94.204	34.321	119.152
Investimentos		9.916.439	9.719.665	2.498.060	1.926.876
Investimentos em coligadas e controladas	10	9.916.439	9.719.665	2.489.419	1.916.158
Outros investimentos		-	-	8.641	10.718
Imobilizado	11	27.732	26.317	3.413.534	3.889.079
Intangível	13	1.087	884	8.002.350	7.578.962
Total do não circulante		10.364.689	10.167.146	21.680.520	20.895.253
Total do ativo		11.311.419	10.666.992	27.967.404	27.371.492

Notas Explicativas**Neoenergia S.A.**

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	5.008	4.541	1.846.704	2.385.903
Empréstimos, financiamentos e encargos	15	445.165	804.945	3.441.530	2.839.007
Debêntures	15	28.486	-	390.975	345.139
Instrumentos financeiros derivativos	15	38.623	34.976	170.556	71.106
Salários e encargos a pagar	16	5.509	4.132	132.965	147.430
Taxas regulamentares	17	-	-	193.380	205.734
Impostos e contribuições a recolher	18	17.548	6.219	592.630	546.364
Dividendos e juros sobre capital próprio	21	383.626	213.564	403.884	232.245
Provisões	19	-	-	139.655	159.289
Obrigações de benefícios de aposentadoria	29	-	-	53.382	38.700
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	90.652	555
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	4.018	4.390
Outros passivos circulantes	20	127.732	13	472.670	456.420
		1.051.697	1.068.390	7.933.001	7.432.282
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	3.9.2	-	-	333.649	-
Total do circulante		1.051.697	1.068.390	8.266.650	7.432.282
Não circulante					
Fornecedores	14	-	1.963	79.107	101.466
Empréstimos e financiamentos	15	354.750	20.579	6.132.265	7.729.985
Debêntures	15	398.859	-	1.996.151	893.495
Instrumentos financeiros derivativos	15	-	391	54.256	2.685
Taxas regulamentares	17	-	-	61.908	66.090
Impostos e contribuições a recolher	18	-	-	5.947	4.887
Impostos e contribuições sociais diferidos		7.743	-	13.955	-
Provisões	19	8.721	7.621	414.442	360.896
Obrigações de benefícios de aposentadoria	29	-	-	762.075	622.943
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	57.674	2.283
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	50.322	47.982
Outros passivos não circulantes	20	796.973	763.474	852.887	791.616
Total do não circulante		1.567.046	794.028	10.480.989	10.624.328
Patrimônio líquido	21				
Capital social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de lucros		4.837.235	4.847.506	4.850.375	4.487.506
Reserva de transação de capital com os sócios		(990.972)	(990.972)	(990.972)	(990.972)
Outros resultados abrangentes		(111.276)	17.792	(111.276)	17.792
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		216.376	188.935	216.376	188.935
Total do patrimônio líquido antes das participações		8.692.676	8.804.574	8.705.816	8.804.574
Participações de acionistas não controladores		-	-	513.949	510.308
Total do patrimônio líquido		8.692.676	8.804.574	9.219.765	9.314.882
Total do passivo e do patrimônio líquido		11.311.419	10.666.992	27.967.404	27.371.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Neoenergia S.A.**

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita líquida	22	3.756	4.570	14.839.697	14.617.679
Custos dos serviços		-	-	(11.440.093)	(11.578.755)
Custos com energia elétrica	23	-	-	(6.698.251)	(7.935.032)
Custos de operação	24	-	-	(2.682.484)	(2.213.415)
Custos de construção		-	-	(2.059.358)	(1.430.308)
Lucro bruto		3.756	4.570	3.399.604	3.038.924
Despesas com vendas	24	-	-	(624.606)	(672.696)
Despesas gerais e administrativas	24	(108.076)	(21.839)	(787.614)	(677.113)
Resultado de participações societárias		645.436	427.660	(129.959)	(234.562)
Equivalência patrimonial	10	755.712	515.540	(20.099)	(146.585)
Amortização de mais-valia	10	(110.276)	(87.880)	(109.860)	(87.977)
Lucro operacional		541.116	410.391	1.857.425	1.454.553
Receitas financeiras	25	442.765	469.751	4.166.788	4.734.622
Despesas financeiras	25	(682.814)	(571.517)	(5.463.402)	(5.606.867)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		301.067	308.625	560.811	582.308
Imposto de renda e contribuição social	8	(11.338)	762	(206.508)	(210.325)
Corrente		(2.669)	(6.069)	(152.798)	(264.624)
Diferido		(8.669)	6.831	(45.534)	37.877
Imposto de renda - SUDENE		-	-	32.106	59.414
Amortização mais-valia e reversão PMIPL		-	-	(40.282)	(42.992)
Lucro líquido do exercício		289.729	309.387	354.303	371.983
Atribuível à					
Acionistas controladores		289.729	309.387	302.869	309.387
Acionistas não controladores		-	-	51.434	62.596
Lucro básico e diluído por ação					
Do capital - R\$					
Ordinária		0.05	0.05	0.06	0.06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Neoenergia S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	289.729	309.387	354.303	371.983
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Efeitos dos planos de benefícios e plano de saúde a empregados das controladas	(82.420)	7.648	(132.728)	15.552
Resultado Abrangente sobre hedge de fluxo de caixa	(46.648)	44.003	(46.648)	44.003
Tributos sobre resultados abrangentes	-	-	45.127	(5.290)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(129.068)	51.651	(134.249)	54.265
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos efeitos tributários	160.661	361.038	220.054	426.248
Atribuível a				
Acionistas controladores	160.661	361.038	173.801	361.038
Acionistas não controladores	-	-	46.253	65.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Neoenergia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Controladora

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	4.739.025	2.288	(657.542)	(33.859)	610.092	73.046	4.257.476	167.905	-	9.158.431
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(167.905)	-	(167.905)
Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida	-	-	-	51.651	-	-	-	-	-	51.651
Outros resultados abrangentes	-	-	-	51.651	-	-	-	-	-	51.651
Dividendos intermediários sobre reserva	-	-	-	-	-	-	(102.495)	-	-	(102.495)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	309.387	309.387
Destinações										
Reserva legal	-	-	-	-	23.382	-	-	-	(23.382)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(111.065)	(111.065)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	188.935	(188.935)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	(13.995)	-	13.995	-
Transação de capital com sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de participação adicional junto à não controladores	-	-	(333.430)	-	-	-	-	-	-	(333.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	4.739.025	2.288	(990.972)	17.792	633.474	73.046	4.140.986	188.935	-	8.804.574
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(188.935)	-	(188.935)
Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida	-	-	-	(129.068)	-	-	-	-	-	(129.068)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(129.068)	-	-	-	-	-	(129.068)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	289.729	289.729
Destinações										
Reserva legal	-	-	-	-	17.605	-	-	-	(17.605)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(83.624)	(83.624)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	216.376	(216.376)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	(27.876)	-	27.876	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	4.739.025	2.288	(990.972)	(111.276)	651.079	73.046	4.113.110	216.376	-	8.692.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Neoenergia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Consolidado

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	4.739.025	2.288	(657.542)	(33.859)	610.092	73.046	4.257.476	167.905	-	9.158.431	774.840	9.933.271
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(167.905)	-	(167.905)	-	(167.905)
Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida	-	-	-	44.003	-	-	-	-	-	44.003	-	44.003
Efeitos dos planos de benefícios de empregados das investidas	-	-	-	7.648	-	-	-	-	-	7.648	2.614	10.262
Outros resultados abrangentes	-	-	-	51.651	-	-	-	-	-	51.651	2.614	54.265
Dividendos intermediários sobre reserva	-	-	-	-	-	-	(102.495)	-	-	(102.495)	-	(102.495)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	309.387	309.387	62.596	371.983
Destinações:												
Reserva legal	-	-	-	-	23.382	-	-	-	(23.382)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(111.065)	(111.065)	(27.740)	(138.805)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	188.935	(188.935)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	(13.995)	-	13.995	-	-	-
Transação com sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.851	3.851
Aquisição de participação adicional junto à não controladores	-	-	(333.430)	-	-	-	-	-	-	(333.430)	(305.853)	(639.283)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	4.739.025	2.288	(990.972)	17.792	633.474	73.046	4.140.986	188.935	-	8.804.574	510.308	9.314.882
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(188.935)	-	(188.935)	(18.621)	(207.556)
Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos dos planos de benefícios de empregados das investidas	-	-	-	(82.420)	-	-	-	-	-	(82.420)	(5.181)	(87.601)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(46.648)	-	-	-	-	-	(46.648)	-	(46.648)
Dividendos intermediários sobre reserva	-	-	-	(129.068)	-	-	-	-	-	(129.068)	(5.181)	(134.249)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	302.869	302.869	51.434	354.303
Destinações:												
Reserva legal	-	-	-	-	17.605	-	-	-	(17.605)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(83.624)	(83.624)	(23.991)	(107.615)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	216.376	(216.376)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	(27.876)	-	27.876	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	13.140	-	-	(13.140)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	4.739.025	2.288	(990.972)	(111.276)	651.079	86.186	4.113.110	216.376	-	8.705.816	513.949	9.219.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Neoenergia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício (antes dos impostos)	301.067	308.625	560.811	582.308
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	3.296	3.105	733.218	700.052
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	-	-	1.510	147.980
Equivalência patrimonial	(755.712)	(515.540)	20.099	146.585
Amortização de ágio, líquida	110.276	87.880	109.860	87.977
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	182.632	117.526	1.140.324	949.287
Valor justo do ativo financeiro da concessão	-	-	(233.716)	(319.625)
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	94	-	109.825	(13.983)
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	402	(13.903)	113.464	102.189
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	90.464	43.291
Provisão para plano de benefício pós emprego	-	-	65.223	67.949
Outras provisões	37.796	-	37.796	126
	(120.149)	(12.307)	2.748.878	2.494.136
Redução (aumento) dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes e outros	(816)	(10.442)	(105.873)	(471.660)
IR e CSLL a Recuperar	1.868	34.522	(9.078)	27.811
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	(162.686)	38.041
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	630.343	704.625	11.838	175
Estoques	-	-	1.416	1.368
Recursos CDE	51.142	-	51.142	(26.097)
Depósitos judiciais	132	(1.311)	(40.728)	(53.540)
Despesas pagas antecipadamente	(159)	-	11.623	(30.221)
Entidade de previdência privada	-	-	(960)	(3.376)
Benefício pós emprego	-	-	856	(7.338)
Amortização dos Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	-	-	229.631	396.955
Outros ativos	20.227	(10.097)	(136.845)	(34.647)
	702.737	717.297	(149.664)	(162.529)
Aumento (Redução) dos passivos operacionais				
Fornecedores	(1.496)	1.128	(338.425)	654.598
Salários e encargos a pagar	1.377	1.224	(13.530)	35.104
Encargos de dívidas e swap pagos	(73.830)	(9.577)	(1.014.353)	(809.959)
Taxas regulamentares	-	-	(26.378)	166.780
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-	(17.391)	(164.045)	(175.539)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	10.232	(21.604)	68.372	23.473
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	111.738	-
Indenizações/Contingências pagas	-	-	(161.504)	(119.091)
Perdas com instrumentos financeiros	(12.383)	-	(3.827)	-
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	-	-	(59.399)	(59.634)
Outros passivos	69.781	(691)	106.938	103.203
	(6.319)	(46.911)	(1.494.413)	(181.065)
Caixa oriundo das atividades operacionais	576.269	658.079	1.104.801	2.150.542

Notas Explicativas

Neoenergia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Atividade de investimento				
Integralização/ Redução de capital	(951.338)	(737.887)	(639.852)	(537.556)
Aquisição de investimentos	(28.957)	-	(52.581)	-
Caixa e equivalente caixa advindo de combinação de negócio	-	-	-	-
Aquisição de imobilizado	(2.740)	(535)	(441.226)	(266.090)
Aquisição de intangível	(439)	(304)	(2.234.687)	(1.707.741)
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	-	-	(31.453)	(143.392)
Resgate/(Aplicação) de títulos e valores mobiliários	(808)	(248)	1.507.007	(1.158.199)
Outros	-	-	-	349
Geração (Utilização) de caixa em atividade de investimento	<u>(984.282)</u>	<u>(738.974)</u>	<u>(1.892.792)</u>	<u>(3.812.629)</u>
Atividade de Financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	680.009	280.000	2.007.778	2.946.416
Captação de debêntures	400.000	-	1.506.890	(48.400)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(569.476)	(985)	(2.239.776)	(1.052.085)
Amortização do principal de debêntures	-	-	(414.841)	(189.000)
Pagamentos de custos de captação	-	-	(5.353)	(2.118)
Obrigações vinculadas	-	-	233.449	292.328
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(102.497)	(198.071)	(58.099)	(241.511)
Outros	-	-	-	3.900
Utilização de caixa em atividade de financiamento	<u>408.036</u>	<u>80.944</u>	<u>1.030.048</u>	<u>1.709.530</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>23</u>	<u>49</u>	<u>242.057</u>	<u>47.443</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	215	166	138.878	91.435
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>238</u>	<u>215</u>	<u>380.935</u>	<u>138.878</u>
Variação líquida de caixa	<u>23</u>	<u>49</u>	<u>242.057</u>	<u>47.443</u>
Transações que não envolveram caixa				
Provisões capitalizadas sem efeito no caixa	-	-	(42.550)	(61.454)
Compra de ações da Coelba e Cosern pertencentes a Iberdrola	-	704.081	-	704.081
Reversão de provisão de ativo imobilizado	-	-	17.563	-
Provisão para desmantelamento	-	-	2.630	-
Indenizações de seguro a receber	-	-	854	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	4.138	5.013	22.199.373	21.496.980
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(235.925)	(194.476)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(3.858)	(19.953)
	4.138	5.013	21.959.590	21.282.551
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(6.551.653)	(7.651.293)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	-	(777.890)	(910.763)
Matérias-primas consumidas	-	-	(423.068)	(393.794)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(91.470)	(7.549)	(3.929.801)	(2.915.442)
	(91.470)	(7.549)	(11.682.412)	(11.871.292)
Valor adicionado bruto	(87.332)	(2.536)	10.277.178	9.411.259
Depreciação e amortização	(113.572)	(90.985)	(843.079)	(790.947)
Valor adicionado líquido produzidos pela entidade	(200.904)	(93.521)	9.434.099	8.620.312
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	442.765	469.751	4.185.330	4.746.253
Resultado de equivalência patrimonial	755.712	515.540	(20.099)	(146.585)
	1.198.477	985.291	4.165.231	4.599.668
Valor adicionado total a distribuir	997.573	891.770	13.599.330	13.219.980
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	11	-	384.108	328.229
Encargos sociais (exceto INSS)	-	-	81.791	71.195
Entidade de previdência privada	222	204	(57.310)	(53.291)
Auxílio alimentação	-	-	48.943	38.945
Convênio assistencial e outros benefícios	-	-	66.640	62.104
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	-	21.912	43.560
Férias e 13º salário	-	-	79.187	74.352
Plano de saúde	267	365	77.639	70.923
Indenizações trabalhistas	-	-	21.690	17.852
Participação nos resultados	-	-	55.290	59.602
Administradores	8.836	7.506	28.624	27.437
Encerramento de ordem em curso	-	-	3.385	3.250
(-) Transferência para Ordens	-	-	(97.930)	(106.394)
Outros	1.611	1.100	6.743	3.006
	10.947	9.175	720.712	640.770
Impostos, taxas e contribuições				
INSS (sobre folha de pagamento)	1.781	1.411	99.158	87.209
ICMS	-	-	3.990.506	3.623.329
PIS/COFINS sobre faturamento	382	443	1.313.155	1.260.999
Imposto de renda e contribuição social	11.448	(762)	206.619	210.323
Obrigações intra-setoriais	-	-	1.405.198	1.375.880
Outros	300	279	24.532	24.234
	13.911	1.371	7.039.168	6.581.974
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros e variações cambiais	682.814	571.517	5.492.962	5.603.305
Aluguéis	172	320	21.055	18.579
Outros	-	-	(28.870)	3.369
	682.986	571.837	5.485.147	5.625.253
Remuneração de Capitais Próprios				
Dividendos distribuídos	83.624	111.066	83.624	111.066
Dividendos propostos	216.376	188.935	216.376	188.935
Lucro retido (Reserva Legal)	17.605	23.382	17.605	23.382
Reserva de retenção de lucro	(27.876)	(13.996)	(27.876)	(13.996)
Reserva de lucros a realizar	-	-	13.140	-
Participação dos não Controladores	-	-	51.434	62.596
	289.729	309.387	354.303	371.983
Valor adicionado distribuído	997.573	891.770	13.599.330	13.219.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Contexto operacional

A NEOENERGIA S.A. ("Neoenergia" ou a "Companhia") com sede na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades. As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Neoenergia (conjuntamente, o "Grupo") são dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica e estão apresentadas na Nota Explicativa 10.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de Julho de 2017, as quais estão expressas em milhares de reais.

1. Concessões

O Grupo possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões, autorizações/permisões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição		Número de Municípios	Localidade		Data de concessão		Data de vencimento
COELBA		415	Estado da Bahia		08/08/1997		07/08/2027
CELPE		184	Estado de Pernambuco		30/03/2000		30/03/2030
CELPE		1	Distrito de Fernando de Noronha		30/03/2000		30/03/2030
CELPE		1	Estado da Paraíba		30/03/2000		30/03/2030
COSERN		167	Estado do Rio Grande do Norte		31/12/1997		30/12/2027
Transmissão			Localidade		Data de concessão		Data de vencimento
AFLUENTE T			Estado da Bahia		06/08/1997		30/07/2027
SPE SE Naranhã S.A. (SE Naranhã)			Estado da Bahia		28/01/2009		28/01/2039
SPE SE Naranhã S.A. (SE Extremoz)			Estado do Rio Grande do Norte		10/05/2012		10/05/2042
SPE SE Naranhã S.A. (SE Brumado)			Estado da Bahia		27/08/2012		28/08/2042
POTIGUAR SUL			Estado da Paraíba e Rio Grande do Norte		01/08/2013		25/07/2043
Comercialização			Localidade		Data de concessão		
NC ENERGIA			Rio de Janeiro		16/08/2000		
Geração em operação	Tipo de usina	Localidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWmed)	Energia contratada (MWmed)	Data da concessão autorização	Data de vencimento
AFLUENTE G (a)	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,65 MW	8,55 MW	9,0 MW	06/08/1997	19/10/2027
Alto Fêmeas I		Rio Correntina - BA	8,0 MW	5,1 MW	8,0 MW	06/08/1997	08/08/2027
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH						
ITAPEBI	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	462,011 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/1999	31/08/2035
TERMOPERNAMBUCO	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532,756 MW	504,12 MW	455,0 MW	18/12/2000	18/12/2030
CELPE	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,1 MW	1,6 MW	1,6 MW	21/12/1989	21/12/2019
Fernando de Noronha							
RIO PCH I (a)	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19,0 MW	10,75 MW	11,0 MW	18/12/2002	19/03/2033
Pedra do Garrafão							
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH						
GOIAS SUL (a)	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27,0 MW	17,09 MW	16,0 MW	18/12/2002	16/04/2033
Goiandira							
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH						
			21,0 MW	12,37 MW	12,0 MW	18/02/2004	25/06/2034
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140,0 MW	80,2 MW	39,27 MW	15/08/2006	31/12/2039
GERAÇÃO CIII	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	96,447 MW	50,9 MW	30,54 MW	07/11/2001	14/02/2037
Corumbá III							
BAHIA PCH I (a)	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25,0 MW	19,62 MW	19,0 MW	10/12/1999	09/12/2029
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261,0 MW	154,9 MW	147,0 MW	03/07/2007	02/01/2043
ENERGYWORKS (a)	Termelétrica - UTE	Av. Pres. Humberto de Alencar - SP	8,592 MW	(*) 7,9 MW	7,9 MW	1998	2028
Kaiser Jacaré							
Com Mogi							
Com Balsa							
Brahma Rio	Termelétrica - UTE	Rua Francisco Manuel da Cruz - PR	9,119 MW	(*) 8,7 MW	8,7 MW	2002	2031
		Antiga estrada Rio São Paulo - RJ	13,8 MW	(*) 11,6 MW	11,6 MW	1999	2028
TELES PIRES	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW	930,7 MW	778 MW (ACR) 152,7 MW (ACL)	07/06/2011	06/06/2046

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Geração em operação	Tipo de usina	Localidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWmed)	Energia contratada (MWmed)	Data da concessão autorização	Data de vencimento
PARQUES EÓLICOS							
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28,0 MW	12,9 MW	12,3 MW	04/03/2011	03/03/2046
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20,0 MW	9,8 MW	9,3 MW	28/02/2011	27/02/2046
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30,0 MW	13,3 MW	13,0 MW	16/10/2012	16/10/2047
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30,0 MW	11,2 MW	11,0 MW	07/02/2011	06/02/2046
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30,0 MW	11,2 MW	11,1 MW	24/02/2011	23/02/2046
Calango 1	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30,0 MW	13,9 MW	13,8 MW	28/04/2011	27/04/2046
Calango 2	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30,0 MW	11,9 MW	11,8 MW	09/05/2011	08/05/2046
Calango 3	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30,0 MW	13,9 MW	13,8 MW	30/05/2011	29/05/2046
Calango 4	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30,0 MW	12,8 MW	12,8 MW	19/05/2011	18/05/2046
Calango 5	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30,0 MW	13,7 MW	13,6 MW	02/06/2011	01/06/2046
Calango 6	Eólica	Bodó - RN	30,0 MW	18,5 MW	18,5 MW	20/11/2014	19/11/2049
Santana 1	Eólica	Bodó - RN	30,0 MW	17,3 MW	17,2 MW	14/11/2014	13/11/2049
Santana 2	Eólica	Nova - RN	24,0 MW	13,1 MW	12,9 MW	14/11/2014	13/11/2049
Geração em construção							
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350,2 MW	171,3 MW	121 MW (ACR) 51,8 MW (ACL)	20/08/2012	14/09/2049
BELO MONTE	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233,1 MW	4.571,0 MW	3.024,83 MW (ACR) 864,24 MW (ACL)	26/08/2010	25/08/2045
PARQUES EÓLICOS							
Canoas	Eólica	São José do Sabugi/PB	31,5 MW	17,7 MW	16,1 MW	04/08/2016	03/08/2050
Lagoa 1	Eólica	Santa Luzia/PB	31,5 MW	18,7 MW	17,2 MW	04/08/2016	03/08/2050
Lagoa 2	Eólica	São José do Sabugi/PB	31,5 MW	17,5 MW	15,5 MW	04/08/2016	03/08/2050

(a) Conforme mencionado na nota 3.9, a Companhia alienou a participação societária detida nas seguintes sociedades: (i) Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.; (ii) Bahia PCH I S.A.; (iii) Goiás Sul S.A.; (iv) Rio PCH I S.A.; e (v) EnergyWorks do Brasil Ltda., com Capuava Energy Ltda..

3. Resumo das principais políticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – Internacional Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – ("CVM")

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado no item 3.6.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras incluem: bifurcação dos bens da concessão do serviço público (ativo financeiro indenizável e ativo intangível); contratos de construção, imposto de renda e contribuição social diferidos, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, mensuração pelo valor justo de ativos financeiros que não possuem mercado ativo, cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego, assim como a análise dos demais riscos para determinação de provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

3.4. Base de consolidação e investimentos em coligadas e *joint ventures*

Controladas são todas as investidas nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia considera que o controle é detido quando está exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com uma investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investidas. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os acordos de participações onde duas ou mais partes têm controle conjunto são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Estes investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, observando os percentuais de participação em vigor, conforme demonstrado na nota 10.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3.5. Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e do Grupo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.6. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, ativos e passivos financeiros setoriais, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, menos as perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros das empresas do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e empréstimos e financiamentos, além dos derivativos classificados como a valor justo por meio do resultado.

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem derivativos e são mensurados a valor justo.
- Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. No caso de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que são itens objeto de hedge, são mensurados a valor justo por meio do resultado. O Grupo faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

3.7. **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

3.8. **Impairment de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidencia objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- ✓ Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- ✓ Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- ✓ Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- ✓ O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- ✓ Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- ✓ Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- ✓ Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia efetuou análise para alguns de seus ativos os quais apresentaram indicativos de deterioração ou perda ao valor recuperável, não tendo sido constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

3.9. Ativos classificados como mantidos para venda

Conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2016, a Companhia celebrou contrato de compra e venda da totalidade da participação societária detida nas seguintes sociedades: (i) Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.; (ii) Bahia PCH I S.A.; (iii) Goiás Sul S.A.; (iv) Rio PCH I S.A.; e (v) EnergyWorks do Brasil Ltda., com Capuava Energy Ltda..

A conclusão da operação estava sujeita aos termos e condições geralmente adotados nesta espécie de transação, incluindo autorização de órgãos governamentais, como o Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE, obtida em 16 de dezembro de 2016 e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obtida em 24 de janeiro de 2017).

Com a assinatura do contrato de compra e venda em novembro de 2016, a Companhia passou a tratar contabilmente esse bloco de ativos conforme preconiza o CPC 31, como Ativos não circulantes mantidos para venda.

O CPC 31 exige que os ativos que forem classificados como mantidos para venda sejam mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo deduzidos das despesas de venda. No caso da alienação dos ativos pela Companhia, o valor justo dos ativos deduzido das

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

despesas de venda, é inferior ao valor contábil em R\$ 73.738 reconhecidos como despesa no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3.9.1 Controladora

Composição dos investimentos na controladora:

Ativos classificados como mantidos para venda	2016
Afluentes Geração de Energia S.A.	37.475
Goiás Sul S.A	212.431
Bahia PCH I S.A	135.600
Rio PCH I S.A	90.940
EnergyWorks do Brasil Ltda	132.686
	609.132

3.9.2 Consolidado

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016:

BALANÇOS PATRIMONIAIS	Goiás Sul	Rio PCH I	Bahia PCH I	Afluentes G	Energy Works	Capuava	ELIMINAÇÕES	Total
ATIVO								
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	434	292	65	135	77	49		1.052
Contas a receber de clientes e outros	6.225	5.104	3.602	3.532	10.220	1.361	(5.891)	24.153
Títulos e Valores Mobiliários	9.213	7.130	13.815	4.361	76.817	22.653		133.989
Impostos e Contribuições a recuperar	33	2	99	-	4.248	446		4.828
Estoques	2	-	-	6	-	-		8
Despesas pagas antecipadamente	132	107	3	49	266	10		567
Outros ativos circulantes	74	6	106	6	1.274	-	-	1.466
								-
TOTAL DO CIRCULANTE	16.113	12.641	17.690	8.089	92.902	24.519	(5.891)	166.063
NÃO CIRCULANTE								
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	638	6.858	2.476		9.972
Impostos e Contribuições a recuperar	2	1	-	-	1.115	23		1.141
Dividendos a receber	-	-	-	-	2.908	-	(2.908)	-
Depósitos Judiciais	6.860	1.503	49	144	8	-		8.564
Despesas pagas antecipadamente	1.961	1.551	-	444	-	-		3.956
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	-	-	-	12.786	-	-		12.786
Outros ativos não circulantes	-	1	-	-	-	-		1
Investimentos	-	-	-	-	31.533	-	(31.533)	-
Investimentos em coligadas e controladas	-	-	-	-	31.533	-	(31.533)	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-		-
Imobilizado	274.691	209.199	198.546	-	62.298	8.068		752.802
Intangível	1.409	1.778	-	23.228	5	-		26.420
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	284.923	214.033	198.595	37.240	104.725	10.567	(34.441)	815.642
TOTAL DO ATIVO	301.036	226.674	216.285	45.329	197.627	35.086	(40.332)	981.705

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS	Goias Sul	Rio PCH I	Bahia PCH I	Afluente G	Energy Works	Capuava	ELIMINAÇÕES	Total
PASSIVO								
CIRCULANTE								
Fornecedores	3.139	940	7.146	513	7.760	107	(652)	18.953
Empréstimos e financiamentos	10.130	9.983	7.999	-	33.441	-	-	61.553
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	13.184	-	-	13.184
Salários e encargos a pagar	-	-	-	-	782	86	-	868
Taxas regulamentares	10	8	5	155	-	1	-	179
Impostos e Contribuições a recolher	1.376	679	792	608	2.076	443	-	5.974
Dividendos e Juros sobre capital próprio	8.789	22.336	17.846	162	-	2.908	(2.908)	49.133
Provisões	-	-	-	17	-	-	-	17
Outros passivos circulantes	73	432	42	213	80	8	-	848
TOTAL DO CIRCULANTE	23.517	34.378	33.830	1.668	57.323	3.553	(3.560)	150.709
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	56.611	55.976	46.844	-	-	-	-	159.431
Taxas regulamentares	-	-	-	444	-	-	-	444
Provisões	8.311	6.405	-	528	7.616	-	-	22.860
Outros passivos não circulantes	165	1	11	28	-	-	-	205
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	65.087	62.382	46.855	1.000	7.616	-	-	182.940
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital Social	198.346	116.118	108.937	30.916	117.964	11.456	(11.456)	572.281
Reservas de Lucro	14.086	13.796	25.898	11.745	14.724	14.226	(14.226)	80.249
Proposta de Distribuição de dividendos adicional	-	-	765	-	-	5.851	(5.851)	765
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	212.432	129.914	135.600	42.661	132.688	31.533	(31.533)	653.295
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	301.036	226.674	216.285	45.329	197.627	35.086	(35.093)	986.944

Classificados como:

Ativos classificados como mantidos para venda	981.705
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	333.649

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2016:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Goias Sul	Rio PCH I	Bahia PCH I	Afluente G	EnergyWorks	Capuava	ELIMINAÇÕES	Total
RECEITA BRUTA	44.920	42.234	39.944	37.511	71.863	17.043	-	253.515
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(1.646)	(1.542)	(1.459)	(2.116)	(12.727)	(3.717)	-	(23.207)
RECEITA LÍQUIDA	43.274	40.692	38.485	35.395	59.136	13.326	-	230.308
CUSTO DO SERVIÇO	(20.431)	(19.607)	(12.209)	(22.818)	(20.636)	(2.202)	-	(97.903)
Custo com energia elétrica	(6.400)	(4.229)	(2.396)	(15.084)	(6.056)	-	-	(34.165)
Custo de operação	(14.031)	(15.378)	(9.813)	(6.958)	(14.580)	(2.202)	-	(62.962)
Custo de Construção	-	-	-	(776)	-	-	-	(776)
LUCRO BRUTO	22.843	21.085	26.276	12.577	38.500	11.124	-	132.405
Despesas gerais e administrativas	(1.123)	(2.031)	(1.270)	(808)	(4.304)	(80)	-	(9.616)
Resultado de participações societárias	-	-	-	-	12.718	-	(12.718)	-
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	12.718	-	(12.718)	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	21.720	19.054	25.006	11.769	46.914	11.044	(12.718)	122.789
Receita Financeira	2.380	925	3.432	1.024	35.812	3.319	-	46.892
Despesa financeira	(8.605)	(9.068)	(6.480)	(186)	(29.578)	(15)	-	(53.932)
LUCRO ANTES DO IMPOSTOS	15.495	10.911	21.958	12.607	53.148	14.348	(12.718)	115.749
Imposto de renda e contribuição social	(2.171)	(1.591)	(2.374)	(1.392)	(9.756)	(1.630)	-	(18.914)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.324	9.320	19.584	11.215	43.392	12.718	(12.718)	96.835

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2016:

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	Goiás Sul	Rio PCH I	Bahia PCH I	Afluentes G	Energy Works	Capuava	Total
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL							
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	15.495	10.911	21.958	12.607	53.148	14.348	128.467
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.238	12.408	8.580	(306)	(9.661)	(2.040)	34.219
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(1.931)	1.421	(1.379)	(1.416)	2.540	(366)	(1.131)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(19.656)	(14.177)	(6.936)	(6.798)	(4.079)	(1.278)	(52.924)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19.146	10.563	22.223	4.087	41.948	10.664	108.631
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.736)	3.429	15.968	4.653	(54.025)	(2.097)	(34.808)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(17.184)	(14.909)	(38.422)	(8.649)	12.113	(8.566)	(75.617)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(774)	(917)	(231)	91	36	1	(1.794)
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.208	1.209	296	44	41	48	2.846
Caixa e equivalentes no final do exercício	434	292	65	135	77	49	1.052
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(774)	(917)	(231)	91	36	1	(1.794)

3.10. Conciliação do Resultado e patrimônio líquido entre controladora e consolidado

Segue abaixo, quadro da conciliação do resultado e do patrimônio líquido entre a controladora e consolidado:

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
Controladora	289.729	8.693.388
Resultado financeiro líquido capitalizado (a)	13.140	13.140
Participação de não controladores	-	510.181
Consolidado	302.869	9.216.709

- (a) Refere-se a antecipação de recebíveis junto a instituição financeira pela controlada Celpe, os quais foram adquiridos da controlada Termopernamebuco S.A no valor de R\$ 157.773 referente a dívida e (R\$19.909) custo de transação o que gerou um saldo de líquido de R\$ 137.864. Para fins de consolidação essa operação é classificada como dívida.

3.11. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

(a) Pronunciamentos Contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

A natureza e o impacto, se algum, de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações (Vigência a partir de 01/01/2016)	A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza desta taxa e o acordo em comparação à orientação sobre envolvimento contínuo na IFRS 7, a fim de avaliar se a evidênciação é exigida. A avaliação de quais contratos de serviços constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, a evidênciação exigida não precisa ser fornecida para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações. Estas alterações não geraram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Iniciativa de divulgação). (Vigência a partir de 01/01/2016)	As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras. Estas alterações não geraram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.)	A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não foi alterado o método para amortização dos ativos não circulantes.
IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)	Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente porém não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que esta já utilizava taxas de títulos públicos com base na moeda em que é denominada a sua obrigação.
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de Investimento (vigência a partir de 01/01/2016)	Esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas é aplicável para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10
Alterações à IFRS 11/ – Acordo contratual conjunto (vigência a partir de 01/01/2016)	Fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um “negócio”, conforme a definição dada pela IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.;
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014: Traz parágrafos novos ou alterados aplicáveis pela primeira vez a partir de 01/01/2016	Alteraram os parágrafos 26-29 e acrescentaram o parágrafo 26A para esclarecer a contabilização quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de “mantido para venda” para “mantido para distribuição”. A entidade deve aplicar essas alterações prospectivamente a mudanças no método de alienação ocorridas em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras e não foram adotados antecipadamente:

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	Substituir todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	Estabelecer os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.
IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.
IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.
Modificações à IFRS 2 (Vigência a partir de 01/01/2018)	A alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“Cashsettled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, a alteração introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Pronunciamento	Objetivo
	baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal

A companhia ainda esta avaliando os efeitos das aplicações dessas novas normas e alterações de normas existentes sobre os valores e divulgações apresentadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3.12. Assuntos regulatórios

Bandeiras tarifárias

A partir de janeiro de 2015, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 547/2013, as contas de energia estão sendo faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias.

Atualmente temos quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

Em 2015, vigorou a bandeira vermelha – patamar 1 nos meses de janeiro e fevereiro e patamar 2 a partir de março. Já em 2016, foi aplicada bandeira vermelha – patamar 2 em janeiro, vermelha – patamar 1 em fevereiro, amarela em março, verde de abril a outubro, amarela em novembro e verde em dezembro.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias são revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e são repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos e a cobertura tarifária vigente. Mensalmente é apurado o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias, o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras e fixado o valor líquido a ser repassado pela distribuidora à CONTA-CRBT ou a ser recebido pela mesma. De janeiro a dezembro de 2016 as distribuidoras do Grupo reconheceram o montante de R\$ 330.581 (R\$ 1.442.278 em 2015) de bandeira tarifária, tendo sido R\$ 41.047 (R\$ 94.965 em 2015) repassados para a conta CCRBT.

Reajuste Tarifário Anual - IRT 2016

A ANEEL, através das Resoluções Homologatórias nº 2.066/16, 2.067/16 e 2.064/16 homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual das distribuidoras do Grupo, Coelba, Celpe e Cosern, respectivamente, com período de vigência de abril de 2016 a abril de 2017. Considerando como referência os valores praticados na data do reajuste, o efeito tarifário médio percebido pelos consumidores das concessionárias foi de 10,72% na Coelba, 9,9% na Celpe e 7,73% na Cosern.

As novas tarifas entraram em vigor a partir de abril de 2016 com vigência até abril de 2017.

Ressarcimento CONTA-ACR (Decreto nº 8.221/14)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 1.863/15, a ANEEL homologou para as distribuidoras do Grupo um incremento na tarifa equivalente a R\$ 30.430 por mês para Coelba, R\$ 22.090 para Celpe e R\$ 8.595 para Cosern, que será repassado à CCEE a partir de abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente. Para o exercício de 2016, as controladas Coelba, Celpe e Cosern efetuaram o pagamento de R\$ 381.010 (R\$ 273.868 em 2015), R\$ 260.243 (R\$ 187.930 em 2015) e R\$ 107,619 (R\$ 77.356 em 2015) respectivamente.

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Sobrecontratação de Energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, e a crescente migração de consumidores potencialmente livres para o ACL, em decorrência dos baixos preços praticados no mercado livre, vem contribuindo para que as empresas apresentem um cenário de sobrecontratação de energia, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através da ABRADEE, no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Em 19 de abril de 2016 a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 711, revogando a Resolução Normativa nº 508/2012, e definindo mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia, por meio de acordos bilaterais, que podem vir a alterar as condições inicialmente pactuadas nos Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada – CCEARs, nas seguintes modalidades: a) redução temporária total ou parcial da energia contratada; b) redução parcial permanente da energia contratada; e c) rescisão contratual. A Companhia vem realizando acordos nos termos desta resolução com o propósito de diminuir eventuais impactos futuros de sobrecontratação.

Em 21 de junho de 2016, a Resolução Normativa ANEEL nº 726, a ANEEL alterou a regulamentação vigente, permitindo a redução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a decisão em questão.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, foi emitido o Decreto nº 8.828/16 que elimina o limite de recontração do montante de reposição dos contratos de energia existente que estão a expirar sem ônus e penalidades para as distribuidoras.

Repactuação do Risco Hidrológico - Acordo GSF

A publicação da Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, e da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, com o objetivo de buscar uma solução para condições hidrológicas adversas.

A referida Lei prevê que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração de energia elétrica participantes do MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida desses agentes. Para fins dessa anuência e em função do disposto na Lei, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

critérios e as demais condições para a repactuação. Com base na Lei e na Resolução, os agentes de geração elegíveis e que observarem os critérios e condições definidos na Resolução, a repactuação dependeria da decisão da Administração das empresas, cabendo a ANEEL a conferência dos dados das empresas e homologação dos valores.

Nesse sentido, em 18 de dezembro de 2015, as Reuniões dos Conselhos de Administração das usinas do Grupo aprovaram a proposta de repactuação do risco hidrológico nos produtos indicados em apresentação realizada na referida Reunião para as seguintes investidas:

- Itapebi Geração de Energia S.A. - produto SP100.
- Afluentes Geração de Energia S.A. - produto SP90.
- Baguari I Geração de Energia S.A. - produto SP91.
- Geração CIII S.A. - produto SP90.
- Goiás Sul Geração de Energia S.A. - produto SP90.
- Rio PCH I S.A. - produto SP90.

Os termos da repactuação do risco hidrológico determinam que as geradoras deverão recolher mensalmente à CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias) o resultado da multiplicação do montante mensal de garantia física da usina pelo valor unitário do prêmio de risco selecionado, referenciado à data base de janeiro de 2015. O ressarcimento do risco hidrológico verificado no ano de 2015, em específico, será compensado por meio da postergação do pagamento do prêmio de risco até o final do contrato de venda de energia no ambiente regulado (CCEAR). Considerando que o prazo para a compensação não é suficiente para a recuperação do valor antecipado, a ANEEL estendeu a concessão por um período suficiente para recuperar os montantes antecipados.

Como condição de eficácia da repactuação prevista neste contrato, as geradoras renunciaram, de modo irrevogável e irretratável, ao direito de discutir, na via administrativa, arbitral e judicial, suposta isenção ou mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE

4. Reapresentação

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, no âmbito dos trabalhos preparatórios realizados com vistas a uma potencial oferta pública inicial de distribuição de ações de emissão da Companhia, conforme Fato Relevante divulgado em 18 de julho de 2017, objetivando uma melhor apresentação da posição patrimonial e do desempenho operacional e econômico da Companhia, e em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e colocando a Companhia em condição de atualizar seu registro de companhia aberta e com isso viabilizar o registro da oferta perante a CVM, caso haja decisão neste sentido. Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais individuais e consolidados de 31 de dezembro de 2016 e 2015 e às demonstrações individuais e consolidadas dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos exercícios findos naquela data, cujas demonstrações financeiras de 2016 foram originalmente arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 22 de fevereiro de 2017, e as demonstrações financeiras de 2015 foram originalmente arquivadas em 22 de fevereiro de 2016 e

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

reapresentadas em 11 de novembro de 2016, estão sendo reapresentadas de forma a demonstrar os ajustes e reclassificações decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Receita não faturada reconhecida no exercício de competência na controlada Celpe.
- (b) Apresentação e melhor demonstração dos valores de instrumentos financeiros derivativos (swap), segregados dos valores de empréstimos e financiamentos objetos de hedge na holding Neoenergia e nas controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco.
- (c) Impactos tributários em função dos ajustes realizados.
- (d) Reversão da despesa com PLR reconhecida inicialmente em 2015, de competência de exercícios anteriores na controlada Cosern.
- (e) Reclassificação dos juros capitalizados na Neoenergia decorrente de financiamento tomado para construção das controladas Termopernambuco e Itapebi, saldo apresentado na rubrica de "Investimentos em coligadas e controladas" apenas na Controladora, sendo apresentado no imobilizado no consolidado.
- (f) Efeito do ajuste do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pela correção de premissas utilizadas nos cálculos das obrigações atuariais no plano de assistência médica patrocinado pela controlada Coelba a seus empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, como também para a determinação das taxas de desconto dos planos de benefício pós emprego das controladas Celpe e Cosern.
- (g) Registro do complemento da atualização do valor justo do ativo financeiro indenizável das controladas Coelba, Cosern e Celpe.
- (h) Impactos em função da equivalência patrimonial.
- (i) Reclassificações nas controladas Coelba, Celpe e Cosern da receita de multa por inadimplência do consumidor e da perda relativa a créditos de liquidação duvidosa sobre essa receita, da receita líquida e despesa financeira para o custo do serviço e despesa com vendas.
- (j) Ajuste decorrente do laudo de valoração da controlada Itapebi, realizado em 2015, onde foi avaliada a composição dos custos de cada ativo do imobilizado a valor de mercado. Em decorrência dessa avaliação, foi realizada a alocação (transferência) de valores de maneira correta, e por consequência a depreciação acumulada dos ativos foi recalculada, gerando um ajuste de depreciação.
- (k) Ajuste da depreciação da controlada Termopernambuco e depreciação do rotor referente à 1ª turbina a gás em recondicionamento.
- (l) Baixas de projetos descontinuados das controladas Coelba, Celpe e Cosern nos anos de 2016 e 2015 e complemento da capitalização de juros sobre intangível em curso (obras em andamento) da controlada Celpe em 2015.
- (m) Recálculo dos encargos setoriais em função da alteração da receita operacional líquida.
- (n) Outras reclassificações entre contas para fins de melhor apresentação.
- (o) Reconhecimento dos valores de compra e venda de energia referente a dezembro de 2014 das controladas Termopernambuco e Itapebi, conforme regime de competência.
- (p) Complemento de provisão para contingências cíveis das controladas Celpe, Coelba e Cosern.
- (q) Atualização do saldo do contas a receber da controladora decorrente da venda de participação da controlada Rio PCH para a companhia Performance.
- (r) Absorção de prejuízo acumulado resultante da realização dos ajustes de reabertura que impactaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014 e 2013 em R\$ (80.671), R\$ (139.956), R\$ 54.833 e R\$ 42.999, respectivamente, e dos ajustes de exercícios anteriores registrados em 01 de janeiro de 2013 de R\$ 30.711.
- (s) Impactos nos minoritários em função dos ajustes realizados nas controladas Coelba, Celpe e Cosern.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

- (t) Impacto na reserva de transações com os sócios em função dos ajustes ocorridos nos anos de 2013 e 2014, antes da compra de participação das controladas Coelba e Cosern ocorrida em fevereiro de 2015, conforme nota 20, item (d).
- (u) Reclassificação de títulos e valores mobiliários originalmente classificados como caixa e equivalentes de caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL	Ref.	Controladora			Consolidado		
		2016 (Originalmente apresentado)	Ajustes	2016 (Reapresentado)	2016 (Originalmente apresentado)	Ajustes	2016 (Reapresentado)
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	(u)	256.798	(256.560)	238	1.383.339	(1.002.404)	380.935
Títulos e valores mobiliários	(u)	786	256.559	257.345	10.257	1.002.403	1.012.660
Instrumentos financeiros derivativos							
Impostos e Contribuições a recuperar	(c)	58.962	3	58.965	472.097	31.543	503.640
Outros ativos circulantes							
Outros ativos circulantes não ajustados		630.182	-	630.182	4.389.649	-	4.389.649
TOTAL DO CIRCULANTE		946.728	2	946.730	6.255.342	31.542	6.286.884
NÃO CIRCULANTE							
Instrumentos financeiros derivativos	(b)	4.750	-	4.750	516.373	1	516.374
Impostos e Contribuições a recuperar	(c)	-	-	-	210.491	(1)	210.490
Impostos e contribuições sociais diferidos	(c)	-	-	-	733.281	21.012	754.293
Entidade de Previdência Privada	(f)	-	-	-	26.897	1.786	28.683
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	(g)	-	-	-	5.249.425	(14.982)	5.234.443
Investimentos		9.958.809	(42.370)	9.916.439	2.498.060	-	2.498.060
Investimentos em coligadas e controladas	(h)/(e)	9.958.809	(42.370)	9.916.439	2.489.419	-	2.489.419
Outros investimentos		-	-	-	8.641	-	8.641
Imobilizado	(j)	27.732	-	27.732	3.384.351	29.183	3.413.534
Intangível	(l)/(e)	26.702	(25.615)	1.087	8.059.086	(56.736)	8.002.350
Outros ativos não circulantes		59.823	-	59.823	34.325	(4)	34.321
Outros ativos não circulantes não ajustados		354.858	-	354.858	987.972	-	987.972
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.432.674	(67.985)	10.364.689	21.700.261	(19.741)	21.680.520
TOTAL DO ATIVO		11.379.402	(67.983)	11.311.419	27.955.603	11.801	27.967.404
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Taxas regulamentares	(m)	-	-	-	195.790	(2.410)	193.380
Impostos e Contribuições a recolher	(c)	13.283	4.265	17.548	535.554	57.076	592.630
Outros passivos circulantes	(n)	127.731	1	127.732	470.968	1.702	472.670
Outros passivos circulantes não ajustados		906.417	-	906.417	7.007.970	-	7.007.970
TOTAL DO CIRCULANTE		1.047.431	4.266	1.051.697	8.210.282	56.368	8.266.650
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	(b)	354.750	-	354.750	6.132.264	1	6.132.265
Taxas regulamentares	(m)	-	-	-	62.571	(663)	61.908
Provisões	(p)	8.721	-	8.721	380.224	34.218	414.442
Outros passivos não circulantes		796.971	2	796.973	852.887	-	852.887
Outros passivos não circulantes não ajustados		406.602	-	406.602	3.019.487	-	3.019.487
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.567.044	2	1.567.046	10.447.433	33.556	10.480.989
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Reservas de lucros	(r)	4.929.320	(92.085)	4.837.235	4.942.460	(92.085)	4.850.375
Outros resultados abrangentes	(f)	(131.818)	20.542	(111.276)	(131.818)	20.542	(111.276)
Reserva de transação de capital com os sócios	(t)	(990.264)	(708)	(990.972)	(990.264)	(708)	(990.972)
Outras contas do patrimônio líquido não ajustados		4.957.689	-	4.957.689	4.957.689	-	4.957.689
Total do patrimônio líquido antes das participações		8.764.927	(72.251)	8.692.676	8.778.067	(72.251)	8.705.816
Participações de acionistas não controladores	(s)	-	-	-	519.821	(5.872)	513.949
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.764.927	(72.251)	8.692.676	9.297.888	(78.123)	9.219.765
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.379.402	(67.983)	11.311.419	27.955.603	11.801	27.967.404

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Ref.	Controladora			Consolidado		
		2016	Ajustes	2016	2016	Ajustes	2016
		(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
Receita líquida	(c)/(g)/(m)	3.756	-	3.756	14.839.729	(32)	14.839.697
Custo do serviço	(l)/(n)/(i)	-	-	-	(11.394.834)	(45.259)	(11.440.093)
Lucro bruto		3.756	-	3.756	3.444.895	(45.291)	3.399.604
Despesas com vendas		-	-	-	(624.606)	-	(624.606)
Despesas gerais e administrativas	(n)/(p)	(108.076)	-	(108.076)	(782.695)	(4.919)	(787.614)
Resultado de participações societárias	(h)	725.752	(80.316)	645.436	(103.340)	(26.619)	(129.959)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		621.432	(80.316)	541.116	1.934.254	(76.829)	1.857.425
Receita financeira	(n)	442.765	-	442.765	4.181.912	(15.124)	4.166.788
Despesa financeira	(n)/(f)/(i)	(682.349)	(465)	(682.814)	(5.444.229)	(19.173)	(5.463.402)
Lucro antes do Impostos		381.848	(80.781)	301.067	671.937	(111.126)	560.811
Imposto de Renda e Contribuição Social	(c)	(11.448)	110	(11.338)	(234.479)	27.971	(206.508)
Lucro líquido do exercício		370.400	(80.671)	289.729	437.458	(83.155)	354.303
Atribuível a:							
Acionistas controladores		370.400	(80.671)	289.729	383.540	(80.671)	302.869
Acionistas não controladores	(s)	-	-	-	53.918	(2.484)	51.434
Lucro básico e diluído por ação							
Do capital - R\$							
Ordinária		0,06		0,05	0,07		0,05

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Notas	2016		
		Controladora		
		(Originalmente apresentado)	Ajustes	(Reapresentado)
Lucro líquido de exercício	(r)	370.400	(80.671)	289.729
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Efeitos dos Planos de Benefícios e Plano de Saúde a Empregados das investidas	(f)	(152.631)	70.211	(82.420)
Resultado Abrangente sobre hedge de fluxo de caixa		(46.648)	-	(46.648)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		(199.279)	70.211	(129.068)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos efeitos tributários		171.121	(10.460)	160.661
	Notas	2016		
		Consolidado		
		(Originalmente apresentado)	Ajustes	(Reapresentado)
Lucro antes das participações minoritárias		437.458	(83.155)	354.303
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Efeitos dos Planos de Benefícios e Plano de Saúde a Empregados das investidas	(f)	(243.151)	110.423	(132.728)
Resultado Abrangente sobre hedge de fluxo de caixa		(46.648)	-	(46.648)
Tributos s/ resultados abrangentes	(c)	82.672	(37.545)	45.127
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		(207.127)	72.878	(134.249)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos efeitos tributários		230.331	(10.277)	220.054
Atribuível à:				
Acionistas controladores		184.261	(10.460)	173.801
Acionistas não controladores		46.070	183	46.253

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Nota	Controladora			Consolidado		
	2016 (Originalmente apresentado)	Ajustes	2016 (Reapresentado)	2016 (Originalmente apresentado)	Ajustes	2016 (Reapresentado)
Lucro do exercício (antes dos impostos)	381.848	(80.781)	301.067	671.937	(111.126)	560.811
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(472.983)	51.767	(421.216)	2.322.893	(134.826)	2.188.067
Redução (aumento) dos ativos operacionais	(n)/(u) (91.135)	(29.014)	(120.149)	2.994.830	(245.952)	2.748.878
Aumento (redução) dos passivos operacionais	(n) 702.272	465	702.737	(52.407)	(97.257)	(149.664)
	(6.319)	-	(6.319)	(1.466.139)	(28.274)	(1.494.413)
Caixa oriundo das atividades operacionais	(n) 604.818	(28.549)	576.269	1.476.284	(371.483)	1.104.801
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimento	(n)/(u) (956.083)	(28.199)	(984.282)	(3.455.925)	1.563.133	(1.892.792)
Utilização de caixa em atividades de financiamento	(n) 408.036	-	408.036	934.106	95.942	1.030.048
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	56.771	(56.748)	23	(1.045.535)	1.287.592	242.057
Caixa e equivalentes no início do exercício	200.027	(199.812)	215	2.562.914	(2.424.036)	138.878
Caixa e equivalentes no final do exercício	256.798	(256.560)	238	1.517.379	(1.136.444)	380.935
Variação líquida de caixa	(u) 56.771	(56.748)	23	(1.045.535)	1.287.592	242.057

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Controladora									
Reservas de Lucros									
Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de transação com os sócios	Outros Resultados Abrangentes	Reserva Legal	Reserva de Lucros não Realizados	Reserva de Retenção de Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total	
Saldos em 31 de Dezembro de 2016 (Originalmente apresentado)	4.739.025	2.288	(990.264)	(131.818)	651.079	73.046	4.205.195	216.376	8.764.927
Resultado abrangente de investidas	(f)	-	-	20.542	-	-	-	-	20.542
Destinações:									-
Reserva de retenção de lucros	(r)	-	-	-	-	(92.085)	-	-	(92.085)
Transações com os sócios									
Complemento compra de participação adicional junto a não controladores	(t)		(708)						(708)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	4.739.025	2.288	(990.972)	(111.276)	651.079	73.046	4.113.110	216.376	8.692.676

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Consolidado											
Reservas de Lucros											
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de transação com os sócios	Outros Resultados Abrangentes	Reserva Legal	Reserva de Lucros não Realizados	Reserva de Retenção de Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016 (Originalmente apresentado)	4.739.025	2.288	(990.264)	(131.818)	651.079	86.186	4.205.195	216.376	8.778.067	519.821	9.297.888
Resultado abrangente de investidas	(f)	-	-	20.542	-	-	-	-	20.542	(6.580)	13.962
Destinações:									-		
Reserva de retenção de lucros	(f)	-	-	-	-	-	(92.085)	-	(92.085)	-	(92.085)
Transações com os sócios											
Complemento compra de participação adicional junto a não controladores	(t)		(708)						(708)	708	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	4.739.025	2.288	(990.972)	(111.276)	651.079	86.186	4.113.110	216.376	8.705.816	513.949	9.219.765

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Notas	Controladora			Consolidado		
	2016 (Originalmente apresentado)	Ajustes	2016 (Reapresentado)	2016 (Originalmente apresentado)	Ajustes	2016 (Reapresentado)
Valor adicionado líquido produzidos pela entidade	(g)/(n) (200.468)	(436)	(200.904)	9.489.951	(55.852)	9.434.099
Valor adicionado recebido em transferência	1.278.247	(79.770)	1.198.477	4.207.442	(42.211)	4.165.231
Valor adicionado total a distribuir	1.077.779	(80.206)	997.573	13.697.393	(98.063)	13.599.330
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal	10.947	-	10.947	720.714	(2)	720.712
Impostos, taxas e contribuições	(c) 13.911	-	13.911	7.073.938	(34.770)	7.039.168
Remuneração de Capitais de Terceiros	(f)/(n) 682.521	465	682.986	5.465.283	19.864	5.485.147
Remuneração de Capitais Próprios	370.400	(80.671)	289.729	437.458	(83.155)	354.303
Valor adicionado distribuído	1.077.779	(80.206)	997.573	13.697.393	(98.063)	13.599.330

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL	Ref.	Controladora			Consolidado		
		2015 (Originalmente reapresentado)	Ajustes	2015 (Reapresentado)	2015 (Originalmente reapresentado)	Ajustes	2015 (Reapresentado)
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	(u)	200.027	(199.812)	215	2.562.914	(2.424.036)	138.878
Contas a receber de clientes e outros	(a)	3.868	-	3.868	2.787.566	(39.307)	2.748.259
Títulos e valores mobiliários	(u)	32.700	199.811	232.511	34.709	2.424.035	2.458.744
Instrumentos financeiros derivativos	(b)	-	196.429	196.429	-	315.246	315.246
Impostos e Contribuições a recuperar	(c)	62.867	3	62.870	389.630	18.961	408.591
Despesas pagas antecipadamente	(d)	-	-	-	53.120	332	53.452
Outros ativos circulantes	(d)	3.953	-	3.953	80.663	(1.523)	79.140
Outros ativos circulantes não ajustados		-	-	-	273.929	-	273.929
TOTAL DO CIRCULANTE		303.415	196.431	499.846	6.182.531	293.708	6.476.239
NÃO CIRCULANTE							
Contas a receber de clientes e outros		10.427	-	10.427	285.831	(2)	285.829
Instrumentos financeiros derivativos	(b)	-	-	-	-	1.411.496	1.411.496
Impostos e contribuições sociais diferidos	(c)	926	-	926	748.807	32.500	781.307
Depósitos Judiciais		37.062	-	37.062	512.156	2	512.158
Entidade de Previdência Privada	(f)	-	-	-	21.908	1.786	23.694
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	(g)	-	-	-	4.045.146	41.579	4.086.725
Investimento		9.750.103	(30.438)	9.719.665	1.900.259	26.617	1.926.876
Investimentos em coligadas e controladas	(h)/(e)	9.750.103	(30.438)	9.719.665	1.889.541	26.617	1.916.158
Outros investimentos		-	-	-	10.718	-	10.718
Imobilizado	(j)	26.317	-	26.317	3.859.217	29.862	3.889.079
Intangível	(l)/(e)	28.328	(27.444)	884	7.590.411	(11.449)	7.578.962
Outros ativos não circulantes não ajustados		371.865	-	371.865	399.127	-	399.127
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.225.028	(57.882)	10.167.146	19.362.862	1.532.391	20.895.253
TOTAL DO ATIVO		10.528.443	138.549	10.666.992	25.545.393	1.826.099	27.371.492
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Fornecedores	(n)	4.541	-	4.541	2.385.839	64	2.385.903
Empréstimos e financiamentos	(b)	643.492	161.453	804.945	2.594.867	244.140	2.839.007
Instrumentos financeiros derivativos	(b)	-	34.976	34.976	-	71.106	71.106
Salários e encargos a pagar		4.132	-	4.132	147.429	1	147.430
Taxas regulamentares	(m)	-	-	-	208.270	(2.536)	205.734
Impostos e Contribuições a recolher	(c)	2.309	3.910	6.219	501.127	45.237	546.364
Dividendos e Juros sobre capital proprio	(n)	213.564	-	213.564	232.308	(63)	232.245
Outros passivos circulantes	(n)	12	1	13	457.611	(1.191)	456.420
Outros passivos circulantes não ajustados		-	-	-	548.073	-	548.073
TOTAL DO CIRCULANTE		868.050	200.340	1.068.390	7.075.524	356.758	7.432.282
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	(b)	20.970	(391)	20.579	6.321.825	1.408.160	7.729.985
Debêntures	(b)	-	-	-	892.843	652	893.495
Instrumentos financeiros derivativos	(b)	-	391	391	-	2.685	2.685
Taxas regulamentares	(m)	-	-	-	67.038	(948)	66.090
Provisões	(p)	7.621	-	7.621	331.513	29.383	360.896
Obrigações de benefícios de aposentadoria	(f)	-	-	-	525.685	97.258	622.943
Outros passivos não circulantes		763.474	-	763.474	791.619	(3)	791.616
Outros passivos não circulantes não ajustados		1.963	-	1.963	156.618	-	156.618
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		794.028	-	794.028	9.087.141	1.537.187	10.624.328
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Reservas de lucros	(r)	4.877.220	(29.714)	4.847.506	4.877.220	(29.714)	4.847.506
Outros resultados abrangentes	(f)	67.461	(49.669)	17.792	67.461	(49.669)	17.792
Reserva de transação de capital com os sócios	(w)	(990.264)	(708)	(990.972)	(990.264)	(708)	(990.972)
Lucro/(Prejuízo) acumulado		(18.300)	18.300	-	(18.300)	18.300	-
Outras contas do patrimônio líquido não ajustados		4.930.248	-	4.930.248	4.930.248	-	4.930.248
Total do patrimônio líquido antes das participações		8.866.365	(61.791)	8.804.574	8.866.365	(61.791)	8.804.574
Participações de acionistas não controladores	(s)	-	-	-	516.363	(6.055)	510.308
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO		8.866.365	(61.791)	8.804.574	9.382.728	(67.846)	9.314.882
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO		10.528.443	138.549	10.666.992	25.545.393	1.826.099	27.371.492

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Ref.	Controladora			Consolidado		
		2015	Ajustes	2015	2015	Ajustes	2015
		(Anteriormente reapresentado)	(Reapresentado)		(Anteriormente reapresentado)	(Reapresentado)	
Receita líquida	(a)/(l)/(c)/(g)/(m)/(o)	4.570	-	4.570	14.844.868	(227.189)	14.617.679
Custo do serviço	(i)/(k)	-	-	-	(11.681.285)	102.530	(11.578.755)
Lucro bruto		4.570	-	4.570	3.163.583	(124.659)	3.038.924
Despesas com vendas	(l)	-	-	-	(669.585)	(3.111)	(672.696)
Despesas gerais e administrativas	(n)/(f)	(21.839)	-	(21.839)	(638.658)	(38.455)	(677.113)
Resultado de participações societárias	(h)	542.319	(114.659)	427.660	(234.562)	-	(234.562)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		525.050	(114.659)	410.391	1.620.778	(166.225)	1.454.553
Receita financeira	(q)	485.740	(15.989)	469.751	4.750.389	(15.767)	4.734.622
Despesa financeira	(i)/(n)	(571.116)	(401)	(571.517)	(5.605.787)	(1.080)	(5.606.867)
Lucro antes do Impostos		439.674	(131.049)	308.625	765.380	(183.072)	582.308
Imposto de Renda e Contribuição Social	(c)	9.669	(8.907)	762	(244.412)	34.087	(210.325)
Lucro líquido do exercício		449.343	(139.956)	309.387	520.968	(148.985)	371.983
Atribuível a:							
Acionistas controladores		449.343	(139.956)	309.387	449.343	(139.956)	309.387
Acionistas não controladores	(s)	-	-	-	71.625	(9.029)	62.596
Lucro básico e diluído por ação							
Do capital - R\$							
Ordinária		0,08		0,05	0,09		0,06

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Notas	2015		
		Controladora		
		(Primeiramente reapresentado)	Ajustes	(Reapresentado)
Lucro líquido de exercício	(r)	449.343	(139.956)	309.387
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Efeitos dos Planos de Benefícios e Plano de Saúde a Empregados das investidas	(f)	28.391	(20.743)	7.648
Resultado Abrangente sobre hedge de fluxo de caixa		44.003	-	44.003
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		72.394	(20.743)	51.651
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		521.737	(160.699)	361.038
	Notas	2015		
		Consolidado		
		(Primeiramente reapresentado)	Ajustes	(Reapresentado)
Lucro antes das participações minoritárias		520.968	(148.985)	371.983
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Efeitos dos Planos de Benefícios e Plano de Saúde a Empregados das investidas	(f)	49.953	(34.401)	15.552
Resultado Abrangente sobre hedge de fluxo de caixa		44.003	-	44.003
Tributos s/ resultados abrangentes	(c)	(16.985)	11.695	(5.290)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		76.971	(22.706)	54.265
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		597.939	(171.691)	426.248
Atribuível à:				
Acionistas controladores		521.737	(160.699)	361.038
Acionistas não controladores		76.202	(10.992)	65.210

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Consolidado										
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de transação com os sócios	Outros Resultados Abrangentes	Reserva Legal	Reserva de Lucros não Realizados	Reserva de Retenção de Lucros	Prejuízo Acumulado	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total	Participação de não controladores
Saldos em 31 de Dezembro de 2015 (Primeiramente reapresentado)	4.739.025	2.288	(990.264)	67.461	633.474	73.046	4.170.700	(18.300)	188.935	8.866.365	516.363
Efeitos dos planos de benefícios de empregados das investidas	(f)	-	-	(49.669)	-	-	-	-	-	(49.669)	(6.763)
Destinações:											
Reserva de retenção de lucros	(r)						(29.714)	18.300		(11.414)	(11.414)
Transações com os sócios											
Complemento compra de participação adicional junto a não controladores	(t)			(708)						(708)	708
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	4.739.025	2.288	(990.972)	17.792	633.474	73.046	4.140.986	0	188.935	8.804.574	510.308

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora									
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de transação com os sócios	Outros Resultados Abrangentes	Reserva Legal	Reserva de Lucros não Realizados	Reserva de Retenção de Lucros	Prejuízo Acumulado	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015 (Primeiramente reapresentado)	4.739.025	2.288	(990.264)	67.461	633.474	73.046	4.170.700	(18.300)	188.935	8.866.365
Resultado abrangente de investidas	(f)	-	-	(49.669)	-	-	-	-	-	(49.669)
Destinações:										
Reserva de retenção de lucros	(r)						(29.714)	18.300		(11.414)
Transações com os sócios										
Complemento compra de participação adicional junto a não controladores	(t)			(708)						(708)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	4.739.025	2.288	(990.972)	17.792	633.474	73.046	4.140.986	0	188.935	8.804.574

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Nota	Controladora			Consolidado		
	2015 (Primeiramente reapresentado)	Ajustes	2015 (Reapresentado)	2015 (Primeiramente reapresentado)	Ajustes	2015 (Reapresentado)
Lucro do exercício (antes dos impostos)	439.674	(131.049)	308.625	765.380	(183.072)	582.308
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(425.778)	104.846	(320.932)	1.966.384	(54.556)	1.911.828
(n)/(u)	13.896	(26.203)	(12.307)	2.731.764	(237.628)	2.494.136
Redução (aumento) dos ativos operacionais	(n)	717.297	-	(232.828)	70.299	(162.529)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		(47.312)	401	(89.846)	(91.219)	(181.065)
Caixa oriundo das atividades operacionais	(n)	683.881	(25.802)	658.079	2.409.090	(258.548)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimento	(n)/(u)	(759.281)	20.307	(738.974)	(2.694.153)	(1.118.476)
Utilização de caixa em atividades de financiamento	(n)	80.944	-	80.944	1.708.982	548
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		5.544	(5.495)	49	1.423.919	(1.376.476)
Caixa e equivalentes no início do exercício		194.483	(194.317)	166	1.138.995	(1.047.560)
Caixa e equivalentes no final do exercício		200.027	(199.812)	215	2.562.914	(2.424.036)
Variação líquida de caixa	(u)	5.544	(5.495)	49	1.423.919	(1.376.476)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

		Controladora			Consolidado		
	Notas	2015	Ajustes	2015	2015	Ajustes	2015
		(Primeiramente reapresentado)		(Reapresentado)	(Primeiramente reapresentado)		(Reapresentado)
Valor adicionado líquido produzidos pela entidade	(a)/(g)/(m)/(t)/(n)	(93.521)	-	(93.521)	8.755.344	(135.032)	8.620.312
Valor adicionado recebido em transferência		1.115.939	(130.648)	985.291	4.615.625	(15.957)	4.599.668
Valor adicionado total a distribuir		1.022.418	(130.648)	891.770	13.370.969	(150.989)	13.219.980
Distribuição do valor adicionado							
Pessoal	(f)	9.175	-	9.175	631.340	9.430	640.770
Impostos, taxas e contribuições	(c) / (m)	(7.536)	8.907	1.371	6.594.297	(12.323)	6.581.974
Remuneração de Capitais de Terceiros	(m)/(t)/(n)	571.436	401	571.837	5.624.364	889	5.625.253
Remuneração de Capitais Próprios		449.343	(139.956)	309.387	520.968	(148.985)	371.983
Valor adicionado distribuído		1.022.418	(130.648)	891.770	13.370.969	(150.989)	13.219.980

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Ref.	Controladora (Reapresentado)		Consolidado (Reapresentado)	
		2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	(a)				
Caixa e depósitos bancários à vista		238	215	125.687	138.878
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		-	-	256.300	-
Transferência para ativos mantidos para venda	(nota 3.9.2)	-	-	(1.052)	-
		238	215	380.935	138.878
Títulos e valores mobiliários					
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		-	-	32.644	19.335
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)		-	-	-	84.434
Fundos de investimento	(b)	265.076	235.719	1.192.506	2.359.481
Transferência para ativos mantidos para venda	(nota 3.9.2)	-	-	(143.961)	-
		265.076	235.719	1.081.189	2.463.250
Circulante		257.345	232.511	1.012.660	2.458.744
Não Circulante		7.731	3.208	68.529	4.506

- (a) Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por fundos de investimentos restritos que em grande maioria aplicam em cotas de fundos abertos referenciados DI e que possuem sua carteira de títulos com vencimentos superiores há 90 dias.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Segue composição do Fundo de Investimento Restrito da Companhia:

Carteira	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
BB Polo 28 FI Renda Fixa	60.685	113.439	685.012	1.773.246
BB TOP RF MODERADO FI RF LP	11.261	49.779	127.116	778.136
BB TOP RF CONSERVADOR FI RF LONGO PRAZO	37.441	47.350	422.634	740.166
BB TOP PRINCIPAL REFERENCIADO DI LP FI	-	6.829	-	106.753
CDBs	3.431	8.595	38.732	134.358
LF	6.366	-	71.856	-
Debentures	135	633	1.529	9.899
DPGE	1.934	-	21.834	-
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	-	227	-	3.547
Outros	117	26	1.311	387
Bradesco FIC FI RF Referenciado DI Recife	126.359	100.420	191.824	439.678
BRAM FI REF DI CORAL	79.632	28.106	120.888	123.058
BRAM FI REF DI RUBI	46.727	72.314	70.936	316.620
Itaú Salvador Renda Fixa FICFI	-	21.860	157.462	136.412
SPECIAL RF REFERENCIADO DI FI	-	-	45.340	-
ITAÚ HIGH GRADE RF CRÉDITO PRIVADO FI	-	14.574	26.100	90.948
ITAÚ VERSO A RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP FI	-	7.286	86.022	45.464
Santander FIC FI Natal Renda Fixa Referenciado DI	78.032	-	158.208	10.145
SANTANDER FI PROFIT RENDA FIXA REFERENCIADO DI	62.453	-	126.623	10.145
SANTANDER FI TITULOS PUBLICOS RENDA FIXA REFERENCIADO DI	15.579	-	31.585	-
Total TVM - Fundos Restritos	265.076	235.719	1.192.506	2.359.481

6. Contas a receber de clientes e demais contas a receber

Ref.	Consolidado	
	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Consumidores (a)	3.268.060	3.329.610
Títulos a receber (b)	172.816	143.681
Comercialização de energia na CCEE	212.794	139.574
Disponibilização do sistema de distribuição	94.588	45.248
Serviços prestados a terceiros	16.609	14.339
Serviços taxados e administrativos	32.722	38.402
Subvenções (c)	217.857	232.980
Outros créditos	90.702	92.295
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(1.052.210)	(1.002.041)
	3.053.938	3.034.088
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 3.9.2)	(24.153)	-
Total	3.029.785	3.034.088
Circulante	2.736.361	2.748.259
Não circulante	293.424	285.829

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

a) Consumidores

	Consolidado					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)
						2015 (Reapresentado)
Setor Privado						
Residencial	303.090	360.648	633.246	1.296.984	1.255.345	(623.178)
Industrial	156.686	23.590	89.000	269.276	287.258	(75.968)
Comercial, serviços e outras	283.766	91.664	130.683	506.113	506.558	(109.340)
Rural	67.243	37.421	81.639	186.303	186.655	(64.016)
	810.785	513.323	934.568	2.258.676	2.235.816	(872.502)
Setor Público						
Poder público						
Federal	19.052	1.439	2.088	22.579	35.221	(1.986)
Estadual	162.665	15.220	11.678	189.563	182.961	(2.583)
Municipal	125.353	16.984	36.583	178.920	180.375	(34.838)
	307.070	33.643	50.349	391.062	398.557	(39.407)
Iluminação pública	45.038	24.482	18.933	88.453	87.314	(6.195)
Serviço público	73.287	12.154	24.686	110.127	98.763	(14.307)
Fornecimento não faturado	419.742	-	-	419.742	509.160	-
Consumidores	1.655.922	583.602	1.028.536	3.268.060	3.329.610	(932.411)
						(867.727)
Circulante				3.035.967	2.765.431	(932.411)
Não circulante				232.093	564.179	(867.727)

As contas a receber de consumidores no ativo não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

b) Títulos a receber

São contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

	Consolidado					
	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PCLD
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)
						2015 (Reapresentado)
Setor privado	138.082	28.342	6.392	172.816	143.681	(5.126)
Total	138.082	28.342	6.392	172.816	143.681	(5.126)
						(9.142)
Circulante				164.862	137.832	(5.126)
Não circulante				7.954	5.849	-
						(8.994)
						(148)

c) Subvenções

O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. O Decreto Presidencial nº 7.583 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A referida subvenção é calculada mensalmente pelas distribuidoras do Grupo e submetidas à ANEEL para aprovação e homologação, após a qual ocorre o repasse.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

No segmento de distribuição, a PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

	Consolidado			
	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	(842.612)	(10.152)	(116.719)	(5.282)
Adições	(242.628)	(1.209)	-	(7.409)
Reversões	35.799	2.219	-	4.238
Baixados a reserva	181.714	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	(867.727)	(9.142)	(116.719)	(8.453)
Adições	(335.568)	(424)	-	(11.171)
Reversões	88.434	4.440	-	21.670
Baixados a reserva	182.450	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	(932.411)	(5.126)	(116.719)	2.046

7. Impostos e contribuições a recuperar

Ref.	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Circulante	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Imposto de Renda - IR	(a) 55.394	58.009	190.259	149.669
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a) 3.554	4.843	232.938	38.093
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b) -	-	167.635	202.762
Programa de Integração Social - PIS	(c) -	-	20.198	18.533
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c) -	-	87.215	77.044
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	17.477	23.417
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	1.859	2.933
Outros	17	18	2.518	2.729
	58.965	62.870	720.099	515.180
Transferência para ativos mantidos para venda	(Nota 3.9.2) -	-	(5.969)	-
Total	58.965	62.870	714.130	515.180
Circulante	58.965	62.870	503.641	408.591
Não circulante	-	-	210.490	106.589

- (a) Corresponde, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do IR e base de cálculo negativa da

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

CSLL.

- (b) Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 220.115 (R\$ 174.985 em 2015) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional das empresas controladas e crédito na compra de energia da Termope acumulados de abril a dezembro/2016, no montante de R\$ 110.126.
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo das empresas controladas.

8. Impostos e contribuições sociais correntes e diferidos

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social	415.993	416.680
Diferido ativo	801.034	693.099
Diferido passivo	(385.041)	(276.419)
Benefício fiscal da mais-valia e reversão Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	324.345	364.627
Total	740.338	781.307
Ativo	754.293	781.307
Passivo	(13.955)	-

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

As Companhias do Grupo registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

A base de calculo dos tributos diferido é como segue:

	Ativo				Passivo	
	2016		2015		2016	
	(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda						
Prejuízos fiscais	473.750	118.633	357.191	89.298	-	-
Diferenças temporárias	789.896	197.474	869.976	217.494	(38.909)	(9.728)
	1.263.646	316.107	1.227.167	306.792	(38.909)	(9.728)
Contribuição Social						
Prejuízos fiscais	474.738	42.726	357.191	32.147	-	-
Diferenças temporárias	790.167	71.115	863.787	77.741	(46.976)	(4.227)
	1.264.905	113.841	1.220.978	109.888	(46.976)	(4.227)
Total		429.948		416.680		(13.955)

Ativo	Consolidado			
	2016		2015	
	IR	CSLL	IR (Reapresentado)	CSLL (Reapresentado)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	212.010	212.010	222.248	222.248
Provisão para passivo atuarial	567.195	567.195	451.382	451.382
Provisão para contingências	478.099	478.099	432.264	432.264
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	40.590	40.590	47.513	47.513
Depreciação indutível (Provisão para contingências ambientais)	6.042	6.042	5.852	5.852
Prejuízo fiscal	472.999	473.205	333.578	333.578
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	282.112	282.112	208.345	208.345
Perda CCEE	17.093	17.093	17.093	17.093
Ajuste da quota anual de amortização	50.575	50.575	3.740	3.740
Valor justo de derivativos financeiros	1.663	1.663	650	650
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	1.299	1.299	31.674	31.674
Déficit plano previdenciário	245.896	245.896	218.335	218.335
Uso do bem público	10.266	10.266	15.183	15.183
Diferença de amortização de diferido	-	-	193	193
Marcação a mercado	(7.485)	(7.485)	44.626	44.626
Outros	76.032	75.851	113.788	113.788
Total ativo	2.456.484	2.456.509	2.148.563	2.148.563
Passivo (-)				
Valor justo de derivativos financeiros	(3.218)	(3.218)	(1.869)	(1.869)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(836.414)	(835.180)	(629.020)	(635.209)
Ajuste da quota anual de amortização	(93.292)	(93.292)	(96.165)	(96.165)
Capitalização/(Amortização) de juros de acordo como IFRS	(211.196)	(211.196)	(154.788)	(154.788)
Déficit plano previdenciário	-	-	614	614
Superávit plano previdenciário	(27.053)	(27.053)	(19.497)	(19.497)
Custo de captação	(21.094)	(21.094)	(10.896)	(10.896)
Outros	(39.481)	(47.547)	(9.775)	(9.775)
Total passivo	(1.231.747)	(1.238.580)	(921.396)	(927.585)
Total líquido	1.224.737	1.217.929	1.227.167	1.220.978

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Os estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos Conselhos de Administração em dezembro de 2016 e apreciados pelos Conselhos Fiscais da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam conforme Instrução CVM 371/02.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Consolidado			
	2016		2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social	560.811	560.811	582.308	582.308
Amortização da mais-valia e reversão da PMIPL	(40.282)	(40.282)	(42.992)	(42.992)
Juros sobre capital próprio	(294.020)	(294.020)	(99.622)	(99.622)
Base de cálculo	226.509	226.509	439.694	439.694
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	56.627	20.386	109.924	39.572
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(+) Adições				
Amortização mais-valia participação societária	27.465	7.918	21.994	7.874
Perda de equivalência patrimonial	5.025	1.809	36.646	13.193
JSCP	70.669	25.441	23.457	8.444
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	14	-	15
Contribuições e doações	485	174	548	197
Multas indedutíveis	1.700	612	1.360	490
Depreciação veículos executivos	374	135	355	128
Excesso despesas previdenciárias	5.432	1.955	5.519	1.987
Efeito regime lucro presumido	256	101	-	-
Outras adições	41.367	12.466	6.622	2.347
	152.773	50.625	96.501	34.675
(-) Exclusões				
Reversão da provisão da mais-valia	(10.806)	(3.890)	(11.660)	(4.197)
Reversão da PMIPL	(8.739)	(3.144)	(9.202)	(3.313)
Incentivo fiscal SUDENE	(32.106)	-	(57.803)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT	(1.424)	-	(4.091)	-
Efeito regime lucro presumido	(36.204)	(10.408)	(20.939)	(5.807)
Outras exclusões	(4.826)	(201)	(18.441)	(2.178)
	(94.105)	(17.643)	(122.136)	(15.495)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	115.295	53.368	84.289	58.752
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	(1.740)	(697)	13.099	4.660
Outros	-	-	6.533	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	113.555	52.671	103.921	63.412
Corrente	80.309	40.383	132.884	72.326
Recolhidos e pagos	71.450	41.910	75.326	66.521
A pagar	29.531	12.680	46.667	14.136
Compensados e deduzidos	43.166	5.299	39.503	6.645
Impostos antecipados a recuperar	(63.838)	(19.506)	(28.612)	(14.976)
Diferido	33.246	12.288	(28.963)	(8.914)
	113.555	52.671	103.921	63.412

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

(II) Benefício fiscal – mais-valia incorporado

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), cujos saldos são como segue:

Mais-valia - incorporada	3.443.491
Provisão Constituída	(2.244.186)
Benefício fiscal	1.199.305
Amortização acumulada	(2.371.056)
Reversão acumulada	1.536.378
Saldos em 31 de dezembro de 2015	364.627
Amortização	(118.465)
Reversão	78.183
Saldos em 31 de dezembro de 2016	324.345
Ativo Não Circulante	324.345

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

A mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão das controladas Coelba, Celpe, Cosern, Termopernambuco e Itapebi, e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Ano	COELBA	CELPE	COSERN	TERMOPE	ITAPEBI	Ano	COELBA	CELPE	COSERN	ITAPEBI
2017	0,04010	0,02798	0,03289	0,02270	0,02878	2025	0,02820	0,01773	0,02336	0,00625
2018	0,04010	0,02682	0,03153	0,02100	0,01883	2026	0,02680	0,01690	0,02235	0,00536
2019	0,03790	0,02573	0,03022	0,01820	0,01558	2027	0,02540	0,01609	0,02140	0,00461
2020	0,03680	0,02335	0,02907	0,01580	0,01338	2028		0,01476		0,00396
2021	0,03480	0,02238	0,02784	0,01380	0,01149	2029				0,00340
2022	0,03280	0,02140	0,02666	0,01220	0,00986	2030				0,00292
2023	0,03130	0,02045	0,02551	0,01010	0,00847	2031				0,00250
2024	0,02970	0,01860	0,02442	0,00830	0,00727	2032				0,00215
						2033				0,00185

9. Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstrado a seguir:

Consolidado							
2016							
Circulante				Não Circulante			
Ref	Ativo	Passivo(-)	Total Ativo/(passivo)	Ativo	Passivo(-)	Total Ativo/(passivo)	Total Líquido
Parcela "A"							
Valores Tarifários Não Gerenciáveis da "Parcela A"	1.552	(10.291)	(8.739)	-	-	-	(8.739)
Revisão Tarifária	-	(20.398)	(20.398)	-	-	-	(20.398)
CVA e Neutralidade							
Compra de Energia	243.596	(73.373)	170.223	15.094	(24.459)	(9.365)	160.858
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	15.093	(154.626)	(139.533)	-	(33.991)	(33.991)	(173.524)
Neutralidade dos encargos setoriais	5.623	(27.403)	(21.780)	925	(7.076)	(6.151)	(27.931)
Repasse de Sobrecontratação	(a) 71.537	(151.385)	(79.848)	23.846	(14.087)	9.759	(70.089)
Outras CVA's	68.828	(16.957)	51.871	19.413	(6.904)	12.509	64.380
Componentes Financeiros e Subsídios							
Energia Eletronuclear	130	-	130	-	-	-	130
Exposição Financeira	-	-	-	-	-	-	-
Financeiro de Reversão RTE	(b) 11.167	(25.221)	(14.054)	-	-	-	(14.054)
Recomposição Energia Termope	29.969	(398)	29.571	229	-	229	29.800
Outros componentes financeiros	11.065	(7.056)	4.009	529	(5.676)	(5.147)	(1.138)
	458.560	(487.108)	(28.548)	60.036	(92.193)	(32.157)	(60.705)
Consolidado							
2015							
Circulante				Não Circulante			
Ref	Ativo	Passivo(-)	Total Ativo/(passivo)	Ativo	Passivo(-)	Total Ativo/(passivo)	Total Líquido
Parcela "A"							
Valores Tarifários Não Gerenciáveis da "Parcela A"	1.361	(9.021)	(7.660)	-	-	-	(7.660)
Revisão Tarifária	-	(25.723)	(25.723)	-	-	-	(25.723)
CVA e Neutralidade							
Compra de Energia	382.516	-	382.516	156.787	-	156.787	539.303
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	33.555	(174.820)	(141.265)	11.185	(33.006)	(21.821)	(163.086)
Neutralidade dos encargos setoriais	3.709	(16.470)	(12.761)	1.237	(4.162)	(2.925)	(15.686)
Repasse de Sobrecontratação	(a) -	(207.218)	(207.218)	-	(27.180)	(27.180)	(234.398)
Outras CVA's	122.419	(310)	122.109	33.457	(24)	33.433	155.542
Componentes Financeiros e Subsídios							
Energia Eletronuclear	7.563	-	7.563	-	-	-	7.563
Exposição Financeira	23.611	-	23.611	4.780	-	4.780	28.391
Financeiro de Reversão RTE	(b) -	-	-	-	-	-	-
Recomposição Energia Termope	639	-	639	162	-	162	801
Outros componentes financeiros	1.563	(4.252)	(2.689)	413	(678)	(265)	(2.954)
	576.936	(437.814)	139.122	208.021	(65.050)	142.971	282.093

a) Repasse de Sobrecontratação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as controladas Coelba, Celpe e Cosern apuraram uma sobrecontratação de energia de 5,45%, 7,06% e 5,49%, e reconheceram um ajuste financeiro ativo atualizado de R\$ 5.269, R\$ 11.080 e R\$ 48 respectivamente, de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, a um PLD médio de R\$142,52/MWh(Coelba), R\$150,65/MWh (Celpe) e

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

R\$161,19/MWh (Cosern). Vale destacar que, como a apuração da sobrecontratação superou o limite dos 5%, as controladas Coelba, Celpe e Cosern registraram um componente financeiro ativo atualizado no valor de R\$ 694, R\$4.865 e R\$ 200 respectivamente, associado ao excedente de sobrecontratação sem direito a repasse, em conformidade com a metodologia estabelecida pela ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2016 as controladas Coelba, Celpe e Cosern mantêm um componente financeiro de sobrecontratação ativo total atualizado de R\$ 99.905 que contempla além da constituição do repasse do exercício corrente, o repasse da sobrecontratação do exercício 2015, reconhecido no reajuste tarifário de 2016 em fase de amortização, e recontabilizações de exercícios anteriores.

b) Reversão RTE 2015

No reajuste de 2016, a ANEEL reconheceu, de forma destacada, como componente financeiro, os efeitos da cobertura proporcionada pela RTE - Revisão Tarifária Extraordinária 2015, homologada pela Resolução Homologatória nº 1858/15 para Coelba e Celpe, relativos à CDE e Compra de Energia, os quais estavam sendo contabilizados anteriormente nas respectivas CVA CDE e CVA Compra de Energia.

No processo de reajuste tarifário anual da Companhia foi considerado um passivo de R\$ 44.503 para Coelba e R\$ 15.200 para Celpe, devidamente atualizado pela SELIC, referente à receita faturada para o período de 2 de março a 21 de abril de 2015 (Coelba) e 02 de março a 28 de abril de 2015 (Celpe), o qual foi deduzido do saldo das respectivas CVAs.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	827.028
Constituição	(247.177)
Amortização	(396.955)
Remuneração financeira setorial	99.197
Saldo em 31 de dezembro de 2015	282.093
Constituição	(20.376)
Amortização	(341.289)
Remuneração financeira setorial	18.867
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(60.705)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Investimentos

A seguir apresentamos informações sobre as investidas:

INVESTIMENTOS

Controladas	Data-base		Percentual de participação (%)	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
	Patrimoniais	Resultado		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
COELBA	2016		96,34	2.161.174	8.368.709	3.031.961	4.542.214	2.955.708	259.677
	2015		96,34	2.555.557	8.140.305	2.660.525	5.046.876	2.988.461	336.103
CELPE	2016		89,65	1.334.439	4.190.703	1.919.138	2.031.673	1.574.331	(333)
	2015		89,65	1.524.615	3.587.426	1.745.424	1.710.647	1.655.970	19.096
COSERN	2016		91,48	631.386	1.772.481	704.842	853.883	845.142	171.260
	2015		91,48	745.551	1.652.266	553.234	991.695	852.888	186.152
ITAPEBI	2016		100,00	205.152	499.668	198.692	131.847	374.281	180.985
	2015		100,00	300.346	542.349	219.442	252.284	370.969	132.894
TERMOPE	2016		100,00	390.139	1.786.459	725.830	814.250	636.518	73.104
	2015		100,00	287.360	1.917.439	675.897	995.491	533.411	(94.478)
NEOENERGIA O&M	2016		100,00	7.123	14.974	4.837	632	16.628	6.671
	2015		100,00	11.958	10.123	9.979	561	11.541	5.439
BAGUARI I	2016		100,00	31.692	278.921	59.754	124.903	125.956	27.115
	2015		100,00	24.870	285.954	62.785	142.541	105.498	15.544
GOIAS SUL (*)	2016		100,00	16.113	284.923	23.517	65.087	212.432	13.324
	2015		100,00	13.057	297.731	37.308	71.208	202.272	4.963
GERAÇÃO C III	2016		100,00	29.273	323.255	64.158	73.415	214.955	27.545
	2015		100,00	21.778	313.080	68.729	97.222	168.907	14.969
RIO PCH I (*)	2016		70,00	12.641	214.033	34.378	62.382	129.914	9.320
	2015		70,00	16.569	230.988	44.158	80.592	122.807	6.183
BAHIA PCH I (*)	2016		100,00	17.690	198.595	33.830	46.855	135.600	19.584
	2015		100,00	30.384	204.164	60.298	53.582	120.668	10.758
SE NARANDIBA	2016		100,00	16.482	119.835	39.696	33.722	62.899	6.045
	2015		100,00	19.374	117.058	33.889	47.253	55.290	3.653
GERAÇÃO CÉU AZUL	2016		100,00	20.464	1.036.093	307.669	40.938	707.950	(6.641)
	2015		100,00	34.294	702.656	218.195	31.916	486.839	6.812
NC ENERGIA	2016		100,00	161.821	289.362	174.754	107.173	169.256	12.140
	2015		100,00	187.485	229.699	175.859	113.504	127.821	50.095
NEOSERV	2016		100,00	2.451	5.086	1.712	628	5.197	(2.070)
	2015		100,00	5.283	8.795	5.991	545	7.542	366
GARTER	2016		100,00	45	-	-	2	32	(12)
	2015		100,00	45	-	-	4	41	(9)
AFLUENTE GERAÇÃO (*)	2016		87,84	8.089	37.240	1.668	1.000	42.661	11.215
	2015		87,84	11.831	36.687	8.213	952	39.353	3.005
AFLUENTE TRANSMISSÃO	2016		87,84	68.881	18.735	3.960	7.450	76.206	14.288
	2015		87,84	74.004	15.370	7.065	3.891	78.418	12.633
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	2016		100,00	168	1.071.694	106	-	1.071.756	(3.636)
	2015		100,00	6.162	674.795	162	-	680.795	(23.673)
ENERGYWORKS (*)	2016		100,00	92.902	104.725	57.323	7.616	132.688	43.392
	2015		100,00	61.151	69.992	7.334	6.625	117.184	30.641
CAPUAVA (*)	2016		100,00	24.519	10.567	3.553	-	31.533	12.718
	2015		100,00	22.337	8.758	3.715	-	27.380	11.631
NEOINVEST	2016		100,00	1.089	10.718	91	-	11.716	(979)
	2015		100,00	1.566	7.057	91	-	8.532	(2.555)
POTIGUAR SUL	2016		100,00	25.940	264.735	28.703	7.654	254.318	11.930
	2015		100,00	31.860	205.458	25.348	-	211.970	12.330
FORÇA EÓLICA DO BRASIL 1	2016		50,00	10.259	339.441	20.765	-	328.935	50.692
	2015		50,00	8.422	308.252	11.110	-	305.564	30.259
CALANGO 1	2016		50,00	7.021	108.544	10.355	45.351	59.859	8.492
	2015		50,00	6.167	116.504	16.644	51.748	54.279	6.529
CALANGO 4	2016		50,00	7.052	103.375	17.135	47.228	46.064	6.989
	2015		50,00	4.898	107.851	16.785	54.014	41.950	4.789
CALANGO 5	2016		50,00	9.978	103.309	12.235	48.278	52.774	8.124
	2015		50,00	5.201	108.682	11.917	53.466	48.500	6.696
CAETITÉ 1	2016		50,00	6.662	117.110	13.788	34.923	75.061	7.546
	2015		50,00	5.152	118.070	10.180	43.239	69.803	6.116
CAETITÉ 2	2016		50,00	15.091	107.296	15.373	20.306	86.708	17.915
	2015		50,00	5.525	114.232	15.496	30.227	74.034	5.763
Controle conjunto	Data-base		Percentual de participação (%)	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
	Patrimoniais	Resultado		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
COMPANHIA HIDROELÉTRICA	2016		0,90	163.004	5.267.165	332.669	2.989.390	2.108.110	(74.036)
	2015		50,56	8.009	2.304.991	220.822	474.275	1.617.903	(121.888)
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES (**)	2016		50,56	113.556	2.161.061	162.915	744.675	1.367.027	(232.328)
	2015		50,00	7.503	351.407	39.483	14.237	305.190	(24.252)
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	2016		50,00	100.996	230.313	22.631	41.657	267.021	(23.164)
	2015		51,00	85.740	762.310	92.109	321.793	434.148	90.699
ÁGUAS DA PEDRA (**)	2016		51,00	109.267	785.478	104.096	349.352	441.297	63.244
	2015		50,00	3.455	89.894	7.412	41	85.896	134
LAGOA 1	2016		50,00	1.045	38.893	845	-	39.093	74
	2015		50,00	130	47.596	27.775	-	19.951	15
LAGOA 2	2016		50,00	1.001	12.858	832	-	13.027	36
	2015		50,00	125	54.868	33.109	25	21.859	33
CANOAS	2016		50,00	1.018	12.682	673	-	13.027	36

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Coligadas	Data-base		Percentual de participação (%)	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
	Patrimoniais	Resultado		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
NORTE ENERGIA	2016		10,00	783.777	36.755.357	1.620.280	25.420.276	10.498.578	(76.968)
	2015		10,00	190.262	30.779.217	549.788	23.679.811	6.739.880	(240.204)
ECIII	2016		25,00	25.631	206.116	11.340	49.715	170.692	12.918
	2015		15,58	11.082	217.905	10.540	65.161	153.286	1.805
FORÇA EÓLICA DO BRASIL 2	2016		50,00	3.044	273.580	14.522	-	262.102	19.099
	2015		50,00	9.582	250.627	6.854	-	253.355	18.940
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	2016		50,00	4.534	282.051	30.676	-	255.909	19.263
	2015		50,00	1.574	283.518	58.959	-	226.133	18.487
CALANGO II	2016		50,00	5.240	112.427	8.763	66.692	42.212	3.201
	2015		50,00	4.039	116.933	10.561	72.808	37.603	2.053
CALANGO III	2016		50,00	11.009	116.600	9.547	69.472	48.590	4.164
	2015		50,00	3.809	131.276	17.942	74.897	42.246	4.164
MEL II	2016		50,00	4.008	81.694	10.435	47.073	28.194	(3.138)
	2015		50,00	3.427	90.923	12.953	50.174	31.223	1.661
ARIZONA I	2016		50,00	6.722	112.101	10.622	60.786	47.415	3.198
	2015		50,00	4.930	131.781	25.126	66.431	45.154	3.906
CAETITÉ III	2016		50,00	5.679	113.420	6.936	40.811	71.352	5.354
	2015		50,00	4.500	120.001	11.109	46.675	66.717	4.036
CALANGO 6	2016		50,00	14.225	477.536	58.598	249.300	183.863	(1.225)
	2015		50,00	4.827	71.931	47	3.803	72.908	907
SANTANA 1	2016		50,00	5.098	188.949	28.235	1.328	164.484	238
	2015		50,00	1.341	25.729	14	-	27.056	2.937
SANTANA 2	2016		50,00	3.796	152.288	23.476	1.062	131.546	256
	2015		50,00	1.700	20.675	12	-	22.363	3.119

(*) Conforme descrito na nota 3.9 a Companhia celebrou em contrato de compra e venda destas controladas, cuja conclusão da operação esta sujeita aos termos e condições usualmente adotados em transações desta natureza e as aprovações dos órgãos governamentais. Desta forma esses ativos estão apresentados como ativos não circulantes mantidos para venda.

(**) Controladas em conjunto conforme acordo de acionistas.

Com relação as empresas Teles Pires Participações e Norte Energia, seguem informações financeiras conforme o CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades:

(a) Norte Energia

Balanços patrimoniais - R\$ Mil	2016	2015
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	205.796	521
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	201.030	103.938
Outros ativos circulantes	376.951	85.803
Total do circulante	783.777	190.262
Não circulante		
Outros ativos não circulantes	707.267	564.727
Imobilizado	36.048.090	30.214.490
Total do não circulante	36.755.357	30.779.217
Total do ativo	37.539.134	30.969.479
PASSIVO		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	630.932	-
Outros passivos circulantes	989.348	549.788
Total do circulante	1.620.280	549.788
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	24.984.318	23.449.980
Outros passivos não circulantes	435.958	229.831
Total do não circulante	25.420.276	23.679.811
Patrimônio líquido		
Capital social	11.127.665	7.292.000
Lucro/prejuízo acumulado	(629.087)	(552.120)
Total do patrimônio líquido	10.498.578	6.739.880
Total do passivo e do patrimônio líquido	37.539.134	30.969.479

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Demonstração de resultado - R\$ Mil	2016	2015
Receita líquida	654.542	129.466
Custos e despesas operacionais	(599.462)	(426.709)
Depreciação e amortização	(88.524)	-
Outros custos e despesas operacionais	(510.938)	(426.709)
Lucro operacional	55.080	(297.243)
Receita financeira	36.363	97.720
Renda de aplicações financeiras	20.362	-
Outras receitas financeiras	16.001	-
Despesa financeira	(175.959)	(82.766)
Encargos de dívidas	(174.992)	-
Outras despesas financeiras	(967)	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(84.516)	(282.289)
Imposto de renda e contribuição social	7.548	42.085
Lucro líquido do exercício	(76.968)	(240.204)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - R\$ MIL	2016	2015
Lucro líquido do exercício	(76.968)	(240.204)
Outros resultados abrangentes	-	-
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos efeitos tributários	(76.968)	(240.204)

(b) Teles Pires Participações

Balancos patrimoniais - R\$ Mil	2016	2015
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	858	108.505
Outros ativos circulantes	7.151	5.051
Total do circulante	8.009	113.556
Não circulante		
Investimentos	2.304.991	2.161.061
Total do não circulante	2.304.991	2.161.061
Total do ativo	2.313.000	2.274.617
PASSIVO		
Circulante		
Debêntures	220.487	162.908
Outros passivos circulantes	335	7
Total do circulante	220.822	162.915
Não circulante		
Debêntures	474.275	691.261
Outros passivos não circulantes	-	53.414
Total do não circulante	474.275	744.675
Patrimônio líquido		
Capital social	1.997.563	1.678.867
Lucro/Prejuízo acumulado	(379.660)	(311.840)
Total do patrimônio líquido	1.617.903	1.367.027
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.313.000	2.274.617

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES

Demonstração de resultado - R\$ Mil

	2016	2015
Custos e despesas operacionais	(10.090)	(257)
Depreciação e amortização	(10.090)	-
Resultado de participações societárias	(73.458)	(157.947)
Lucro operacional	(83.548)	(158.204)
Receita financeira	16.656	6.760
Renda de aplicações financeiras	14.953	6.760
Outras receitas financeiras	1.703	-
Despesa financeira	(107.647)	(80.884)
Encargos de dívidas	(104.706)	(80.745)
Outras despesas financeiras	(2.941)	(139)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(174.539)	(232.328)
Imposto de renda e contribuição social	52.651	-
Lucro líquido do exercício	(121.888)	(232.328)

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - R\$ MIL

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	(121.888)	(232.328)
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos efeitos tributários	(121.888)	(232.328)

Abaixo apresentamos a composição do saldo de investimentos:

	Ref	2016	2015
Investimentos em coligadas e controladas		9.890.824	9.692.221
Encargos financeiros apropriados	4 (e)	25.615	27.444
Total		9.916.439	9.719.665

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Apresentamos a seguir a movimentação do saldo de investimentos:

	Saldos em 31/12/2015 (Reapresentado)	Aumento de capital	Aquisição	Prov. Desval. Da Partic. Societárias Permanentes	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de mais valia	Dividendos e JSCP	Transferência a para Ativos mantidos para venda	Saldos em 31/12/2016 (Reapresentado)
NEOINVEST	8.531	4.346	-	-	-	(981)	-	-	-	11.896
COELBA	3.165.597	-	-	-	(57.041)	250.447	(32.003)	(224.961)	-	3.102.039
CELPE	1.810.529	-	-	-	(29.208)	(316)	(28.756)	(43.662)	-	1.708.587
COSERN	910.945	-	-	-	3.830	156.636	(13.497)	(167.553)	-	890.361
ITAPEBI	173.127	-	-	-	-	76.014	(1.600)	(74.622)	-	172.918
TERMOPE	546.213	30.000	-	-	-	73.103	(2.814)	-	-	646.502
NEOENERGIA O&M	11.543	-	-	-	-	6.671	-	(1.586)	-	16.628
BAGUARI I	105.498	-	-	-	-	26.831	-	(6.373)	-	125.956
GOIAS SUL (c)	202.029	-	-	-	-	13.565	-	(3.163)	(212.431)	-
GERAÇÃO CIII	168.895	25.041	-	-	-	27.550	-	(6.544)	-	214.943
RIO PCH I (c)	100.793	-	-	-	-	6.494	(14.828)	(1.520)	(90.939)	-
BAHIA PCH I (c)	120.667	-	-	-	-	19.585	-	(4.652)	(135.600)	-
SE NARANDIBA	55.291	3.000	-	-	-	6.045	-	(1.436)	-	62.900
AGUAS DA PEDRA	225.062	-	-	-	-	46.257	-	(49.904)	-	221.415
GERAÇÃO CÉU AZUL	485.264	227.752	-	-	-	(6.643)	-	1.575	-	707.948
NC ENERGIA	127.820	30.694	-	-	-	14.086	-	(3.346)	-	169.254
NEOSERV	7.017	-	-	-	-	(1.461)	-	(361)	-	5.195
GARTER	39	-	-	-	-	(7)	-	-	-	32
AFLUENTE GERAÇÃO (c)	34.569	-	-	-	-	9.884	-	(6.978)	(37.475)	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	68.885	-	-	-	-	12.551	-	(14.494)	-	66.942
BELO MONTE PART. (a)	673.803	390.652	-	-	-	(3.598)	-	-	-	1.060.857
ENERGY WORKS (c)	141.738	-	-	-	-	35.471	(16.637)	(27.887)	(132.685)	-
BAHIA PCH II	869	-	-	-	-	-	-	-	-	869
CIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES (b)	-	875	28.957	-	-	(791)	(141)	-	-	28.900
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	717.786	161.119	-	-	-	(60.975)	-	-	-	817.930
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	145.433	77.859	-	-	(46.649)	(12.126)	-	-	-	164.517
FORÇA EÓLICA DO BRASIL I	152.782	-	-	-	-	21.477	-	(9.792)	-	164.467
FORÇA EÓLICA DO BRASIL II	126.678	-	-	-	-	8.248	-	(3.875)	-	131.051
TRANSAÇÃO COM OS SÓCIOS	(595.182)	-	-	-	-	31.695	-	-	-	(563.487)
PROV. DESVAL. DA PARTIC. SOCIETÁRIAS PERMANENTES (c)	-	-	-	(37.796)	-	-	-	-	-	(37.796)
TOTAL	9.692.221	951.338	28.957	(37.796)	(129.068)	755.712	(110.276)	(651.134)	(609.130)	9.890.824

Apresentamos a seguir a movimentação do saldo de investimentos do consolidado:

	Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	Aumento de capital	Aquisição	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de mais-valia	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	717.786	161.119	-	-	(60.975)	-	-	817.930
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	145.433	77.859	-	(46.649)	(12.126)	-	-	164.517
ÁGUAS DA PEDRA	225.062	-	-	-	46.257	-	(49.904)	221.415
NORTE ENERGIA (a)	674.788	400.000	-	-	(3.383)	-	-	1.071.405
ENERGÉTICA CORUMBÁ	26.411	-	25.628	-	2.671	(130)	(378)	54.202
FORÇA EÓLICA DO BRASIL II	126.678	-	-	-	8.248	-	(3.875)	131.051
CIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES (b)	-	875	28.957	-	(791)	(142)	-	28.899
TOTAL	1.916.158	639.853	54.585	(46.649)	(20.099)	(272)	(54.157)	2.489.419

(a) A Norte Energia S.A. ("investida") é uma sociedade de propósito específico, de capital fechado, cujo objeto social consiste na implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no rio Xingu, localizada no Estado do Pará e das instalações de transmissão de

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

interesse restrito à central geradora. A Companhia detém indiretamente 10% do capital social dessa investida.

Tendo em vista o estágio de construção e implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), esta ainda necessita de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou de terceiros para a conclusão das referidas obras, que de acordo com as estimativas e projeções serão absorvidas pelas receitas de operações futuras. Os acionistas poderão ser demandados a prover eventuais aportes adicionais de recursos, na proporção da participação acionária de cada acionista no capital social da NESA, observadas as obrigações contidas no Acordo de Acionistas.

Em 2015, a Administração da Companhia tomou conhecimento do processo de investigação que estava sendo conduzida no contexto de um dos acionistas da investida, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, que aprovou a criação de uma Comissão Independente para gestão e supervisão dos trabalhos de investigação em andamento, conduzidos por empresa independente especializada.

Em 2016, os trabalhos de investigação pela empresa especializada independente foram concluídos e determinaram que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte continham impactos estimados de 1% no preço do contrato, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, no contexto de eventuais sobrepreço e atividades de manipulação de propostas consideradas de natureza ilícita.

Os ajustes decorrentes da investigação independente mencionada acima foram integralmente reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 da Companhia na proporção de sua participação no investimento. Permanece em curso investigação conduzida por parte das autoridades brasileiras.

(b) Em 19 de agosto de 2016, conforme previsto no acordo de acionistas da investida "Companhia Hidrelétrica Teles Pires", datado de 05 de dezembro de 2012, após a entrada em operação da UG5, a Companhia adquiriu as ações de propriedade da Odebrecht (0,9% do capital de CHTP) pelo montante total de R\$ 28.957.

(c) Provisão referente à desvalorização das participações societárias das empresas que fazem parte do bloco de ativos mencionados na nota 3.8. O CPC 31 exige que os ativos que forem classificados como mantidos para venda sejam mensurados pelo menor valor contábil até então registrado e o valor justo menos as despesas de venda. No caso da alienação dessas investidas, o valor justo dos ativos considerando as despesas de venda, é inferior ao valor contábil impactando negativamente o resultado da Companhia.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

Consolidado					
2016					
Ref.	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização Acumulada (Reapresentado)	Valor líquido	2015
					Valor líquido (Reapresentado)
Em serviço					
Terrenos		76.444	-	76.444	69.599
Reservatórios, barragens e adutoras	2,33%	1.146.062	(218.317)	927.745	928.254
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00%	619.243	(165.736)	453.507	459.063
Máquinas e equipamentos	5,00%	2.171.763	(697.024)	1.474.739	1.527.668
Veículos	20,00%	4.010	(2.538)	1.472	2.144
Móveis e utensílios	9,00%	3.582	(2.480)	1.102	814
Outros		878	-	878	2.061
		4.021.982	(1.086.095)	2.935.887	2.989.603
Em curso					
Terrenos		40.801	-	40.801	46.001
Reservatórios, barragens e adutoras		49.615	-	49.615	51.096
Edificações, obras civis e benfeitorias		606.674	-	606.674	393.115
Máquinas e equipamentos		187.187	-	187.187	100.372
Veículos		1.946	-	1.946	638
Móveis e utensílios		2.282	-	2.282	1.739
Material em depósito		21.290	-	21.290	21.290
Outros	(a)	320.654	-	320.654	285.225
		1.230.449	-	1.230.449	899.476
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 3.9.2)		-	-	(752.802)	-
Total		5.252.431	(1.086.095)	3.413.534	3.889.079

(a) Referem-se principalmente a adiantamento a fornecedores realizados dentro do período de construção dos empreendimentos, os quais serão baixados com a devida entrega dos bens e/ou finalização da obra.

A depreciação acumulada é geralmente calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações realizados para a geração independente de energia elétrica e vinculados à concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, conforme Contratos de Concessão.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A movimentação do imobilizado consolidado é como segue:

	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	3.852.379	(896.785)	2.955.594	744.464	3.700.058
Adições	(1.133)	444	(689)	368.413	367.724
Baixas	(104.511)	42.378	(62.133)	(5.381)	(67.514)
Depreciação	-	(111.189)	(111.189)	-	(111.189)
Transferências	208.020	-	208.020	(208.020)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	3.954.755	(965.152)	2.989.603	899.476	3.889.079
Adições	889	-	889	443.058	443.947
Baixas	(6.485)	(6.018)	(12.503)	(26.047)	(38.550)
Depreciação	-	(128.140)	(128.140)	-	(128.140)
Transferências	72.823	13.215	86.038	(86.038)	-
	4.021.982	(1.186.095)	2.935.887	1.230.449	4.166.336
Transferência para ativos mantidos para venda	-	-	(752.802)	-	(752.802)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	4.021.982	(1.086.095)	2.183.085	1.230.449	3.413.534

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016.

12. Concessão do serviço público (ativo financeiro)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, Celpe, Cosern, Afluentes T, SE Narandiba, Afluentes G (Concessionária - Operador) e Potiguar Sul, respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica pelas Companhias e estabelecem que:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica, abrangendo:

Distribuidoras

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

Transmissoras

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição e transmissão, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

Nas Distribuidoras

- (a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão.
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Nas Transmissoras

- (a) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Segue composição consolidada do ativo financeiro de concessão:

	Ref	Consolidado	
		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Recebíveis	(a)	419.226	356.810
Indenização	(b)	4.890.109	3.781.246
		5.309.335	4.138.056
Transferência para ativos mantidos para venda	(Nota 3.9.2)	(12.786)	-
Total		5.296.549	4.138.056
Circulante		62.106	51.331
Não circulante		5.234.443	4.086.725

- (a) Valores de fluxo de caixa futuros das transmissoras projetados descontados a taxa interna de retorno dos projetos de parcelas tarifárias correspondentes a remuneração pela infraestrutura (RAP).
- (b) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) e aos recebíveis das transmissoras está assim apresentada:

	Ref.	Consolidado	
		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Saldo inicial		4.138.056	3.232.651
Adições		66.482	143.392
Baixas		(5.787)	(2.699)
Amortização/reversão		(34.507)	(12.523)
Transferência	(a)	890.135	414.783
Remuneração recebíveis das transmissoras		-	26.536
Atualização monetária/Ajustes a valor justo	(b)	254.956	335.916
		5.309.335	4.138.056
Transferência para ativos mantidos para venda	(Nota 3.9.2)	(12.786)	-
Saldo final		5.296.549	4.138.056
Circulante		62.106	51.331
Não circulante		5.234.443	4.086.725

- (a) Transferência do Intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.
- (b) Valor justo do ativo financeiro das distribuidoras e transmissoras.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada quatro anos na Celpe e a cada cinco anos na Coelba e Cosern.

As concessões das Companhias de distribuição e transmissão não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. As concessões outorgadas tem prazo de vigência de 30 anos e os contratos de concessão preveem a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às Companhias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

13. Intangível

Por natureza, o ativo intangível do consolidado está constituído da seguinte forma:

	Consolidado				
	2016				2015
	(Reapresentado)				(Reapresentado)
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em serviço					
Direito de uso da concessão	4,27%	17.121.976	(8.914.035)	(1.778.284)	6.429.657
Mais-valia atribuído a concessão	4,57%	2.626	(1.270)	-	1.356
Direito de uso de software	19,61%	4.239	(3.027)	-	1.212
Outros		1.470	(65)	-	1.405
		17.130.311	(8.918.397)	(1.778.284)	6.433.630
Em curso					
Direito de uso da concessão		2.050.090	-	(463.326)	1.586.764
Direito de uso de software		3.955	-	-	3.955
Outros		4.421	-	-	4.421
		2.058.466	-	(463.326)	1.595.140
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 3.9.2)		(26.420)	-	-	(26.420)
Total		19.188.777	(8.918.397)	(2.241.610)	8.002.350
					7.608.236

De acordo com o Decreto nº 41.019, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve refletir a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou o término da concessão, o que ocorrer antes. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear já que o regulador utiliza estas vidas úteis estimadas como base para determinação da tarifa a ser cobrada pela prestação dos serviços objetos das concessões, conforme contratos de concessão.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A movimentação do saldo do direito de uso da concessão está demonstrada a seguir:

	Consolidado						
	Em serviço			Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	15.524.354	(7.521.007)	(1.824.760)	6.178.587	1.404.370	(368.294)	1.036.076
Adições	49.299	-	-	49.299	1.740.772	(319.712)	1.421.060
Baixas	(96.548)	52.929	-	(43.619)	(34.645)	-	(34.645)
Amortização	-	(745.051)	121.361	(623.690)	-	-	-
Transferências – intangíveis	619.688	-	(89.842)	529.846	(619.688)	89.842	(529.846)
Transferências – ativos financeiros	(171)	-	-	(171)	(512.888)	98.276	(414.612)
Transferências - outros	47.741	191	25.414	73.346	(31.183)	(31.486)	(62.669)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	16.144.363	(8.212.938)	(1.767.827)	6.163.598	1.946.738	(531.374)	1.415.364
Adições	-	-	-	-	2.365.965	(233.449)	2.132.516
Baixas	(224.808)	149.494	3.171	(72.143)	(31.579)	-	(31.579)
Amortização	-	(856.867)	132.374	(724.493)	-	-	-
Transferências – intangíveis	1.210.725	-	(146.526)	1.064.199	(1.210.722)	146.525	(1.064.197)
Transferências – ativos financeiros	(4.910)	-	-	(4.910)	(1.076.461)	191.237	(885.224)
Transferência - outros	4.941	1.914	524	7.379	64.525	(36.265)	28.260
Saldos em 31 de dezembro de 2015	985.948	(705.459)	(10.457)	270.032	111.728	68.048	179.776
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 3.9.2)	-	-	-	(26.420)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	17.130.311	(8.918.397)	(1.778.284)	6.407.210	2.058.466	(463.326)	1.595.140

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

O Grupo entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como doações e subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. Essas obrigações estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Energia elétrica	-	-	1.072.375	1.230.324
Encargos de uso da rede	-	-	81.179	108.444
Materiais e serviços	5.008	6.504	694.013	1.062.702
Energia livre	-	-	97.197	85.899
	5.008	6.504	1.944.764	2.487.369
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 3.9.2)	-	-	(18.953)	-
Total	5.008	6.504	1.925.811	2.487.369
Circulante	5.008	4.541	1.846.704	2.385.903
Não circulante	-	1.963	79.107	101.466

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos

	Ref.:	2016	2015
	15.1	(Reapresentado)	(Reapresentado)
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS			
Moeda nacional		5.077.844	5.247.543
Circulante		1.540.143	1.720.530
Não circulante		3.537.701	3.527.013
 Moeda estrangeira		 4.753.105	 5.520.538
Circulante		1.962.941	1.142.531
Não circulante		2.790.164	4.378.007
 (-) Depósitos em garantia		 (174.034)	 (199.089)
Circulante		-	(24.054)
Não circulante		(174.034)	(175.035)
		9.656.915	10.568.992
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 3.9.2)		(220.984)	-
Ajustes de consolidação		137.864	-
Total de empréstimos e financiamentos		9.573.795	10.568.992
Circulante		3.441.530	2.839.007
Não circulante		6.132.265	7.729.985
 DEBÊNTURES	15.2		
Total de debêntures		2.387.126	1.238.634
Circulante		390.975	345.139
Não circulante		1.996.151	893.495
Custos de transação – Debêntures		(28.892)	(2.461)
 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS			
Total Instrumentos financeiros derivativos	27(f)	(613.914)	(1.652.951)
Ativo		(838.726)	(1.726.742)
Passivo		224.812	73.791
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda		(13.184)	-
Instrumentos financeiros derivativos (Ativo)			
Circulante		(322.352)	(315.246)
Não circulante		(516.374)	(1.411.496)
Instrumentos financeiros derivativos Passivo			
Circulante		170.556	71.106
Não circulante		54.256	2.685
 ENDIVIDAMENTO TOTAL		11.347.007	10.154.675
Circulante		3.680.709	2.940.006
Não circulante		7.666.298	7.214.669

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos e debêntures da controladora e das controladas em 31 de dezembro de 2016

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 31/12/2016
Banco ABC	Dolar	Capital de Giro	3,01%	2017	Fiança Bancária	40.000	40.045
Banco do Brasil	Real	Capital de Giro / Investimentos	2,50% a 15,35% / TJLP + 1,93% / 108,00% a 122,90% do CDI / CDI + 1,50%	2017 a 2030	Aval da Neoenergia / Conta Reserva / Clean	1.808.195	1.614.399
Banco do Nordeste	Real	Investimentos / Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	10,00% / TJLP + 3,21%	2018 a 2022	Aval da Neoenergia / Recebíveis / Fundo Liquidez	316.258	58.861
Banco Safra	Dolar	Capital de Giro	3,18% a 3,90%	2017	Aval da Neoenergia / Clean	135.000	147.624
Bank of América	Dolar	Capital de Giro	Libor + 1,70%	2018	Clean	439.032	440.328
Bank of China	Real	Capital de Giro	CDI + 1,50%	2018	Clean	19.000	19.705
BNDES	Real	Investimentos	3,00% a 6,00% / TJLP + 1,59% a TJLP + 2,82% / SELIC + 2,09%	2017 a 2030	Aval da Neoenergia / Conta Reserva	4.760.008	2.534.565
BNP Paribas	Dolar / Euro	Capital de Giro	1,63% / Libor + 1,50%	2018	Clean	298.353	320.840
Bradesco	Dolar	Capital de Giro	2,90%	2018	Clean	200.409	205.591
Caixa Econômica Federal	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	6,00%	2025 a 2026	Aval da Neoenergia / Recebíveis	122.714	108.705
China Construction Bank	Dolar	Capital de Giro	Libor + 2,31%	2019	Clean	129.600	133.992
Citibank	Dolar	Capital de Giro	Libor + 0,97% a Libor + 1,80%	2018	Aval da Neoenergia / Clean	612.140	621.030
Eletrobrás	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	5,00% a 6,00%	2017 a 2024	Nota Promissória / Recebíveis	314.962	84.698
Finep	Real	Pesquisa e Desenvolvimento	4,00% a 8,25%	2018 a 2020	Aval da Neoenergia / Clean	225.599	54.599
HSBC	Dolar	Capital de Giro	Libor + 1,40%	2018	Aval da Neoenergia	140.000	144.176
IBM	Real	Investimentos	CDI + 0,26% a CDI + 0,31%	2019 a 2020	Aval da Neoenergia	84.893	73.038
Itaú	Dolar	Capital de Giro	1,73% a 4,64%	2017 a 2020	Aval da Neoenergia / Clean	882.498	920.982
JP Morgan	Dolar	Capital de Giro	2,94%	2018	Clean	58.065	58.352
KfW Bankengruppe	Real	Investimentos	2,00%	2026	Aval Governo do Estado de Pernambuco / Fiança Bancária	1.042	555
Mizuho	Dolar	Capital de Giro	2,45% / Libor + 1,40% a Libor + 1,50%	2018	Aval da Neoenergia / Clean	319.350	338.458
Santander	Real / Dolar	Capital de Giro	2,46% a 4,36% / 111,00% a 121,00% do CDI	2017	Aval da Neoenergia / Clean	715.935	755.163
Sumitomo	Dolar	Capital de Giro	Libor + 1,50%	2018	Clean	101.150	113.327
Tokyo-Mitsubishi	Dolar	Capital de Giro	3,20% / Libor + 0,80% a Libor + 1,50%	2017 a 2018	Aval da Neoenergia / Clean	313.255	284.349
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	111,00% a 124,40% do CDI / CDI + 0,80% a CDI + 0,95% / IPCA + 6,75% a IPCA + 7,89%	2017 a 2025	Aval da Neoenergia / Clean	2.538.490	2.351.616
Total						14.575.948	11.424.998

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Companhia.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

Em 2016, a Companhia transferiu para o ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados das controladas Coelba, Celpe, Cosern e Geração Céu Azul o montante de R\$ 166.110 (R\$ 116.519 em 2015). Os custos capitalizados foram excluídos na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

15.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus instrumentos financeiros derivativos vinculados é a seguinte:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	917.918	3.648.486	15.130	2.234.246	6.815.780
Ingressos	472.440	937.381	443.353	1.093.243	2.946.417
Encargos	436.386	3.243	91.363	5.082	536.074
Variação monetária e cambial	3.700	26.143	186.089	1.458.835	1.674.767
Swap	-	-	(67.990)	(1.195.740)	(1.263.730)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(15.970)	(33.233)	(49.203)
Transferências	1.244.445	(1.244.445)	562.964	(562.964)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(1.351.791)	-	(315.258)	(27.641)	(1.694.690)
Mov. Depósitos em garantias	(24.054)	(18.192)	-	-	(42.246)
(-) Custos de transação	(2.568)	(638)	(1.290)	(1.980)	(6.476)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	1.696.476	3.351.978	898.391	2.969.848	8.916.693
Ingressos	559.770	630.499	197.500	620.009	2.007.778
Encargos	458.364	13	123.732	482	582.591
Variação monetária e cambial	6.153	61.766	(252.677)	(699.522)	(884.280)
Swap	-	-	378.876	1.053.347	1.432.223
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(18.701)	(2.466)	(21.167)
Transferências	524.511	(674.511)	1.740.822	(1.590.822)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(1.730.973)	(5.194)	(1.244.875)	14.002	(2.967.040)
Mov. Depósitos em garantias	24.054	998	-	-	25.052
(-) Custos de transação	1.788	(1.882)	830	(52)	684
	1.540.143	3.363.667	1.823.898	2.364.826	9.092.534
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 3.9.2)	-	-	-	-	(234.168)
Ajustes de consolidação	-	-	-	-	137.864
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	1.540.143	3.363.667	1.823.898	2.364.826	8.996.230

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A seguir apresentamos as captações do exercício:

Empresa	Consolidado			
	Financiadores	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
NEOENERGIA	SANTANDER	16/05/2017	121,00% CDI	250.000
NEOENERGIA	BRADESCO	30/04/2018	US\$ + 2,9% a.a.	200.409
NEOENERGIA	CHINA CONSTRUCTION BANK	11/10/2019	US\$ (Libor 3M) + 2,3125% a.a.	129.600
NEOENERGIA	SAFRA	03/10/2017	US\$ + 3,9041% a.a.	100.000
Coelba	Nota Promissória - Safra	21/12/2016	110,00% do CDI	150.000
Coelba	BNDES	15/06/2023	TJLP + 1,59%	41.666
Coelba	CEF	07/10/2026	6% a.a.	15.159
Coelba	BANCO ABC	01/03/2017	120,00% do CDI	20.000
Coelba	BNDES	15/06/2023	TJLP + 1,59%	38.268
Coelba	ITAÚ	25/04/2017	USD + 1,73%	17.500
Coelba	ITAÚ	03/01/2020	USD + 4,6495%	100.000
Coelba	BANCO DO BRASIL	18/02/2017		27.961
Coelba	BNDES	15/06/2023	TJLP + 1,59%	11.000
Coelba	BNDES	15/06/2023	TJLP + 2,09%	20.600
CELPE	Caixa Econômica Federal	21/10/2025	6% a.a.	10.831
CELPE	Banco Itaú S.A.	07/08/2017	3,03% a.a.	100.000
CELPE	BNDES	15/06/2023	TJLP + 2,09%	3.054
CELPE	BNDES	15/06/2023	SELIC + 2,09%	3.054
CELPE	BNDES	15/06/2023	TJLP + 2,09%	25.699
CELPE	BNDES	15/06/2023	SELIC + 2,09%	25.699
CELPE	BNDES	30/06/2023	TJLP + 1,59%	18.882
CELPE	ABC	01/03/2017	USD + 3,01% a.a.	20.000
CELPE	ITAÚ	06/09/2019	USD + 4,284% a.a.	90.000
CELPE	Santander	14/06/2017	111% CDI	100.000
CELPE	Banco do Brasil	24/02/2017	15,35% a.a.	23.523
COSERN	CEF	16/11/2025	6% aa	3.969
COSERN	BNDES FINEM	15/06/2023	TJLP+2,09% aa	5.635
COSERN	BNDES FINEM	15/06/2023	SELIC+2,09% aa	5.635
COSERN	BNDES FINEM	15/06/2023	TJLP+2,09% aa	12.725
COSERN	BNDES FINEM	15/06/2023	SELIC+2,09% aa	12.725
Termopernambuco	Banco do Brasil	15/05/2020	122,90% CDI	373.670
Energyworks	Itaú	03/01/2017	USD + 2,67% aa	40.000
Calango 1	BANCO DO BRASIL	15/04/2030	TJLP + 1,93% a.a	1.522
Calango 1	BANCO DO BRASIL	15/04/2030	TJLP + 1,93% a.a	266
Calango 4	BANCO DO BRASIL	15/04/2030	TJLP + 1,93% a.a	2.038
Calango 4	BANCO DO BRASIL	15/04/2030	TJLP + 1,93% a.a	282
Calango 5	BANCO DO BRASIL	15/04/2030	TJLP + 1,93% a.a	3.979
Calango 5	BANCO DO BRASIL	15/04/2030	TJLP + 1,93% a.a	225
Caetité 1	BANCO DO BRASIL	15/12/2029	TJLP + 1,93% a.a	2.202
Total				2.007.778

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Consolidado					
	2016			2015		
	Dívida	Custos transação (Reapresentado)	Total líquido	Dívida	Custos transação (Reapresentado)	Total líquido
2017	-	-	-	930.785	(1.920)	928.865
2018	2.808.705	(6.058)	2.802.647	3.066.404	(2.490)	3.063.914
2019	996.339	(3.003)	993.336	485.285	(486)	484.799
2020	786.025	(2.284)	783.741	324.373	(311)	324.062
2021	559.455	(1.110)	558.345	660.339	(3.407)	656.932
2022	286.371	(312)	286.059	1.038.937	(644)	1.038.293
Após 2022	478.754	(356)	478.398	-	-	-
	5.915.649	(13.123)	5.902.526	6.506.123	(9.258)	6.496.865
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	-	(159.431)	-	-	-
Ajustes de consolidação	-	-	137.864	-	-	-
Total obrigações	5.915.649	(13.123)	5.880.959	6.506.123	(9.258)	6.496.865
(-) Depósitos em garantias			(174.034)			(175.039)
Total			5.706.925			6.321.826

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e 2015, as controladas e controladora atingiram todos os índices requeridos contratualmente exceto a controlada Coelba que superou o limite estabelecido para o covenants junto à Eletrobrás, que requer a anuência da mesma para contratação de novas dívidas. A referida controlada obteve anuência para as captações efetuadas no exercício.

15.2 Debêntures

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos vinculados é a seguinte:

	Consolidado		
	Passivo		Total
	Circulante	Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	285.879	1.161.995	1.447.874
Ingressos	-	31.600	31.600
Encargos	179.079	1.213	180.292
Variação monetária e cambial	397	13.366	13.763
Swap	-	(909)	(909)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	16.640	16.640
Transferências	332.158	(332.158)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(452.084)	-	(452.084)
(-) Custos de transação	(290)	1.096	806
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	345.139	892.843	1.237.982
Ingressos	50.000	1.456.890	1.506.890
Encargos	290.136	7.428	297.564
Variação monetária e cambial	312	11.566	11.878
Swap	1.710	(2.144)	(434)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(28.996)	(28.996)
Transferências	368.704	(368.704)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(649.753)	(9.712)	(659.465)
(-) Custos de transação	(14.004)	200	(13.804)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	392.244	1.959.371	2.351.615

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do exercício:

Empresa	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
CELPE	11/01/2019	118,00% do CDI	206.890
CELPE	18/04/2019	122,70% do CDI	150.000
NEOENERGIA	16/01/2021	124,40% CDI	400.000
COELBA	20/04/2019	121,50% do CDI	250.000
COELBA	15/10/2019	119% do CDI	300.000
COELBA	15/10/2021	IPCA + 6,7548%	100.000
COSERN	30/03/2018	118% CDI	100.000
			1.506.890

As debêntures das controladas são garantidoras por aval da Companhia.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidados são os seguintes:

Consolidado						
2016			2015			
(Reapresentado)			(Reapresentado)			
Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	
2017	-	-	287.358	(787)	286.571	
2018	553.936	(1.166)	257.627	(506)	257.121	
2019	1.004.861	(2.002)	188.517	(302)	188.215	
2020	173.479	(535)	74.027	(151)	73.876	
2021	216.839	(3.566)	74.028	(116)	73.912	
2022	3.455	(126)	13.460	(312)	13.148	
Após 2022	14.729	(533)				
Total	1.967.299	(7.928)	895.017	(2.174)	892.843	

Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as controladas e controladora atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

16. Salários e encargos a pagar

Consolidado		
2016	2015	
(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Salários	15.515	26.484
Encargos sociais	20.000	16.015
Provisões férias	40.892	41.222
Encargos sobre provisões de férias	11.221	9.992
Provisão PLR	44.302	52.255
Outros	1.903	1.462
133.833	147.430	
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 3.9.2)	(868)	-
Total	132.965	147.430

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

17. Taxas regulamentares

	Consolidado	
	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Reserva Global de Reversão - RGR	171	171
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	99.529	105.866
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	6.159	3.707
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	2.547	1.362
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	97.373	74.069
Programa de Eficientização Energética - PEE	30.756	23.971
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	1.622	1.477
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.848	449
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	15.376	60.248
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional	-	12
Ministério de Minas e Energia - MME	530	492
	255.911	271.653
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 3.9.2)	(623)	-
Total	255.288	271.824
Passivo circulante	193.380	205.734
Passivo não circulante	61.908	66.090

18. Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado	
	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Imposto de Renda - IR	50.772	67.286
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	20.610	22.721
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	274.632	274.342
Programa de Integração Social - PIS	33.327	24.024
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	152.842	105.476
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	11.331	8.908
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	2.995	2.683
Imposto sobre Serviços - ISS	7.362	8.137
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	32.513	29.187
Outros	18.167	8.487
	604.551	551.251
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 3.9)	(5.974)	-
Total	598.576	551.251
Circulante	592.630	546.364
Não-circulante	5.947	4.887

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

19. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado como despesa operacional.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas consolidadas estão compostas como segue:

	Consolidado							
	Contingências					Provisões		Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Ambientais	Ambientais	Desmantelamento	
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	187.659	182.499	33.914	6.493	3.679	9.049	11.634	434.927
Constituição	70.914	103.144	6.760	-	-	-	-	180.818
Baixas/reversão	(71.903)	(108.726)	(16.100)	(3.290)	-	(1.132)	(7.395)	(208.546)
Atualização	38.353	66.051	4.663	1.205	-	1.841	873	112.986
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	225.023	242.968	29.237	4.408	3.679	9.758	5.112	520.185
Constituição	71.647	107.094	3.271	-	-	-	7.446	189.458
Baixas/reversão	(31.404)	(39.516)	(295)	-	-	-	(287)	(71.502)
Pagamentos/Indenizações	(52.134)	(105.588)	(3.783)	-	-	(287)	-	(161.792)
Atualização	31.291	61.849	3.898	727	361	668	1.831	100.625
	244.423	266.807	32.328	5.135	4.040	10.139	14.102	576.974
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 3.9)	(640)	(10.581)	-	-	(4.040)	-	(7.616)	(22.877)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	243.783	256.226	32.328	5.135	-	10.139	6.486	554.097
Circulante	37.464	102.001	190	-	-	-	-	139.655
Não circulante	206.319	154.225	32.138	5.135	-	10.139	6.486	414.442

a) Provisões para processos judiciais

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/ reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, as controladas possuem um total estimado de R\$ 1.047.150 (R\$ 839.811 em 2015) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 0,5% a.m..

Cíveis

Referem-se à ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, as controladas possuem um total estimado de R\$ 1.852.078 (R\$ 3.008.467 em 2015) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m..

Fiscais

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, CSLL, IPTU, REFIS, PIS/COFINS, INSS, CIDE, ITD sobre doações recebidas, entre outros. Além dos valores provisionados, o Grupo possui um total estimado de R\$ 3.441.874 (R\$ 2.468.767 em 2015) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração relacionados ao ICMS das controladas Cosern, Celpe, Coelba e NC Energia, estimados em R\$ 618.570 e autos de infração contra as controladas (Celpe, Coelba, Cosern, Itapebi e Termopernambuco) referentes a não adição da despesa de amortização da mais-valia nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, estimados em R\$ 1.916.196.

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência da mais-valia quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer a mais-valia decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados pela variação da taxa SELIC.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

b) Depósitos judiciais

Para permitir a interposição de recursos, nos termos da lei são mantidos os seguintes depósitos judiciais recursais à disposição do juízo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas	147	265	252.347	205.010
Cíveis	-	-	176.052	162.636
Fiscais	40.957	36.797	144.543	133.292
Outros	-	-	10.605	11.220
	41.104	37.062	583.547	512.158
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 3.9)	-	-	(8.564)	-
Total	41.104	37.062	574.983	512.158

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), para os casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

c) Provisões

As demais provisões são compostas por: (i) gastos ambientais que referem-se a obrigações adicionais dos impactos sócio ambientais na construção das usinas e; (ii) gastos com desmantelamento que referem-se aos custos de desmobilização da plantas e parques eólicos das controladas. Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem das controladas, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada nos empreendimentos. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar as obrigações.

20. Outros passivos

Ref	Controladora		Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Consumidores	-	-	118.502	111.122
Plano de saúde	-	-	4.046	3.740
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	-	-	28.582	19.805
Caução em garantia	-	-	301.237	244.741
Adiantamentos recebidos	-	-	22.072	46.234
Cooperativas - aquisição de ativos	-	-	17.495	29.159
Contas a pagar - Iberdrola	790.166	704.081	790.166	704.081
Contas a pagar - Itapebi	127.624	-	-	-
Outros	6.915	59.406	44.515	89.154
	924.705	763.487	1.326.615	1.248.036
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	-	(1.056)	-
Total	924.705	763.487	1.325.557	1.248.036
Circulante	127.732	13	472.670	456.420
Não circulante	796.971	763.474	852.887	791.616

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade,

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

ajustes de faturamento e outros.

- (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (c) Referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.
- (d) Em 27 de fevereiro de 2015, a Companhia adquiriu da Iberdrola Energia S.A.U. participação adicional de 8,50% e 7,01% das ações das controladas Coelba e Cosern, respectivamente pelas respectivas contraprestações de R\$ 532.101 e R\$ 107.049 atualizados por uma taxa anual de 12,19%, com pagamento em parcela única cujo vencimento será em 26 de fevereiro de 2018. Dessa forma a Companhia passou a deter 96,34% do capital social da Coelba e 91,48% da Cosern, gerando um ajuste no patrimônio líquido do consolidado decorrente de transação com sócios no montante de R\$ 332.722. Em 31 de dezembro de 2016, os valores atualizados correspondem a R\$ 790.166 (R\$ 763.474 em 2015).
- (e) Em 27 de julho de 2016, a Companhia firmou um contrato de mútuo com a controlada Itapebi no montante de R\$100.000, acrescido dos juros e demais encargos totalizando o montante de R\$127.624 em 31 de dezembro de 2016, com prazo de liquidação de até 180 dias após a assinatura do contrato. Subsequentemente em 19 de janeiro de 2017, as partes aditaram o contrato postergando o prazo de liquidação em mais de 90 dias.

21. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e 2015, subscrito e integralizado é de R\$4.739.025. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Lote de mil ações		
	Ações ordinárias		
	Única	%	R\$
Iberdrola Energia S A.	2.281.748	39,00%	1.848.220
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24%	1.054.133
BB - Banco de Investimentos S A.	701.327	11,99%	568.076
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.566.165	26,77%	1.268.596
Total	5.850.636	100,00%	4.739.025

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Lucro por ação

O lucro por ação apresentado ao final da demonstração de resultado é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Total de ações	5.850.636	5.850.636	5.850.636	5.850.636
Lucro do exercício	289.729	309.387	354.303	371.983
Lucro do exercício/Total de ações	0,05	0,05	0,06	0,06

Reserva de transação de capital com os sócios

Os valores reconhecidos na reserva de transação de capital com os sócios são os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	Ref.	990.264
Compra de participação na Itapebi pela Termope	(a)/(b)	657.542
Compra de participação adicional na Coelba e na Cosern pela Neoenergia	(c)	332.722

(a) Em 23 de dezembro de 2013, a controlada Termopernambuco adquiriu participação adicional de 35,4% das ações da controlada Itapebi pela contraprestação de R\$ 503.748. O Grupo passou a deter 77,4% do capital da Itapebi e baixou a participação de não controladores no montante de R\$ 103.458. Com isso, registrou uma redução no patrimônio líquido do consolidado decorrente de transação com sócios no montante de R\$ 400.290.

(b) Ajustes decorrentes da aquisição da controlada Termopernambuco em 2014, que adquiriu da controladora Iberdrola S.A.U., um dos controladores do Grupo, a participação adicional de 22,6% das ações da controlada Itapebi pela contraprestação de R\$325.475. Dessa forma, o Grupo passou a deter 100 % do capital da Itapebi, gerando um ajuste no patrimônio líquido do consolidado decorrente de transação com os sócios no montante de R\$257.252.

(c) Em 27 de fevereiro de 2015, a Neoenergia adquiriu da controladora Iberdrola Energia S.A.U., a participação de 8,50% das ações da Coelba e 7,01% da Cosern pelas respectivas contraprestações de R\$ 532.101 e R\$ 107.049 atualizados por uma taxa anual de 12,19%, com pagamento em parcela

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

única cujo vencimento será em 26 de fevereiro de 2018. Dessa forma a Neoenergia passou a deter 96,34% do capital social da Coelba e 91,48% da Cosern, gerando um ajuste no patrimônio líquido do consolidado decorrente de transação com sócios no montante de R\$ 332.722.

Reservas de lucros

Reserva de incentivo fiscal nas controladas

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada.

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei nº 11.638/07, foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.

O incentivo fiscal SUDENE, nas controladas Coelba, Celpe, Cosern e Termopernambuco, com validade até 2020, 2023, 2023 e 2024 respectivamente, prevê a Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculados com base no lucro da exploração. As controladas Coelba e Cosern apuraram respectivamente até 31 de dezembro de 2016, os valores de R\$6.252 e R\$26.352 (R\$38.951 e R\$26.295 em 31 de dezembro de 2015 respectivamente).

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2016 a Administração está propondo *ad referendum* a Assembleia dos Acionistas a retenção de lucros no montante de R\$ 27.876 com o objetivo de aplicação em futuros investimentos conforme previsto no Orçamento de capital da Companhia.

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, os ajustes oriundos da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de juros sobre capital e dividendos:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
2016			
AGO de 29 de abril de 2016	Dividendos Adicionais 2015	188.935	0,0322931
AGO de 26 de abril de 2016	Dividendos propostos 2015	111.065	0,0189834
		300.000	
2015			
RCA de 17 de dezembro de 2015	Dividendos (a)	102.495	0,0175186
AGO de 26 de abril de 2015	Dividendos Adicionais 2014	167.905	0,0286986
AGO de 26 de abril de 2015	Dividendos propostos 2014	29.600	0,0050592
		300.000	

(a) Esse dividendos foram propostos a partir da conta de Reserva de Retenção de Lucros

De acordo com o estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2016	2015
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado (*)		
Lucro líquido do exercício reapresentado	289.729	309.387
Ajustes (nota 4)	80.671	139.956
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado	370.400	449.343
Prejuízo acumulado reapresentação Norte Energia	-	18.300
Reversão prejuízo acumulado reapresentação Norte Energia	(18.300)	
Lucro líquido originalmente apresentado	352.100	467.643
Constituição da reserva legal (5%)	(17.605)	(23.382)
Base de cálculo do dividendo	334.495	444.261
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	83.624	111.065

Os dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram calculados levando-se em consideração o resultado dos referidos exercícios apurados originalmente antes da reapresentação dessas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A formação dos saldos de dividendos e JSCP a pagar, é como segue:

	Controladora	
	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Saldo inicial	213.564	30.170
Declarados	272.559	381.465
Pagos no exercício	(102.497)	(198.071)
Saldo final	383.626	213.564

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

22. Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas controladas da Companhia.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas controladas. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

As controladas contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

Segue a composição da receita líquida do consolidado por natureza e suas deduções:

Ref.	Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Fornecimento de energia elétrica	10.661.203	10.874.515
Receita de distribuição, geração e comercialização	10.069.243	10.284.178
Remuneração financeira WACC	591.960	590.337
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	604.984	676.187
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	8.736.649	8.208.679
Receita de distribuição e transmissão	8.619.152	8.094.635
Remuneração financeira WACC	117.497	114.044
Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros	(361.665)	(266.286)
Receita de concessão	35.099	38.805
Receita de construção da infraestrutura da concessão	2.059.358	1.430.308
Outras receitas	463.553	534.772
Total receita bruta	22.199.181	21.496.980
(-) Deduções da receita bruta	(7.359.484)	(6.879.301)
Total	14.839.697	14.617.679

a) Fornecimento de energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Consumidores:		
Residencial	7.720.889	7.201.928
Industrial	1.904.094	2.021.809
Comercial	4.125.756	4.061.027
Rural	886.185	869.503
Poder público	854.662	844.394
Iluminação pública	476.743	476.244
Serviço público	559.976	573.737
Suprimento	1.371.363	1.634.595
Fornecimento não faturado	(35.725)	38.666
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo(*)	(8.281.304)	(7.818.244)
	9.582.639	9.903.659
Subvenção à tarifa social baixa renda	1.078.564	970.856
Total	10.661.203	10.874.515

b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pelas companhias do Grupo.

c) Disponibilização do Sistema de Distribuição

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor livre	455.344	390.435
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	8.281.305	7.818.244
Total	8.736.649	8.208.679

d) Outras receitas

	Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Renda da prestação de serviços	90.169	63.090
Arrendamentos e aluguéis	55.025	58.705
Serviço taxado	24.806	23.360
Taxa de iluminação pública	3.413	5.078
Administração de faturas de fraudes	3.395	2.154
Comissão serviços de terceiros	25.158	19.290
Multa infração consumidor	537	2.388
Valor justo ativo indenizável da concessão	212.899	281.678
Fornecimento de vapor	36.634	30.284
Acréscimo Moratório	-	39.197
Indenização Sinistro Seguro	-	1.609
Outras receitas	11.517	7.939
Total	463.553	534.772

e) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Deduções da receita bruta	Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Impostos		
ICMS	(3.990.506)	(3.623.329)
PIS	(349.940)	(335.752)
COFINS	(1.609.882)	(1.541.648)
ISS	(12.999)	(11.672)
Encargos setoriais		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.055)	(2.371)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(767.944)	(1.096.618)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(420.807)	-
Programa de Eficientização Energética - PEE	(38.420)	(52.187)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(37.442)	(20.876)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(16.529)	(10.439)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(35.542)	(34.294)
Encargos do consumidor - PROINFA	(38.125)	(22.750)
Encargos do Consumidor – CCRBT	(7.835)	(112.990)
Encargos - CBEE	(15.541)	-
Ministério de Minas e Energia - MME	(15.917)	(14.375)
Total	(7.359.484)	(6.879.301)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

23. Custos com energia elétrica

	Consolidado			
	MWh (*)		R\$	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Energia comprada para revenda				
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado – ACR	11.622.236	18.425.894	(3.038.954)	(2.885.806)
Energia adquirida contrato bilateral	4.961.401	8.250.065	(241.452)	(399.160)
Contratos por cotas de garantia física	5.646.633	13.512.788	(800.394)	(425.446)
Energia adquirida no ambiente livre – ACL	9.552.468	8.726.961	(1.083.255)	(1.380.055)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	736.068	1.311.853	(257.578)	(217.635)
Energia curto prazo - MRE	1.018.762	1.488.481	(8.501)	(18.346)
Energia curto prazo – PLD	748.204	699.745	52.143	(933.472)
PROINFA	484.372	784.173	(248.591)	(173.157)
Ressarcimento de energia	-	-	19.006	78.625
Encargos de energia de reserva – EER	-	-	(97.568)	(44.850)
Custos Variáveis do MCP	-	-	(1.071.872)	(1.492.169)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	804.090	815.750
Taxa CCEE	-	-	(72)	-
Total	34.770.144	53.199.960	(5.972.998)	(7.075.721)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica			(403.944)	(421.503)
Encargos de conexão			(54.672)	(38.579)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(13.834)	(13.982)
Encargo de serviço do sistema - ESS			(305.470)	(520.935)
Encargos de energia de reserva - EER			29	84.236
Créditos de PIS e COFINS			52.638	51.452
			(725.253)	(859.311)
			(6.698.251)	(7.935.032)

(*) Informações não auditadas.

24. Custos e despesas operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora	
	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Pessoal	(12.506)	(10.382)
Entidade de previdência privada	(222)	(204)
Material	(104)	(57)
Serviços de terceiros	(14.051)	(15.350)
Depreciação e amortização	(3.296)	(3.105)
Arrendamentos e alugueis	(172)	(320)
Tributos	(300)	(279)
Provisões líquidas - contingências	(688)	10.604
Outras (despesas)/receitas operacionais (a)	(76.737)	(2.746)
Total custos/despesas	(108.076)	(21.839)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Consolidado				
	2016			2015
	(Reapresentado)			(Reapresentado)
Custos/despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(431.516)	(163.126)	(262.536)	(857.178)
Administradores	-	-	(20.002)	(20.002)
Benefício pós emprego	(33)	-	57.342	57.309
Material	(68.974)	(5.382)	(6.643)	(80.999)
Combustível para produção de energia	(424.911)	-	-	(424.911)
Serviços de terceiros	(980.268)	(207.765)	(244.917)	(1.432.950)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica -TFSEE	(3.958)	-	-	(3.958)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFURH	(5.084)	-	-	(5.084)
Indenizações	(188)	(101)	(139.621)	(139.910)
Depreciação e amortização	(659.240)	-	(59.887)	(719.127)
Arrendamentos e aluguéis	(9.060)	(1.893)	(9.287)	(20.240)
Tributos	(2.378)	(337)	(8.817)	(11.532)
Provisões líquidas - PCLD	549	(53.960)	-	(53.411)
Perdas contas a receber/consumidores	-	(182.450)	-	(182.450)
Provisões líquidas - contingências	-	-	36.395	36.395
Multas regulatórias	(3.562)	-	-	(3.562)
Alienação/desativação de bens e direitos	(3.858)	-	-	(3.858)
Outras (despesas)/receitas operacionais (a)	(90.003)	(9.592)	(129.641)	(229.236)
Total custos/despesas	(2.682.484)	(624.606)	(787.614)	(4.094.704)
				(3.563.224)

(a) Impacto de R\$ 73.738 referente a diferença entre o valor contábil das investidas classificadas como mantidos para venda e o seu valor justo considerando as despesas de vendas, conforme descrito na nota 3.9.2.

Custo e despesa de pessoal

Pessoal	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Remunerações	(8.847)	(7.509)	(393.061)	(338.791)
Encargos sociais	(1.737)	(1.390)	(178.160)	(156.726)
Auxílio alimentação	-	-	(49.132)	(39.137)
Convênio assistencial e outros benefícios	(1.655)	(1.118)	(75.450)	(76.198)
Rescisões	-	-	(22.236)	(43.831)
Provisão para férias	-	-	(78.054)	(73.725)
Plano de saúde	(267)	(365)	(77.618)	(60.108)
Contencioso trabalhista	-	-	(21.450)	(16.555)
Participação nos resultados	-	-	(56.562)	(60.580)
Encerramento de ordem em curso	-	-	(3.385)	(3.255)
(-) Custos capitalizados no intangível	-	-	97.930	106.395
Total	(12.506)	(10.382)	(857.178)	(762.511)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

O Grupo mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

a) Depreciação e amortização

Depreciação e amortização	Consolidado	
	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Quota de depreciação e amortização no exercício	(733.026)	(702.764)
(-) Depreciação e Amortização transferida para ordens em curso	(193)	(205)
(-) Crédito PIS/COFINS	14.092	11.780
Depreciação e amortização residual no resultado	(719.127)	(691.189)

b) Outros custos e despesas operacionais

Outros custos e despesas operacionais	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Seguros	-	-	(22.494)	(18.675)
Doações e contribuições	(177)	(257)	(3.793)	(2.943)
Recuperação de despesa	-	-	21.096	18.506
Órgãos de classe do setor elétrico	-	-	(7.487)	(6.869)
Despesas de viagem	(330)	(235)	(18.216)	(15.721)
Consumo próprio e energia elétrica	-	-	(21.635)	(18.400)
Propaganda e publicidade	(559)	(651)	(9.887)	(12.666)
Indenização processos cíveis e fiscais	-	-	-	(145)
Multas ANEEL	-	-	(66.130)	(62.149)
Alimentação	-	(10)	(3.645)	(2.960)
Encerramento de ordem em curso	-	-	(273)	(259)
Multa por inadimplência	-	-	133.055	114.640
Violação de prazo	-	-	(2.818)	(2.276)
Perdas / alienação / desativação	-	-	(100.494)	(103.272)
Indenização Danos Elétricos	-	-	(6.777)	-
Estagiário/Bolsista	-	-	(6.375)	-
Provisão de desvalorização de investimentos (nota 3.8)	(73.738)	-	(73.738)	-
Eventos	(692)	-	(692)	-
Outros	(1.241)	(1.593)	(38.933)	(20.023)
Total	(76.737)	(2.746)	(229.236)	(133.212)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

25. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Renda de aplicações financeiras	28.549	25.802	227.065	237.496
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	-	-	96.823	100.749
Variações monetárias e cambiais (a)	289.084	66.731	2.682.173	1.928.548
Instrumentos financeiros derivativos	113.704	362.808	1.045.056	2.304.737
Atualização depósitos judiciais	4.174	3.464	30.452	35.653
Atualização do ativo financeiro setorial	-	-	22.374	99.197
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(2.773)	(1.032)	(22.459)	(13.502)
Outras receitas financeiras	10.027	11.978	85.304	41.744
Total	442.765	469.751	4.166.788	4.734.622

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Encargos de dívidas	(111.782)	(26.727)	(755.733)	(644.168)
Variações monetárias e cambiais (a)	(159.154)	(252.395)	(1.769.121)	(3.507.985)
Instrumentos financeiros derivativos	(291.027)	(213.223)	(2.452.657)	(1.065.023)
Obrigações pós-emprego	-	-	(83.147)	(68.123)
Atualização do passivo financeiro setorial	-	-	(3.506)	-
Atualização provisão para contingências	(714)	(1.277)	(94.539)	(107.911)
Outras despesas financeiras	(120.137)	(77.495)	(304.699)	(213.657)
Total	(682.814)	(571.117)	(5.463.402)	(5.606.867)
Resultado financeiro líquido	(240.049)	(101.766)	(1.296.614)	(872.245)

Resumo das variações monetárias e cambiais				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	129.930	(185.664)	901.507	(1.594.815)
Outros	-	-	11.545	15.378
Total líquido (a)	129.930	(185.664)	913.052	(1.579.437)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

26. Saldos e transações com partes relacionadas

As empresas do grupo mantêm operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	Ref.	Controladora					
		Ativo		Passivo		Resultado	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015
Controladas e Coligadas	(a)						
COELBA	(a)	130.044	6.603	-	-	1.320	1.314
CELPE	(a)	78	1.110	-	-	799	792
COSERN	(a)	13.102	-	-	-	258	255
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a)/(b)	2.271	66	127.624	-	1.043	875
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.	(a)	1.584	7.216	-	-	-	-
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a)	31.484	30.218	-	-	-	-
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a)	-	13.241	-	-	-	-
GERAÇÃO CIII S.A.	(a)	43.988	49.656	-	-	-	-
RIO PCH I S.A.	(a)	-	17.755	-	-	-	-
BAHIA PCH I S.A.	(a)	-	43.869	-	-	-	-
SE NARANDIBA S.A.	(a)	20.820	19.384	-	-	-	-
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a)	10.986	7.660	-	-	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.	(a)	-	1.574	-	-	-	-
NC ENERGIA S.A.	(a)	54.641	60.574	-	-	521	478
NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA	(a)	(882)	3.201	-	-	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a)	-	660	-	-	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a)	-	2.636	-	-	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	(a)	437	437	-	-	286	230
FORÇA EÓLICA DO BRASIL I S/A	(a)	10.255	5.543	-	-	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL II S/A	(a)	6.583	-	-	-	-	-
		325.392	271.403	127.624	-	4.227	3.945
Controladores							
PREVI - CAIXA DE PREV. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	(a)	-	-	85.332	47.505	-	-
IBERDROLA ENERGIA S/A	(a)/(c)/(d)	-	-	939.779	846.763	(86.313)	(64.935)
BB - BANCO INVESTIMENTO S/A	(a)	-	-	45.986	25.600	-	-
Fundo Mútuo Inv. em Ações Cart. Liv. - BB Carteira Livre I	(a)	-	-	102.695	57.170	-	-
		-	-	1.173.792	977.038	(86.313)	(64.935)
TOTAL		325.392	271.403	1.301.416	977.038	(82.086)	(60.990)
CIRCULANTE		4.565	309	511.250	213.565	-	-
NÃO CIRCULANTE		320.827	271.094	790.166	763.473	-	-

(a) Dividendos e juros sobre capital próprio.

(b) Contrato de mútuo conforme descrito na nota 20.

(c) Contas a pagar com a Iberdrola decorrente da compra de participação das ações de Coelba e Cosern, conforme descrito na nota 20.

(d) Encargos financeiros sobre contrato com a Iberdrola decorrente da compra de participação das ações de Coelba e Cosern, conforme descrito na nota 20.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

		Consolidado					
		Ativo		Passivo		Resultado	
Ref.		2016	2015	2016	2015	2016	2015
Controle Conjunto							
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a)/(c)/(d)	12.941	5.230	5.369	7.664	18.333	39.827
BAHIA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.		-	29	-	-	-	-
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELESPIRES	(a)/(d)	132	9.556	8.543	-	68.267	52.182
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(a)/(d)	1.848	4	19.051	-	124.371	-
FE PARTICIPAÇÕES S/A	(a)/(d)	30.010	82	5.737	-	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	(a)/(d)	-	1.500	-	437	-	(232)
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)/(d)	1.604	128	5.667	-	982	1.215
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)/(d)	2.296	164	5.521	-	1.153	1.421
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)/(d)	759	117	93	-	506	451
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)/(d)	2.396	183	107	-	631	745
CAETITÊ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)/(d)	1.754	53	3.673	142	968	(550)
TELES PIRES ENERGIA EFICIENTE S/A	(a)/(d)	-	4	-	-	0	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL II S/A	(a)/(d)	6.583	21	17.491	-	-	-
CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)/(d)	30.262	3	56	-	-	-
NORTE ENERGIA S.A.	(a)/	-	-	21.260	-	82.178	-
SANTANA 1	(a)/(d)	933	-	-	-	-	-
SANTANA 2	(a)/(d)	1.017	-	-	-	-	-
		92.535	17.074	92.568	8.243	297.389	95.059
Coligadas							
AMARA BRASIL	(g)	-	736	1.688	-	10.222	10.374
CELPOS/FAELBA/FASERN	(e)	43.118	133.154	130.994	-	45.361	42.318
		43.118	133.890	132.682	-	55.583	52.692
Controladores							
PREVI - CAIXA DE PREV. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	(c)	-	-	87.923	48.089	-	-
IBERDROLA ENERGIA S/A	(c)/(f)	-	47.881	983.268	902.445	(197.719)	(152.758)
BB - BANCO INVESTIMENTO S/A	(b)/©	382.370	1.141.960	706.284	720.177	(53.413)	(24.469)
Fundo Mútuo Inv. em Ações Cart. Liv. - BB Carteira Livre I	(c)	-	-	102.695	57.170	-	-
OUTROS MINORITÁRIOS	(c)	7	-	11.994	4.125	-	-
		382.377	1.189.841	1.892.164	1.732.006	(251.132)	(177.227)

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

- Contratos de suprimento de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão (CUST), Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo.
- Encargos financeiros sobre contratos de empréstimo obtidos junto ao Banco do Brasil S.A controlador do acionista BB – Banco de investimento S.A.
- Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.
- Contrato de aplicação em Títulos e Valores Mobiliários – BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.
- Empréstimos contratados junto ao Banco do Brasil S.A controlador do acionista BB – Banco de

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Investimento S.A e os valores devidos de benefício pós-emprego à Celpos.

(f) Encargos financeiros sobre contrato com a Iberdrola decorrente da compra de participação das ações de Coelba e Cosern, conforme descrito na nota 20.

(g) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado.

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28

A Companhia e suas controladas aplicam parte de seus recursos financeiros no Fundo BB Polo 28, fundo este restrito as empresas do Grupo Neoenergia, que tem como objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI e que sejam adequados à política de aplicações de recursos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, parte dos ativos do Fundo BB Polo 28 são representados por debêntures emitidas por empresa do grupo.

Remuneração da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é de R\$11.106 (R\$ 8.818 em 31 de dezembro de 2015) e para as controladas de R\$ 21.931 (R\$ 21.594 em 31 de dezembro de 2015) e referem-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os Benefícios de Curto Prazo, os Benefícios de Longo Prazo e as verbas decorrentes das rescisões contratuais.

Observado o regime de caixa, a controladora e suas controladas através das AGOs realizadas em abril de 2016 aprovaram o montante de até R\$ 9.442 (Controladora) e R\$ 16.222 (controladas) de remuneração global anual aos administradores, para o exercício de 2016. Observado também o critério de caixa, o valor realizado até dezembro é de R\$ 9.989 (controladora) e R\$ 22.847 (controladas), dos quais o valor relativo a indenizações por rescisões contratuais representam R\$ 610 (controladora) e R\$ 7.490 (controladas) que pela natureza não remuneratória e sim indenizatória, não foram computados no montante da remuneração global anual aprovada pela AGO.

27. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros do Grupo segue o proposto em sua Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, e demais normativos.

Dentre as diretrizes previstas na Política e nos demais normativos estão: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira, buscar o financiamento dos investimentos junto a bancos de fomento, alongamento de prazos, evitar concentração de vencimentos e diversificar tanto instrumentos financeiros quanto contrapartes.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito único a proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

O Grupo está exposto a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado (risco cambial, risco de taxa de juros e de índice de preços, dentre outros), de crédito e de liquidez.

b) Gestão do capital

O Grupo administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

O Grupo, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2016, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial e parte dos desembolsos atrelados ao dólar americano.

A demonstração dos montantes expostos à variação cambial, assim como a sua segregação por moeda, é apresentada no quadro do item "f" (Informações complementares sobre os instrumentos derivativos).

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI, possui derivativos e utiliza swap de taxas de juros e índices para CDI. Ainda assim, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A posição dos derivativos segregada por taxas de juros ou outros indexadores da dívida está demonstrada no quadro do item "f" (Informações complementares sobre os instrumentos derivativos)

Risco de preços de energia

Os contratos de compra e venda de energia elétrica, especialmente nas atividades da Comercializadora são firmados para o curto e para longo prazo. Desta forma, a Companhia fica

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

exposta a variações de preços de energia - em especial do PLD, Preço de Liquidação das Diferenças - para atender a estes compromissos, o que incluir ainda o risco de preços entre os submercados, o que pode afetar de forma negativa seus resultados operacionais e sua condição financeira.

O Grupo possui uma política de gestão de risco e uma política de compra e venda de energia que definem as diretrizes e processos para controle e mitigação destes riscos.

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade das Companhias não honrarem com seus compromissos no vencimento. A política financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Adicionalmente, o Grupo negociou a contratação em janeiro de 2017 de um standby credit facility de R\$ 600.000 junto a instituições financeiras como estratégia de liquidez.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2016, a Controladora e suas Controladas mantinham um total de aplicações no curto prazo de R\$1.383.338, sendo R\$1.110.712 em fundos exclusivos e R\$272.626 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis das controladas do Grupo, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	2016						Acima de 5 anos
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2017	2018	2019	2020	2021
Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	9.573.795	11.914.000	3.688.058	3.864.397	1.439.741	1.030.495	679.782
Debêntures	2.387.126	3.186.755	637.768	766.279	1.149.644	257.888	296.420
Fornecedores	1.925.812	2.154.546	1.918.502	154.813	-	-	-
Passivos financeiros derivativos							
Swap cambial e de taxa de juros	(613.914)	(749.011)	(65.631)	(600.973)	(15.784)	(48.103)	(46.647)

e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade das Companhias do Grupo incorrerem em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das empresas do Grupo virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados nos negócios de distribuição, transmissão, geração e comercialização.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber e realiza periodicamente diversas ações de cobrança,

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, o Grupo segue as disposições da sua política de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento periódico da exposição com cada contraparte e de sua qualidade de crédito.

As posições de derivativos por contraparte estão demonstradas no item f (Informações complementares sobre os instrumentos derivativos)

O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou S&P para as principais instituições financeiras com as quais o Grupo mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2016.

<u>Ratings de longo prazo em escala nacional¹</u>	<u>Moody's</u>	<u>S&P</u>
Banco ABC	Aa2	AA-
Banco do Brasil	Aa1	
BNP Paribas		AA-
Bradesco	Aa1	AA-
Caixa Econômica Federal	Aa1	AA-
Citibank		AA-
Itaú	A1	AA-
Mizuho	Aaa	
Safr	Aa1	AA-
Santander	Aaa	AA-
Tokyo-Mitsubishi		AA-
Votorantim	Aa3	A+

¹ Bank of America, HSBC e JP Morgan possuem ratings apenas em escala global

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros consolidados pelo Grupo. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	380.935	138.878
Títulos e valores mobiliários	1.012.660	2.458.744
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	3.029.785	4.027.202
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	419.226	356.810

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	17.586	284.931
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	68.529	4.506
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público - Indenização	4.877.323	3.781.246

f) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os principais instrumentos utilizados são swaps e Non-deliverable Forwards (NDF).

Transações de derivativos que não são qualificados como hedge accounting são apresentados como hedge econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um hedge accounting efetivo. A Companhia documenta no início da operação de hedge accounting, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado.

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, valor justo, data de contratação, data de vencimento, contraparte e o índice objeto de hedge.

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar: com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para o Real as dívidas e empréstimos denominados em Dólar. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em Real atrelado ao CDI e posição ativa em Dólar atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor). Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge accounting e mensurado a valor justo por meio de resultado.

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro: com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para o Real as dívidas e empréstimos denominados em Euro. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em Real atrelado ao CDI e posição ativa em Euro atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor). Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge accounting e mensurado a valor justo por meio de resultado.

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA: com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em Real atrelados ao IPCA. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge accounting e mensurado a valor justo por meio de resultado.

Programa de hedge para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (Non-deliverable forwards) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa, quando implementado, é classificado como hedge de fluxo de caixa e também sujeito aos critérios contábeis de hedge accounting.

Em 31 de dezembro de 2016 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos. As posições da carteira de derivativos descrita neste documento não tiveram custo inicial associado.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

					Valores de Referência					
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo	
					2016	2015	2016	2015	2016	2015
Contratos de swaps:										
Neoennergia										
Swap	Banco Bradesco	28/10/16	30/04/18	US\$ + 4,8120% a.a. 128,97% CDI	509	29.874	1.151		204.335	151.587
Ativa									(205.764)	(91.169)
Passiva									4	-
Risco de crédito									(1.425)	60.418
Swap	Banco Safra	05/10/16	03/10/17	US\$ + 4,6932% a.a. 124,9% CDI	(838)	56.890	(1.892)		102.335	217.893
Ativa									(103.725)	(134.687)
Passiva									1	-
Risco de crédito									(1.389)	83.206
Swap	Banco Santander	05/01/16	06/01/17	USD + 4,364% a.a. 105% CDI	(13.117)		(29.633)		84.731	-
Ativa									(114.436)	-
Passiva									(318)	-
Risco de crédito									(30.023)	-
Swap	Bank of America Merrill Lynch	06/10/16	11/10/19	US\$ + (Libor + 2,3125% a.a.) 125,95% CDI	(1.188)		(2.684)		133.261	-
Ativa									(134.292)	(11)
Passiva									(1.042)	-
Risco de crédito									-	-
Swap	Banco Citibank	29/08/14	29/08/16	(USD LIBOR 6M + 0,725% a.a.) 1.1764 102,89% do CDI	-	72.794	-		-	284.274
Ativa									-	(172.654)
Passiva									-	-
Risco de crédito									-	111.620
Total									(33.879)	255.244
Coelba										
Swap	Bank of America Merrill Lynch / BNP Paribas / JP Morgan	22/06/2010 / 26/08/2010 / 10/12/2010 / 14/05/2014	26/12/2018	USD 6M LIBOR + 1,50 %a.a. 102,60% do CDI	USD 150.012	USD 150.000	R\$ 89.069	R\$ 399.495	489.291	172.703
Ativa									(399.912)	(633)
Passiva									(66)	-
Risco de Crédito									89.313	172.170
Swap	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	114,29% * (USD Libor 3M+0,80% a.a) CDI + 0,60% a.a.	USD 50.042	USD 50.000	R\$ 58.440	R\$ 104.005	161.463	84.614
Ativa									(104.672)	(650)
Passiva									198	-
Risco de Crédito									56.989	84.064
Swap	Bank of America Merrill Lynch	13/11/12 / 16/11/12 / 19/11/12 / 05/12/13	14/06/2018 20/12/2018	117,65% * (USD Libor 3M+1,70% a.a) CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a. / 106% do CDI	USD 210.159	USD 209.900	R\$ 243.292	R\$ 439.032	686.077	369.297
Ativa									(441.798)	(1.850)
Passiva									1.320	-
Risco de Crédito									245.599	367.447
Swap	Banco Citibank	22/11/2013 / 27/03/2015	03/12/2018 / 15/03/2018	17,65%*(USD Libor 3M+0,970% a.a) / 117,65%*(USD Libor 6M+1,8% a.a 104,5% do CDI / 106,9% do CDI	USD 128.392	USD 128.000	R\$ 90.081	R\$ 322.540	416.467	159.932
Ativa									(328.586)	(4.639)
Passiva									(42)	-
Risco de Crédito									87.839	155.293
Swap	Banco JP Morgan	03/12/13	17/12/18	3,4588% a.a. 105% do CDI	USD 24.530	USD 24.500	R\$ 21.588	R\$ 58.065	80.172	35.438
Ativa									(58.375)	(183)
Passiva									6	-
Risco de Crédito									21.803	35.255
Swap	Banco Itaú Unibanco	18/12/2014 / 19/12/2014 / 24/10/2016 / 29/12/2016	18/12/2017 - 25/04/2017 - 03/01/2020	3,65% a.a. - 2,0353%a.a. - 5,47%a.a. 111% CDI - 121,90% CDI - 128,30% CDI	USD 107.731	USD 73.127	R\$ 37.078	R\$ 200.000	355.655	77.951
Ativa									(319.193)	(734)
Passiva									(311)	-
Risco de Crédito									36.151	77.217
Swap	BNP Paribas	16/01/2015	22/01/2018	1,9235% a.a. 105,2% do CDI	EUR 75.552	EUR 75.000	R\$ 18.753	R\$ 226.953	262.630	78.865
Ativa									(241.132)	(11.685)
Passiva									(47)	-
Risco de Crédito									21.451	67.180
Swap	Bank of America Merrill Lynch	28/07/2015	30/07/2018	2,1414862675% a.a. 101,4% do CDI	USD 37.699	USD 37.700	(R\$ 9.856)	R\$ 125.701	124.049	18.099
Ativa									(132.908)	(5.958)
Passiva									(6)	-
Risco de Crédito									(8.865)	12.141
Swap	Banco ABC	01/09/2016	01/03/2017	3,12% a.a. 120% do CDI	USD 6.180	USD 0	R\$ 119	R\$ 0	20.112	-
Ativa									(20.024)	-
Passiva										-
Risco de Crédito									88	-
Swap	Goldman Sachs	15/10/2016	15/10/2021	IPCA + 6,7548% 103,2% do CDI	USD 0	USD 0	(R\$ 554)	R\$ 0	96.752	-
Ativa									(101.590)	-
Passiva									(4)	-
Risco de Crédito									(4.842)	-
Total									545.526	970.767

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

					Valores de Referência					
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo	
					2016	2015	2016	2015	2016	2015
Contratos de swaps:										
Celpa										
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a 72,5% do CDI	EUR 231	EUR 242	799 610	1.124 659	904 (610)	1.204 624
									2	-
									296	580
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a 92% do CDI	EUR 0	EUR 240	- -	2.061 1.347	- -	940 723
									-	-
									-	217
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Citibank	03/12/13	03/12/18	USD + 1,1765*(Libor 3M + 0,97% a.a.) 104,5% do CDI	USD 17.020	USD 17.018	55.495 39.496	67.611 39.482	55.032 (39.496)	63.778 39.510
									(7)	-
									15.529	24.268
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Citibank	29/08/14	29/08/18	USD + 1,1765*(Libor 3M + 0,989% a.a.) 107,34% do CDI	USD 24.183	USD 24.173	78.846 55.694	96.041 55.650	77.891 (55.694)	89.787 55.686
									(23)	-
									22.174	34.101
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Santander	05/02/16	07/08/17	USD + 5,8111% 124,80% do CDI	USD 39.070	USD 48.751	129.497 160.129	193.187 141.040	129.545 (160.131)	194.221 146.407
									(304)	-
									(30.890)	47.814
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Santander	09/02/15	09/02/17	USD + 3,2885% a.a. 110,4% do CDI	USD 23.781	USD 23.929	78.246 68.788	94.528 66.314	77.936 (68.789)	92.802 68.836
									(44)	-
									9.103	23.966
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Itaú	09/02/15	09/02/17	USD + 3,2655% a.a. 108,8% do CDI	USD 23.809	USD 23.975	78.296 68.732	94.617 66.317	78.001 (68.732)	93.077 68.779
									(45)	-
									9.224	24.298
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Itaú	05/02/16	07/08/17	USD + 3,5650% a.a. 124,80% do CDI	USD 25.533	-	84.037 106.753	- -	84.392 (106.753)	- -
									(222)	-
									(22.583)	-
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	HSBC	09/04/15	09/04/18	USD+1,1765*(Libor 3M + 1,4% a.a.) 107,40% do CDI	USD 43.867	USD 43.837	143.162 144.311	175.888 144.610	142.543 (144.311)	166.016 144.489
									5	-
									(1.763)	21.527
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Itaú	08/09/16	06/09/19	USD + 5,0400% a.a. 125,00% do CDI	USD 27.808	-	91.834 94.650	- -	95.022 (94.650)	- -
									-	-
									372	-
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	ABC	01/09/16	01/03/17	USD + 4,1300% a.a. 120,00% do CDI	USD 6.194	-	20.143 20.024	- -	20.112 (20.024)	- -
									-	-
									88	-
Total									1.550	176.771
Coserm										
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Bank Of American	08/04/2011	06/05/2016	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a. 107,85% do CDI	USD 0	USD 5.599	R\$ 0	R\$ 21.865	-	37.634 (15.757)
									-	21.877
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Citibank	03/12/2013	03/12/2018	117,65% * (USD Libor 3M+0,97% a.a.) CDI - 104,5% a.a.	USD 24.545	USD 34.517	R\$ 79.995	R\$ 134.783	275.160 (197.478)	318.303 (197.548)
									(36)	-
									77.646	120.795
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Itaú	03/12/2014	01/12/2017	USD 6M LIBOR + 2,89% a.a. 111 % do CDI	USD 1.646	USD 2.671	R\$ 5.366	R\$ 10.430	25.499 (20.238)	29.758 (20.246)
									(44)	-
									5.217	9.512
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Itaú	09/03/2015	06/03/2017	USD + 3,6120% a.a. 106,35 % do CDI	USD 944	USD 4.117	R\$ 3.075	R\$ 16.075	65.621 (62.697)	78.698 (62.704)
									(5)	-
									2.919	15.994
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Itaú	11/03/2015	11/09/2017	USD + 3,4117% a.a. 107,71 % do CDI	USD 208	USD 3.374	R\$ 677	R\$ 13.176	63.213 (62.591)	74.680 (62.633)
									(1)	-
									621	12.027
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Itaú	11/03/2015	11/09/2017	USD + 4,9294% a.a. 117,98% do CDI	(USD 2.309)	USD 275	(R\$ 7.725)	R\$ 1.075	44.077 (50.755)	49.695 (50.686)
									(61)	-
									(6.739)	(991)
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Itaú	11/03/2015	11/09/2017	USD + 4,9412% a.a. 118% do CDI	(USD 2.502)	USD 288	(R\$ 8.154)	R\$ 1.124	43.440 (50.756)	49.695 (50.623)
									(87)	-
									(7.403)	(928)
Total									72.261	178.246

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo	
					Moeda Estrangeira		Moeda Local			
					2016	2015	2016	2015	2016	2015
Contratos de swaps:										
Itapevi										
Swap Ativa Passiva Risco de crédito	Banco Safra	24/04/15	24/04/17	USD + 3,8473% a.a. 106,16% CDI	USD 12.359	USD 11.906	BRL 40.280 BRL 44.439	R\$ 46.490	40.187 (44.439) 11 (4.241)	46.142 (38.550) 7.592
Swap Ativa Passiva	Itaú	17/03/15	06/03/17	USD + 2,90% a.a. 108,5% CDI	USD 9.793	USD 9.519	BRL 31.917 BRL 38.391	R\$ 37.169	31.798 (38.391) (1) (6.593)	36.986 (33.405) 3.581
Swap Ativa Passiva Risco de crédito	Mizuho	09/11/15	09/11/18	USD + 2,8057% a.a. 99,90% CDI	USD 26.105	USD 26.105	BRL 85.082 BRL 100.274	R\$ 101.936	85.832 (100.274) (131) (14.573)	100.000 (100.377) 3.581
Total									(25.408)	10.796
Termopernambuco										
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	USD +2,95% a.a. 2013 a 2014 / USD +3,20% 2015 a 2017 110% CDI	USD 14.189	USD 58.906	BRL 46.244 BRL 108.132		126.292 (80.299) 380 46.373	227.415 (121.885) 105.530
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Santander	15/12/13	15/12/21	IPCA+7,15% a.a. 106,64% CDI			BRL 30.068 BRL 20.918		159.617 (121.826) (397) 37.994	122.504 (121.852) 652
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Santander	08/01/16	06/01/17	USD + 4,35% a.a. 105,00% do CDI	(USD 4.548)		BRL 14.822		42.360 (57.220) (159) (15.019)	- - -
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	00/01/1900	00/01/00	00/01/00						-	-
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	00/01/1900	00/01/00	00/01/00						-	-
Total									68.748	106.182
NC Energia										
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito	Banco Safra	25/11/15	15/12/25	IPCA + 7,8910% a.a. 110,75% CDI	USD 31.205		BRL 32.144 -BRL 31.287		34.385 (31.439) 12 2.958	- - -
Total									2.958	-
Energyworks										
Swap Ativa Passiva Risco de Crédito				USD + 3,1412 %a.a. 114% do CDI	USD 10.210		BRL 33.276 -BRL 46.306		33.262 (46.306) (140) (13.184)	- - -
Total									(13.184)	-
Total Swap									618.573	1.698.006

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

					Valores de Referência						
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		
					2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Contrato a Termo:											
Neoenergia											
NDF	Itau BBA	06/06/2014	01/07/2016	Fixing EUR/BRL 3,7594				R\$ 25.871	-	(25.871)	
Comprada									-		
Vendida										(25.871)	
NDF	Banco HSBC	16/07/2014	01/07/2016	Fixing USD/BRL 2,6495					-	-	
Comprada									-	9.105	
Vendida										(9.105)	
NDF								R\$ 9.105	-	-	
Comprada									-		
Vendida											
										-	-
Total										-	(34.976)
Termopernambuco											
NDF	Bradesco	04/03/2016	02/01/2017	Fixing USD/BRL 4,1160		USD 7400	BRL 30.458	(30.458)	(29.369)		
Comprada								24.124	23.907		
Vendida										(30)	(49)
Risco de crédito								(6.364)	(5.413)		
NDF	Bradesco	14/06/2016	15/02/2017	Fixing USD/BRL 3,7114		USD 3700	BRL 13.732	(13.732)			
Comprada								12.206			
Vendida									(3)		
Risco de crédito								(1.529)	-		
NDF	Bradesco	09/05/2016	02/03/2017	Fixing USD/BRL 3,8365		USD 6062	BRL 23.256	(23.256)			
Comprada								20.090			
Vendida									(14)		
Risco de crédito								(3.180)	-		
NDF	Bradesco	14/06/2016	07/03/2017	Fixing USD/BRL 3,7296		USD 3000	BRL 11.189	(11.189)			
Comprada								9.950			
Vendida									(2)		
Risco de crédito								(1.241)	-		
NDF	Bradesco	14/06/2016	15/03/2017	Fixing USD/BRL 3,7400		USD 3500	BRL 13.090	(13.090)			
Comprada								11.637			
Vendida									(3)		
Risco de crédito								(1.456)	-		
NDF	Bradesco	14/06/2016	04/04/2017	Fixing USD/BRL 3,7600		USD 2800	BRL 10.528	(10.528)			
Comprada								9.367			
Vendida									(3)		
Risco de crédito								(1.164)	-		
NDF	Bradesco	14/06/2016	17/04/2017	Fixing USD/BRL 3,7705		USD 3900	BRL 14.705	(14.705)			
Comprada								13.089			
Vendida									(3)		
Risco de crédito								(1.619)	-		
NDF	Bradesco	14/06/2016	05/05/2017	Fixing USD/BRL 3,7890		USD 3100	BRL 11.746	(11.744)			
Comprada								10.458			
Vendida									(2)		
Risco de crédito								(1.288)	-		
NDF											
Total										(17.841)	(5.413)
Total NDF										(17.841)	(40.369)
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda										13.184	

g) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo / Nocional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida	Dolar(\$)	Alta do Dólar	3,2591	(4.487.878)	(70.874)	(88.592)	(106.311)
Derivativos		Queda do Dólar		648.394	(35.940)	(56.384)	(76.828)
Exposição Líquida					(106.814)	(144.976)	(183.139)
Dívida	Euro(€)	Alta do Euro	3,4384	(260.302)	(4.247)	(5.309)	(6.371)
Derivativos		Queda do Euro		18.941	(3.225)	(4.476)	(5.727)
Exposição Líquida					(7.473)	(9.785)	(12.098)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado do Grupo no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo / Nocional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,6%	1.662.278	(54.736)	(41.711)	(28.149)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,6%	(3.419.440)	(126.446)	(156.029)	(184.893)
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	13,6%	1.041.314	(26.558)	(78.111)	(128.974)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,5%	(2.289.336)	(54.994)	(65.725)	(76.457)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta da IPCA	9,4%	(410.522)	(13.846)	(15.407)	(16.951)
Dívida em Selic	SELIC	Alta da SELIC	13,7%	(380.690)	(14.825)	(17.761)	(20.634)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

h) Mensuração do Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia que estão a valor justo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

		2016		2015	
	Nível (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimos e recebíveis		3.532.181	3.532.181	3.675.829	3.675.829
Contas a receber de clientes e outros	2	3.025.334	3.025.334	3.034.088	3.034.088
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	3	419.226	419.226	356.810	356.810
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	3	87.621	87.621	284.931	284.931
Mantidos até o vencimento		68.529	68.529	4.506	4.506
Títulos e valores mobiliários	2	68.529	68.529	4.506	4.506
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		2.232.321	2.232.321	4.324.364	4.324.364
Caixa e equivalentes de caixa	1	380.935	380.935	138.878	138.878
Títulos e valores mobiliários	2	1.012.660	1.012.660	2.458.744	2.458.744
Swap cambial e de taxa de juros	2	838.726	838.726	1.726.742	1.726.742
Disponível para venda		5.859.028	5.859.028	3.781.246	3.781.246
Concessão do Serviço Público - Indenização	3	4.877.323	4.877.323	3.781.246	3.781.246
Ativos classificados como mantidos para venda	2	981.705	981.705	-	-
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		9.045.078	9.045.078	8.484.241	8.484.241
Fornecedores	2	1.925.812	1.925.812	2.487.369	2.487.369
Empréstimos e financiamentos	2	4.820.690	4.820.690	4.758.238	4.758.238
Debêntures	2	2.141.994	2.141.994	1.238.634	1.238.634
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	2	8.256	8.256	-	-
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	3	148.326	148.326	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		5.556.698	5.556.698	6.466.088	6.466.088
Empréstimos e financiamentos	2	4.753.105	4.753.105	5.520.561	5.520.561
Debêntures	2	245.132	245.132	871.736	871.736
Swap cambial e de taxa de juros	2	224.812	224.812	73.791	73.791
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	2	333.649	333.649	-	-

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

A Administração do Grupo entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do swap.

O Grupo entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$ 212.328 (R\$ 281.678) em 2015), assim como as principais metodologias utilizadas, estão divulgadas na nota 12.

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue (*):

	Vigência	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Coelba	2018 até 2030	3.765.432	4.059.763	4.474.635	4.945.635	5.448.337	72.098.096
Celpe	2018 até 2030	2.797.733	2.987.167	3.342.408	3.647.040	3.976.643	47.774.519
Cosern	2018 até 2030	1.093.118	1.133.619	1.204.777	1.321.868	1.444.157	18.613.982

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

(*) informações não auditadas

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2016, e foram homologados pela ANEEL.

As distribuidoras do grupo efetuaram uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

29. Obrigações de benefícios de aposentadoria

As distribuidoras do Grupo patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica e odontológica, para seus empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais.

Planos de Benefícios Previdenciários

a) Coelba

A Coelba é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar – FAELBA, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 – (Plano CD – FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 – (Plano BD).

O Plano nº 1 – FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos. O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O FAELFLEX ainda confere aos participantes, benefício de reposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o FAELFLEX também é escopo de cálculos atuariais.

O Plano nº 2 – BD (benefício definido) é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

b) Cosern

A Cosern é patrocinadora da FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à constituição de reservas para cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumuladas desde

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN - Regulamento 001 (Benefício Definido) eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da Companhia.

Em 1999, a FASERN implantou o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001, de Contribuição Definida, ao qual estão vinculados todos os empregados ativos. Este plano proporciona aos seus participantes ativos benefícios relacionados à possibilidade de ocorrência de invalidez e morte durante a vida laborativa, classificados como benefícios de risco, totalmente custeados pela Companhia e pelos participantes autopatrocinados. Por suas características, este plano não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

c) Celpe

O Plano nº 1 - CELPOS CD tem características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada, e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez. Por suas características de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

O Plano nº 2 - CELPOS BD com características de benefício definido, eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes. Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Celpe firmou com a Celpos, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores desse passivo da Celpe estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	17.521	16.273	104.654	113.322
	17.521	16.273	104.654	113.322
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	120.949	78.965
Desligados – Planos de demissão voluntário (PDV)	2	8	(15)	23
	2	8	120.934	78.988
	17.523	16.281	225.588	192.310

Deliberação CVM nº 695 – CPC 33 – Benefícios a empregados

A Deliberação CVM nº 695/12 de 13 de dezembro de 2012 em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Avaliação atuarial dos planos previdenciários e assistencial

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos de avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovados pela Administração do Grupo.

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2016 e 2015 foram:

	FAELBA					
	Nº 01 - CD		Nº 02 - BD		Plano de Saúde Pós Emprego	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%	Não aplicável	Não aplicável
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,08%	7,10%	7,10%	7,10%	Não aplicável	Não aplicável
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	5,50%	5,50%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço +1)	0,15 / (tempo de serviço +1)	Nula	Nula	0,15 / (tempo de serviço +1)	0,15 / (tempo de serviço +1)
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98	Não aplicável	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic	AT - 2000 Basic	AT - 2000 Basic
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 masculina	AT-83 masculina	AT-83 segregada por sexo	AT-83 segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	100% na data da aposentadoria normal	100% na data da aposentadoria normal	56 anos, conforme experiência COELBA	56 anos, conforme experiência COELBA

	CELPOS			
	Plano BD		Plano CD	
	2016	2015	2016	2015
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,08%	7,08%	7,08%	7,08%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	5,50%	5,50%
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Masculina	AT-2000 Masculina	AT-2000 Masculina	AT-2000 Masculina
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-Fraca	Ligth-Fraca	Ligth-Fraca	Ligth-Fraca
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	100% na data da aposentadoria normal	100% na data da aposentadoria normal

	FASERN			
	Nº 01 - CD		Nº 02 - BD	
	2016	2015	2016	2015
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,83%	13,15%	13,83%	13,15%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,08%	7,08%	Não aplicável	Não aplicável
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%	AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 segregada por sexo, suavizada em 10%	AT-83 segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-média	Ligth-média	Não aplicável	Não aplicável

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2016 e 2015 foram:

Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas	FAELBA					
	Plano de benefícios previdenciários 02		Plano Misto de benefícios previdenciários nº 01		Plano de Assistência Médica	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Valor presete das obrigações de benefício definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	320.460.175	277.944.188	9.429.647	6.404.754	598.478.473	396.957.185
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	295.784.487	239.236.524	8.938.476	5.826.812	535.808.270	318.749.872
% de impacto na Obrigação de Benefício Definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	4,16%	8,05%	2,75%	4,59%	5,52%	12,09%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-3,66%	-7,00%	-2,60%	-4,49%	-5,53%	-9,99%
Impacto na Duration média da Obrigação de Benefício Definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	8,15	7,74	5,43	4,87	10,74	11,42
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	7,88	7,25	5,27	4,59	11,39	10,52
Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas	CELPOS					
	Plano de benefícios previdenciários 04		Plano Misto I Benefícios da Celpos			
	2016	2015	2016	2015		
Valor presete das obrigações de benefício definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	960.767.700	846.174.403	1.778.300	1.387.248		
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	882.837.224	723.038.117	1.698.781	1.272.010		
% de impacto na Obrigação de Benefício Definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	4,40%	8,47%	2,34%	4,54%		
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-4,07%	-7,31%	-2,23%	-4,14%		
Impacto na Duration média da Obrigação de Benefício Definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	8,61	8,13	4,63	4,44		
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	8,31	7,59	4,52	4,23		
Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas	FASERN					
	Plano de benefícios previdenciários 01		Plano Misto de benefícios previdenciários nº 01			
	2016	2015	2016	2015		
Valor presete das obrigações de benefício definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	81.288.846	73.580.150	1.348.947	1.104.825		
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	75.245.183	63.614.783	1.287.936	1.014.368		
% de impacto na Obrigação de Benefício Definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	4,01%	7,80%	2,37%	4,48%		
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-3,73%	-6,80%	-2,26%	-4,07%		
Impacto na Duration média da Obrigação de Benefício Definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	7,85	7,51	4,69	4,38		
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	7,60	7,04	4,57	4,16		

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de plano de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	FAELBA				
	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Benefícios de aposentadoria – BD	1.516	1.447	4.104	7.109	14.176
Benefícios de aposentadoria – CD	31.180	30.198	87.242	131.567	280.187
Benefícios de saúde pós-emprego	35.859	38.500	132.926	288.813	496.098

	CELPOS				
	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Benefícios de aposentadoria – BD	85.510	84.996	240.451	390.073	801.030
Benefícios de aposentadoria – CD	303	286	870	1.504	2.963

	FASERN				
	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Benefícios de aposentadoria – BD	6.122	14.095	29.166	33.862	83.245
Benefícios de aposentadoria – CD	233	458	1.111	1.083	2.885

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente relacionado aos planos previdenciários e assistencial:

	Consolidado	
	2016	2015
Valor reconhecido no balanço patrimonial		
Benefícios de previdência - CD	(3.285)	(594)
Benefícios de previdência - BD	(224.523)	(201.102)
Benefícios de saúde pós-emprego	(567.196)	(451.383)
Destinação de reserva especial com reversão de valores ao patrocinador	25.862	24.539
	(769.142)	(628.540)
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado		
Benefícios de previdência – CD	(63)	(206)
Benefícios de previdência – BD	(23.521)	(31.060)
Benefícios de saúde pós-emprego	(12.252)	(18.460)
	(35.836)	(49.726)
Redimensionamentos atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício		
Benefícios de previdência – CD	(3.245)	(283)
Benefícios de previdência – BD	(39.087)	47.595
Benefícios de saúde pós-emprego	(90.396)	(31.760)
	(132.728)	15.552

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós Emprego	
	CD		BD		2016	2015
	2016	2015	2016	2015		
Custo do serviço corrente	(138)	(175)	457	(498)	(1.209)	(2.846)
Custo dos juros	75	(31)	(24.739)	(30.872)	(13.460)	(15.614)
Total incluído na receita	(63)	(206)	(24.282)	(31.370)	(14.669)	(18.460)

A mutação das obrigações de benefícios pós emprego em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Plano de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós
	CD	BD	Emprego
Em 31 de dezembro de 2015	(6.370)	(969.066)	(354.126)
Custo do serviço corrente	(815)	8.945	1.209
Custo financeiro	(760)	(129.609)	(45.094)
Contribuições dos participantes do plano	(38)	(2.390)	-
Benefício pago pelo plano	-	93.952	31.633
Premissas demográficas	-	-	10.266
Premissas financeiras	(595)	(109.735)	(74.462)
Experiência do plano	(1.020)	(41.889)	(136.623)
Em 31 de dezembro de 2016	(9.598)	(1.149.792)	(567.197)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Plano de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós
	CD	BD	Emprego
Em 31 de dezembro de 2015	13.687	1.083.285	-
Receita de juros sobre os ativos do plano	1.849	137.866	-
Redimensionamento atuarial			
Contribuições do empregador	1.590	39.185	31.633
Contribuições de empregados	56	2.390	-
Benefícios pagos	125	(110.702)	(31.633)
Juros sobre valor justo	(2.279)	137.982	-
Em 31 de dezembro de 2016	15.028	1.290.006	-

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido, contribuição definida e plano de saúde são:

	Plano CD	Plano BD	Plano de Saúde
Custo do serviço corrente	(1.348)	481	(4.161)
Custo dos juros	(285)	(24.919)	(64.978)
Custo da obrigação	6.919	182.308	(200.820)
Custo total da obrigação	5.286	157.870	(269.959)

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão do grupo Neoenergia, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, administrados pela FAELBA, CELPOS e FASERN:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

FAELBA

	Ativos Administrados pela FAELBA					
	Plano CD		Plano BD		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Renda Fixa	83%	81%	98%	97%	88%	87%
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados (Instituições Financeiras)	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados (Instituições Não Financeiras)	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos Renda Fixa	43%	36%	98%	97%	62%	58%
Fundos de Investimentos Multimercado	40%	45%	-	-	26%	29%
Outros investimentos em Renda Fixa	-	-	-	-	-	-
Renda Variável	9%	11%	-	-	6%	7%
Fundos de Investimentos em Ações	9%	11%	-	-	6%	7%
Investimentos no Exterior	1%	1%	-	-	1%	0%
Fundos de Investimentos em Ações	1%	1%	-	-	1%	0%
Investimentos Estruturados	3%	2%	0%	0%	2%	2%
Fundo de Participação	1%	0%	0%	0%	0%	0%
Fundos Imobiliários	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos Multimercado	2%	2%	-	-	2%	1%
Cotados em Mercado Ativo	96%	95%	98%	98%	96%	96%
Imóveis	1%	1%	2%	2%	1%	1%
Operações com Participantes	3%	4%	0%	1%	2%	3%
Outros Ativos	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais e Outros	-	-	-	-	-	-
Não Cotados em Mercado Ativo	4%	5%	2%	2%	4%	4%

CELPOS

	Ativos Administrados pela CELPOS					
	Plano CD		Plano BD		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Renda Fixa	87%	86%	86%	85%	86%	85%
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados (Instituições Financeiras)	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados (Instituições Não Financeiras)	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos Renda Fixa	0%	1%	83%	78%	69%	66%
Fundos de Investimentos Multimercado	87%	85%	2%	7%	17%	19%
Outros investimentos em Renda Fixa	-	-	-	-	-	-
Renda Variável	10%	11%	3%	4%	5%	5%
Fundos de Investimentos em Ações	10%	11%	3%	4%	5%	5%
Investimentos no Exterior	0%	1%	-	1%	0%	1%
Fundos de Investimentos Multimercado	0%	1%	-	1%	0%	1%
Investimentos Estruturados	0%	0%	1%	1%	1%	1%
Fundo de Participação	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Fundos Imobiliários	-	-	1%	1%	0%	0%
Fundos de Investimentos Multimercado	-	-	-	-	0%	0%
Cotados em Mercado Ativo	97%	98%	90%	90%	91%	92%
Imóveis	-	-	8%	8%	7%	6%
Operações com Participantes	3%	2%	2%	2%	2%	2%
Outros Ativos	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais e Outros	-	-	-	-	-	-
Não Cotados em Mercado Ativo	3%	2%	10%	10%	9%	8%

Notas Explicativas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

FASERN

	Ativos Administrados pela FASERN					
	Plano CD		Plano BD		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Renda Fixa	77%	78%	93%	93%	84%	85%
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados (Instituições Financeiras)	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados (Instituições Não Financeiras)	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos Renda Fixa	77%	78%	93%	93%	84%	85%
Fundos de Investimentos Multimercado	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos em Renda Fixa	-	-	-	-	-	-
Renda Variável	21%	18%	4%	4%	13%	11%
Fundos de Investimentos em Ações	21%	18%	4%	4%	13%	11%
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos em Ações	-	-	-	-	-	-
Investimentos Estruturados	-	-	-	-	-	-
Fundo de Participação	-	-	-	-	-	-
Fundos Imobiliários	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos Multimercado	-	-	-	-	-	-
Cotados em Mercado Ativo	97%	96%	97%	97%	97%	97%
Imóveis	-	-	1%	1%	0%	0%
Operações com Participantes	3%	4%	0%	1%	2%	2%
Depósitos Judiciais e Outros	-	-	2%	2%	1%	1%
Não Cotados em Mercado Ativo	3%	4%	3%	3%	3%	3%

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, as distribuidoras do Grupo oferecem outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as controladas Coelba, Celpe e Cosern despenderam com essas rubricas o montante de R\$ 93.158, R\$ 38.528 e R\$ 18.616 (R\$ 66.827, R\$ 36.884 e R\$ 17.245 em 31 de dezembro de 2015) respectivamente.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

31. Informações por segmento

O Grupo apresenta os seus segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização e Administração Central e Outros. A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
													(Reapresentado)	(Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	13.588.263	12.999.755	1.880.544	1.641.652	132.606	186.883	1.051.262	1.358.451	35.880	30.465	(1.848.860)	(1.599.527)	14.839.695	14.617.679
CUSTO DO SERVIÇO	(11.126.081)	(10.473.484)	(1.018.913)	(1.240.368)	(90.536)	(153.063)	(1.039.476)	(1.293.440)	(13.947)	(17.927)	1.848.860	1.599.527	(11.440.093)	(11.578.755)
Custo com energia elétrica	(7.239.355)	(7.704.392)	(258.947)	(526.933)	-	-	(1.019.366)	(1.277.651)	-	-	1.819.417	1.573.944	(6.698.251)	(7.935.032)
Custo de operação	(1.907.203)	(1.482.309)	(759.190)	(712.558)	(11.477)	(10.415)	(20.110)	(15.789)	(13.947)	(17.927)	29.443	25.583	(2.682.484)	(2.213.415)
Custo de construção	(1.979.523)	(1.286.783)	(776)	(877)	(79.059)	(142.648)	-	-	-	-	-	-	(2.059.358)	(1.430.308)
LUCRO BRUTO	2.462.182	2.526.271	861.631	401.284	42.070	33.820	11.786	65.011	21.933	12.538	-	-	3.399.602	3.038.924
Despesas com vendas	(624.609)	(672.831)	-	-	-	-	-	135	3	-	-	-	(624.606)	(672.696)
Despesas gerais e administrativas	(594.874)	(607.142)	(60.447)	(45.339)	(1.005)	(1.258)	(82)	(45)	(118.159)	(24.643)	(13.047)	1.314	(787.614)	(677.113)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	120.192	89.836	-	-	11.731	15.200	801.359	539.658	(953.381)	(791.279)	(20.099)	(146.585)
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do Ágio	-	-	(31.276)	(31.251)	-	-	-	-	(110.276)	(87.880)	31.692	31.154	(109.860)	(87.977)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	1.242.699	1.246.298	890.100	414.530	41.065	32.562	23.435	80.301	594.860	439.673	(934.736)	(758.811)	1.857.423	1.454.553
Receita financeira	3.132.107	3.788.122	514.471	455.883	6.254	6.673	67.757	11.330	446.199	472.614	-	-	4.166.788	4.734.622
Despesa financeira	(3.897.248)	(4.324.129)	(817.824)	(681.660)	(5.109)	(6.832)	(77.646)	(22.902)	(685.254)	(571.752)	19.681	408	(5.463.400)	(5.606.867)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	477.558	710.291	586.747	188.753	42.210	32.403	13.546	68.729	355.805	340.535	(915.055)	(758.403)	560.811	582.308
Imposto de renda e contribuição social	(46.956)	(167.146)	(126.019)	(17.734)	(9.947)	(3.787)	(1.406)	(18.634)	(15.410)	(3.024)	(6.770)	-	(206.508)	(210.325)
Corrente	(28.754)	(129.750)	(106.797)	(102.809)	(3.735)	(3.787)	(1)	(18.423)	(6.741)	(9.855)	(6.770)	-	(152.798)	(264.624)
Diferido	(12.021)	(54.542)	(17.227)	85.799	(6.212)	-	(1.405)	(211)	(8.669)	6.831	-	-	(45.534)	37.877
Imposto de renda - SUDENE	32.106	57.810	-	1.604	-	-	-	-	-	-	-	-	32.106	59.414
Amortização ágio e reversão PMIPL	(38.287)	(40.664)	(1.995)	(2.328)	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.282)	(42.992)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	430.602	543.145	460.728	171.019	32.263	28.616	12.140	50.095	340.395	337.511	(921.825)	(758.403)	354.303	371.983
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.434)	(62.596)	(51.434)	(62.596)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR SEGMENTO	430.602	543.145	460.728	171.019	32.263	28.616	12.140	50.095	340.395	337.511	(973.259)	(820.999)	302.869	309.387

A seguir, seguem informações de Ativo e Passivo por segmento:

	Administração Central e													
	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
ATQ														
CIRCULANTE														
Contas e equivalentes de caixa	645.436	1.527.092	410.258	692.766	38.466	67.104	18.392	53.132	270.786	222.819	-	-	1.383.338	2.562.913
Contas a receber de clientes e outros	2.560.700	2.607.016	81.501	57.160	8.845	5.511	127.725	120.404	6.157	6.630	(48.567)	(58.462)	2.736.361	2.748.259
Títulos e Valores Mobiliários	8.232	4.520	354	360	492	-	271	-	908	32.700	-	(2.871)	10.257	34.709
Instrumentos financeiros derivativos	275.984	69.691	46.368	49.126	-	-	-	-	-	196.429	-	-	322.352	315.246
Impostos e Contribuições a recuperar	384.378	287.272	40.194	33.133	1.363	6.984	14.028	3.611	63.677	77.591	-	-	503.640	408.591
Estoques	25.110	26.991	2.044	1.580	-	-	1	-	5	5	-	-	27.160	28.576
Despesas pagas antecipadamente	33.474	44.515	9.176	8.574	7	88	740	268	170	7	-	-	43.567	53.452
Entidade de Previdência Privada	17.632	9.409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.632	9.409
Serviços em curso	41.003	44.936	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.003	44.936
Ativos financeiros setoriais	62.104	139.677	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.104	139.677
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	-	-	-	-	62.106	51.331	-	-	-	-	-	-	62.106	51.331
Outros ativos circulantes	72.946	64.605	132.629	10.042	24	23	664	70	17.019	4.400	(127.623)	-	95.659	79.140
TOTAL DO CIRCULANTE	4.126.999	4.825.724	722.524	852.741	111.303	131.041	161.821	187.485	967.854	540.581	196.383	(61.333)	6.286.884	6.476.239
NÃO CIRCULANTE														
Contas a receber de clientes e outros	270.914	275.402	-	-	-	-	11.730	-	10.780	10.427	-	-	293.424	285.829
Títulos e Valores Mobiliários	46.376	6.663	3.910	1.350	5.507	263	3.034	293	9.702	3.365	-	(7.428)	68.529	4.506
Instrumentos financeiros derivativos	470.810	1.294.141	37.659	117.355	-	-	3.155	-	4.750	-	-	-	516.374	1.411.496
Impostos e Contribuições a recuperar	193.212	102.239	1.167	1.058	5.932	282	-	-	10.179	3.010	-	-	210.490	106.589
Dividendos a receber	-	-	-	2.908	-	-	4.093	1.260	171.521	274.725	(161.133)	(267.404)	14.481	11.489
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	2.666	-	-	-	-	-	139.333	17.395	(138.460)	(17.395)	3.539	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	622.084	627.547	127.639	146.857	-	-	4.570	5.977	-	926	-	-	754.293	781.307
Depósitos Judiciais	500.990	428.811	20.975	31.981	7.697	7.919	3.591	5.961	41.730	37.486	-	-	574.983	512.158
Despesas pagas antecipadamente	-	-	7.499	12.137	-	-	-	-	-	-	-	-	7.499	12.137
Entidade de Previdência Privada	28.683	23.694	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.683	23.694
Ativos financeiros setoriais	25.517	145.254	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.517	145.254
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	4.086.274	3.757.236	-	5.971	384.169	323.518	-	-	-	-	-	-	5.234.434	4.086.725
Outros ativos não circulantes	3.653	4.270	987	55.700	-	-	-	-	62.302	96.749	(32.621)	(37.567)	34.321	119.152
Investimentos	7.738	7.919	825.238	855.852	-	101	254.755	212.407	11.319.026	10.708.308	(9.908.696)	(9.857.711)	2.498.060	1.926.976
Investimentos em coligadas e controladas	-	-	824.772	855.591	-	-	254.118	211.970	11.319.026	10.708.308	(9.908.696)	(9.857.711)	2.489.419	1.916.158
Outros investimentos	7.738	7.919	-	2.261	-	101	437	437	-	-	-	-	8.641	10.718
Imobilizável	-	-	3.350.482	3.827.159	-	-	2.398	1.725	35.039	32.751	25.615	27.444	3.413.534	3.889.079
Intangível	7.311.643	6.706.819	86.686	121.608	-	-	2.036	2.076	2.240	1.323	599.745	747.136	8.002.350	7.578.962
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	14.331.894	13.379.995	4.464.908	5.179.936	403.305	332.083	289.362	229.699	11.806.602	11.186.465	(9.615.551)	(9.412.925)	21.680.520	20.895.253
TOTAL DO ATIVO	18.458.893	18.205.719	5.187.432	6.032.677	514.608	463.124	451.183	417.184	12.774.456	11.727.046	(9.419.168)	(9.474.258)	27.967.404	27.371.492

	Administração Central e													
	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
PASSIVO														
CIRCULANTE														
Fornecedores	1.544.836	1.962.288	220.843	364.805	23.658	16.106	104.265	95.364	6.908	5.802	(53.806)	(58.462)	1.846.704	2.385.903
Empreéstimos e financiamentos	2.302.329	1.388.759	666.783	625.702	18.464	13.751	8.789	5.850	445.165	804.945	-	-	3.441.530	2.897.007
Debitures	84.486	150.122	276.557	196.814	-	-	1.446	1.074	28.486	-	-	(2.871)	390.975	345.139
Instrumentos financeiros derivativos	86.912	36.130	44.825	-	-	-	196	-	38.623	34.976	-	-	170.556	71.106
Salários e encargos a pagar	119.692	132.666	5.225	7.913	-	-	1.586	1.676	6.462	5.175	-	-	132.965	147.430
Taxas regulamentares	178.829	203.105	13.928	2.394	623	235	-	-	-	-	-	-	193.380	205.734
Impostos e Contribuições a recolher	469.277	433.008	88.602	89.753	4.938	4.432	3.855	11.321	19.189	7.850	6.769	-	592.630	546.364
Dividendos e Juros sobre capital proprio	134.232	11.171	84.747	186.550	23.746	22.456	54.571	60.572	406.179	236.316	(299.591)	(284.820)	403.484	212.245
Provisões	139.004	150.248	651	126	-	8.915	-	-	-	-	-	-	139.655	159.289
Entidade de Previdência Privada	53.382	38.700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.382	38.700
Passivos financeiros setoriais	90.652	555	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90.652	555
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	-	-	4.018	4.390	-	-	-	-	-	-	-	-	4.018	4.390
Outros passivos circulantes	452.311	452.431	18.810	3.096	930	407	46	2	128.196	484	(127.623)	-	472.670	456.420
TOTAL DO CIRCULANTE	5.655.942	4.959.183	1.424.989	1.481.543	72.359	66.302	174.754	175.859	1.079.208	1.095.548	(140.602)	(146.153)	8.266.650	7.432.282
NÃO CIRCULANTE														
Fornecedores	236.043	85.899	837	13.604	-	-	-	-	-	1.963	(157.773)	-	79.107	101.466
Empreéstimos e financiamentos	74.804.447	6.576.037	721.850	1.008.376	34.908	50.609	78.446	81.684	354.750	205.79	137.864	-	6.132.265	7.739.985
Debitures	1.047.749	124.603	520.880	798.362	-	-	28.663	30.582	398.859	-	-	(7.428)	1.996.151	893.495
Instrumentos financeiros derivativos	40.544	1.917	13.712	377	-	-	-	-	-	391	-	-	54.256	2.685
Taxas regulamentares	49.267	50.640	12.428	15.010	213	440	-	-	-	-	-	-	61.908	66.090
Impostos e Contribuições a recolher	5.947	4.887	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.947	4.887
Impostos e contribuições sociais diferidos	-	-	-	-	6.212	-	-	-	7.743	-	-	-	13.955	-
Provisões	349.262	287.025	48.255	65.666	7.467	37	64	2	9.394	8.166	-	-	414.442	360.896
Entidade de Previdência Privada	762.075	622.943	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	762.075	622.943
Recursos destinados a aumento de capital	57.674	2.283	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-	50.322	47.982	-	-	-	-	-	-	-	-	57.674	2.283
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.322	47.982
Outros passivos não circulantes	74.762	44.827	13.155	19.002	26	58	-	1.236	797.562	764.037	(32.618)	(37.544)	852.887	791.616
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	7.427.770	7.749.217	1.381.439	1.960.299	48.826	51.144	107.173	113.504	1.568.308	795.136	(52.527)	(44.972)	10.480.989	10.624.328
PATRIMÔNIO LÍQUIDO														
Capital Social	1.479.833	1.312.124	1.798.275	2.098.723	224.350	218.231	123.684	92.990	6.182.619	5.783.675	(5.069.736)	(4.766.718)	4.739.025	4.739.025
Reservas de Capital	1.522.896	1.522.896	124.603	124.603	123.439	93.109	-	-	77.326	77.326	(1.845.976)	(1.815.646)	2.288	2.288
Reservas de Lucro	2.449.031	2.565.760	239.629	265.159	31.059	25.337	53.782	43.041	4.911.460	4.887.878	(2.930.686)	(2.939.669)	4.850.375	4.847.506
Outros resultados abrangentes	(124.646)	(37.049)	-	-	-	-	(8.210)	(8.210)	(111.276)	17.792	132.856	45.259	(111.276)	17.792
Prepostos de Distribuição de dividendos adicional Lucro/Prejuízo acumulado	64.201	141.255	113.056	123.954	14.575	9.001	-	-	226.474	204.178	(201.930)	(289.453)	216.376	188.935
Reserva de transação com os sócios	(16.134)	(7.667)	9.341	(21.604)	-	-	-	-	(168.691)	(143.151)	175.484	172.786	-	-
Atribuída à participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(990.972)	(990.972)	-	-	(990.972)	(990.972)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	513.949	510.308	513.949	510.308
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.375.181	5.497.319	2.381.004	2.590.835	393.423	345.678	169.256	127.821	10.126.940	9.836.362	(9.226.039)	(9.083.133)	9.219.765	9.314.882
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.458.893	18.205.719	5.187.432	6.032.677	514.608	463.124	451.183	417.184	12.774.456	11.727.046	(9.419.168)	(9.474.258)	27.967.404	27.371.492

Notas Explicativas

32. Questões ambientais (*)

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Diretriz Integrada de Gestão (Qualidade e Meio Ambiente).

A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

Em 2016, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental:

- Curso de qualificação, em parceria com o Senai Cimatec, voltado para manejo da vegetação.
- Rede Compacta/Linha Verde - utilização de cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico.
- Projeto de Meliponicultura tem o objetivo de incrementar a meliponicultura com a criação racional da abelha urucu, através de cursos de capacitação e oficinas de educação ambiental dentre outras iniciativas.
- Projeto de Arborização Urbana relacionado a linha de distribuição de Juazeiro.
- Programa de Controle de Queimadas consiste na educação ambiental para sensibilização da população, dos usineiros e fornecedores de cana de açúcar quanto aos riscos de queimadas não controladas que afetam a rede de transmissão e distribuição de energia e provocam interferências no fornecimento.
- Treinamentos de poda em árvores nos Postos de Atendimento de Natal, Goianinha, Mossoró e Currais Novos, voltados para a melhoria dos serviços de manutenção de redes urbanas e rurais.
- Ações que contribuem para a melhoria da gestão dos resíduos gerados no processo produtivo da empresa, tais como reutilização de carretéis de madeira e reforma de equipamentos do sistema elétrico.

O Grupo realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa.

Notas Explicativas

Destacamos abaixo os recursos aplicados de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente.

	Ativo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015
Recursos aplicados	425.872	286.424	81.573	39.839

(*) Informações não auditadas.

33. Seguros

O Grupo mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros: A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Consolidado	
		Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2016 a 08/10/2017	762.015	1.487
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2016 a 08/10/2017	280.378	558
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2016 a 08/10/2017	673.000	3.150
Veículos	08/10/2016 a 08/10/2017	Tabela FIPE	203
Riscos Nomeados - Almoxarifado	08/10/2016 a 08/10/2017	302.200	598
Risco Operacional - Subestações e Usinas	08/10/2016 a 08/10/2017	7.350.918	15.430

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

34. Eventos subsequentes

Reorganização societária

Em 07 de junho de 2017 BB Banco de Investimento S/A (BB-BI), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) e Iberdrola Energia S/A (Iberdrola) acionistas representando a totalidade do capital social, celebraram acordo de associação para regular a incorporação, pela Companhia, da Elektro Holding S.A (“Elektro Holding” e “Operação”), uma controlada integral da Iberdrola, bem como um novo acordo de acionistas que substituirá o acordo de acionistas existente da Companhia.

A operação será estruturada mediante a incorporação, pela Neoenergia, da Elektro Holding, com consequente aumento do capital social da Neoenergia, na forma do artigo 227 da Lei das Sociedades por ações (“Incorporação”).

A consumação da Operação está condicionada à verificação de algumas condições suspensivas usuais nesse tipo de operação, dentre as quais a obtenção da aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. Em 04 de julho de 2017, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE se posicionou como favorável à realização da operação.

Notas Explicativas

Após a consumação da operação de aumento de capital na Neoenergia S.A, a composição acionária apresentará as seguintes modificações:

Acionistas	% de participação no capital	
	Antes do acordo	Após o acordo (aproximadamente)
Previ	49,01	38,20
Iberdrola	39,00	52,45
BB-BI	11,99	9,35

A empresa Elektro Holding S.A. é uma controlada integral da Iberdrola e mantém operações de distribuição de energia elétrica nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de possuir ativos de geração de energia renovável, através de suas controladas.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Neoenergia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia S.A. ("Neoenergia" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Neoenergia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 22 de fevereiro de 2017, emitimos relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, sem modificação e com parágrafo de ênfase sobre "Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos". Conforme descrito na nota 4, essas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas em virtude dos assuntos descritos na referida nota explicativa, em conformidade com o previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1- Presentation of Financial Statements). Consequentemente, nosso relatório de auditoria considera essas alterações e substitui o relatório anteriormente emitido.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 10.(a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui investimento na Norte Energia S.A. ("a Investida"), avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Encontram-se em andamento investigações e certas medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Investida e determinados executivos desses acionistas. No momento, não há como determinar se os resultados das referidas investigações e seus respectivos desdobramentos que podem, eventualmente, trazer consequências futuras além dos efeitos mencionados na nota 10.(a). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer outros efeitos que possam advir desse assunto. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita não faturada

Parte das receitas reconhecidas por controladas da Companhia, referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas não faturadas"), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucede ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 419.742 mil em 31 de dezembro de 2016 e está divulgado na nota 6 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita não faturada é um assunto significativo para a nossa auditoria da Companhia devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pelo grupo para o cálculo da receita não faturada, incluindo a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração. Utilizamos também os nossos especialistas em auditoria de sistemas para testar a integridade e precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento e que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, além do recálculo destas receitas.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, equivalente ao IAS 36, a Companhia é requerida anualmente a preparar estudos internos para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores recuperáveis, seja pelo seu uso ou por sua venda. Em 2016, como resultado desta análise, a Companhia realizou testes de recuperabilidade dos ativos de algumas investidas. Com base nos resultados desses testes, tendo um valor suficiente, a Companhia não reconheceu perda por redução ao valor recuperável.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos representativos desses ativos, bem como da existência de certas circunstâncias específicas relacionadas a atrasos na entrada em operação destes investimentos, os quais poderiam afetar significativamente os resultados da análise. Além disso, o processo de avaliação da administração é complexo e crítico e se baseia em premissas, tais como projeções de resultado operacional e taxas de desconto, que são afetadas por condições de mercado ou econômicas esperadas futuras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a utilização de profissionais especializados em avaliação para nos auxiliar na revisão do teste de recuperabilidade e na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia na determinação do valor recuperável; (ii) análise histórica da assertividade do processo de projeção de resultados futuros considerando a análise de real versus orçado de anos anteriores; (iii) a avaliação da adequação das informações projetadas incluídas no modelo utilizado pela Administração e as análises de sensibilidade elaboradas pela Administração; e (iv) a realização de testes para avaliar a integridade dos materiais e documentos que suportam as projeções.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto, incluídas na nota 3.8.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas 12 e 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, as controladas Coelba, Celpe, Cosern e Afluente G possuem registrado ativo financeiro e intangível e as controladas Afluente T, SE Naranjita e Potiguar Sul ativo financeiro, cujos os montantes consolidados são de R\$ 5.309.335 mil e R\$ 8.016.421 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pelas distribuidoras aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2016, as controladas reconheceram em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão no montante de R\$ 2.132.516 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pelas controladas e que não serão completamente amortizados ao final do prazo de concessão, e serão indenizados pelo poder concedente.

No caso das transmissoras, a infraestrutura da concessão será recuperada através dos valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão e através da indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. Adicionalmente, a avaliação do ativo financeiro leva em consideração a remuneração pela taxa interna de retorno do projeto e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização, avaliação subsequente de gastos com infraestrutura e avaliação do ativo financeiro, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pelas controladas sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Recalculamos também o valor do ativo financeiro registrado pelas controladas e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidas pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas

revisões tarifárias.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Conforme divulgado na nota 19, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos fiscais, trabalhistas e cíveis cujo valor agregado totaliza R\$ 6.341.102 em 31 de dezembro de 2016, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R\$ 3.441.874 mil se referem a ações de natureza tributária.

Focamos nesta área devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas em tributos para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto. Também obtivemos cartas de confirmação dos consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados nas notas 8 e 19 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas.

Planos de benefícios pós emprego

Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações atuariais líquidas relacionadas aos planos de benefícios pós emprego patrocinados pelas controladas Coelba e Celpe e apuradas de acordo com laudo atuarial emitido por seus atuários consultores totalizam, respectivamente, R\$ 540.079 mil e R\$ 241.700 mil.

Focamos nesta área devido à magnitude dos montantes reconhecidos no passivo, além do grau de julgamento associado ao processo de mensuração do passivo, que inclui premissas complexas, tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desconto, inflação e custo médico. Variações nestas premissas podem ter um impacto material sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Durante nossos exames de auditoria, envolvemos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos ativos e passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, descritas na nota 29 às demonstrações financeiras. Confrontamos estas premissas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas da área atuarial nos auxiliaram na realização de procedimentos voltados à identificação de eventuais planos de benefícios pós emprego que não tivessem sido previamente identificados e na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia.

Instrumentos financeiros derivativos e gestão de índices financeiros

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para minimizar os riscos de taxas de juros e cambial das suas operações de empréstimos e financiamentos. Tais empréstimos e financiamentos, em alguns casos, possuem índices financeiros (covenants) que precisam ser alcançados. Parte desses instrumentos financeiros derivativos foi designada como instrumento de hedge de valor justo, sendo aplicada a contabilidade de hedge (hedge accounting). Consequentemente, os ganhos ou perdas resultantes da mensuração do valor justo desses instrumentos, bem como do valor justo dos respectivos empréstimos e financiamentos objeto de hedge, são registrados no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016, o resultado dessas operações totalizou R\$ 1.381.626 mil. A utilização de instrumentos financeiros derivativos, a designação como instrumento de hedge e a mensuração do valor justo de tais instrumentos é complexa. Além disso, há o risco de que ganhos ou perdas decorrentes de operações de hedge não sejam adequadamente apurados, resultando em um impacto significativo nas demonstrações financeiras e em índices financeiros. Em função dos requisitos técnicos que são aplicáveis na utilização da contabilidade de hedge e ao eventual impacto da aplicação incorreta desses requisitos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Durante nossos exames de auditoria, envolvemos especialistas em instrumentos financeiros para nos auxiliar na revisão dos cálculos de valor justo dos derivativos e dos empréstimos dos quais são objeto do hedge. Testamos com base em uma amostra de transações, se a documentação dessas operações de hedge é apropriada para a designação como contabilidade de hedge. Além disto, avaliamos o cálculo da efetividade das relações de hedge e a contabilização da estrutura de contabilidade de hedge, bem como testamos o cálculo dos índices financeiros dos empréstimos e financiamentos e debêntures.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre estes assuntos, que estão mencionadas no resumo de políticas contábeis (nota 3.6) e nas notas 15 e 27 às demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da

Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro (RJ), 25 de julho de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da NEOENERGIA S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras reapresentadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016 (em conjunto Demonstrações Financeiras), compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas.

Com fundamento nas análises realizadas e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2017.

Maria das Graças Conceição Machado Costa – Presidente

Camilo Buzzi

Tiago Furigo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Diretora Presidente e os demais Diretores da NEOENERGIA S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 4º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PWC, relativamente à reapresentação das demonstrações financeiras da Neoenergia, do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014; e da EY, relativamente à reapresentação das demonstrações financeiras da Neoenergia relativas aos exercícios sociais findos em , 31. de dezembro de 2015 e 2016, e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Neoenergia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

Rio de Janeiro, 25 de Julho de 2017.

Solange Ribeiro
Diretora Presidente

Sandro Marcondes
Diretor Vice Presidente Financeiro e de RI

Alejandro Román
Diretor Executivo de Geração

Eduardo Capelastegui
Diretor Executivo de Planejamento e Controle

Eunice Rios
Diretora Executiva de Recursos Humanos

Fernando Arronte
Diretor Executivo de Distribuição

José Eduardo Tanure
Diretor Executivo de Regulação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretora Presidente e os demais Diretores da NEOENERGIA S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 4º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PWC, relativamente à reapresentação das demonstrações financeiras da Neoenergia, do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014; e da EY, relativamente à reapresentação das demonstrações financeiras da Neoenergia relativas aos exercícios sociais findos em , 31. de dezembro de 2015 e 2016, e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Neoenergia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

Rio de Janeiro, 25 de Julho de 2017.

Solange Ribeiro
Diretora Presidente

Sandro Marcondes
Diretor Vice Presidente Financeiro e de RI

Alejandro Román
Diretor Executivo de Geração

Eduardo Capelastegui
Diretor Executivo de Planejamento e Controle

Eunice Rios
Diretora Executiva de Recursos Humanos

Fernando Arronte
Diretor Executivo de Distribuição

José Eduardo Tanure
Diretor Executivo de Regulação